



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 27 de dezembro de 2021 e 3 de janeiro de 2022

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 – Análise e Votação de Ata:-----

----- 1.1 - Ata da 4ª Sessão Ordinária, de 30 de setembro de 2021. -----

----- 2- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 3 -Período da Ordem do Dia:-----

----- 3.1-Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação de competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara Municipal;-----

----- 3.2 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de prorrogação dos acordos de execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias para a concretização da delegação legal de competências;-----

----- 3.3 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão;-----

----- 3.4-Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa n.º 3; -----

----- 3.5 -Análise e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022;-----

----- 3.6 -Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, para o mandato de 2021-2025;-----

----- 3.7-Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente Águeda TV, os funcionários da Autarquia e do Centro de Artes desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- A sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

----- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS;-----

----- Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT;-----

----- Ana Rita Antunes Pereira – PS;-----

----- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;-----

----- Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

----- Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa PS;-----

----- Gabriel Duarte Pires – PPD/PSD.MPT;-----

----- Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP;-----

----- Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

----- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

----- Jorge Miguel dos Santos Melo – PS;-----

----- José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Olivia de Sousa Passos – CDS – PP;-----

----- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

----- Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

----- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

----- Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF): -----

----- Albano Marques Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

----- Ana Paula Silva – Secretária da UF de Águeda e Borralha; -----

----- Ana Paula Moreira – Secretária da UF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Sérgio Manuel Santos Duarte – Tesoureiro da UF de Préstimo e Macieira; -----

----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

----- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
----- **Marlene Domingues Gaio** -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----
----- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira** – Juntos – Vereador; -----
----- **Luís Herculano Henriques de Pinho** – PS – Vereador; -----
----- **Daniela Alexandra Pereira Herculano** – PS – Vereadora; -----
----- **Antero Ricardo dos Santos Almeida** – CDS - PP – Vereador; -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- A Deputada Gisela Valente Pinheiro comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição está Gabriel Oliveira Marques Arsénio; a Deputada Júlia Maria Pinheiro de Melo comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição está Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; Nuno Gustavo Pimenta Cardoso, Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha, comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação está a Secretária, Ana Paula Silva; o Presidente da União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro António Machado Vidal, também comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação está o Tesoureiro, Sérgio Manuel dos Santos Duarte; o Presidente da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, João Marques Pitau comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação está a Secretária Ana Paula Silva.-----

-----Análise e Votação da Ata -----

----- **1.1 - Ata da Quarta Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2021;** -----
----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quarta sessão ordinária de 30 de setembro, sido aprovada por **unanimidade**. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Neste ponto foi feita a seguinte intervenção que se transcreve na íntegra:-----
----- Meu nome é **Luís Seabra Lopes**, não tenha qualquer intenção de interferir em lutas partidárias, nas políticas de Águeda, não sou sequer morador no concelho de Águeda e também não sou natural, fui estudante em Águeda durante alguns anos, meu pai era natural de Espinhel, portanto são essas as únicas ligações que tenho ao Município. Sou engenheiro e sou professor universitário em Aveiro e dedico algum tempo da minha vida às investigações históricas.-----
----- Vou ler o que preparei:-----
----- “Alguns dos monumentos mais importantes do distrito de Aveiro localizam-se no concelho de Águeda, estou a pensar nas ruínas do Marnel, com vestígios romanos, pré-romanos, medievais, mas também nas pontes do Marnel e do Vouga.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A ponte do Marnel está classificada e está conservada. Cidade do Marnel depois de uma década de investimentos, foi abandonada.-----

----- Nas últimas décadas a ponte do Vouga também tem estado pura e simplesmente abandonada. A ponte do Vouga é uma das grandes pontes construídas em Portugal no século XIII, está amplamente documentada desde a década de 1230, enquanto a ponte do Marnel só se documenta pela primeira vez em 1327, não sabemos as datas exatas em que se iniciou e concluiu a ponte, mas ela está a caminho de completar oitocentos anos de vida e de história.-----

----- Os pilares e vinte por cento das estruturas dos arcos da ponte, Séc. XIII, ainda existem.-----

----- No início do século XVIII, por ordem de D. João V, a ponte sofreu uma reconstrução geral com alteamento do tabuleiro, com Dona Maria I, a ponte foi alongada.-----

----- As características marcas dos pedreiros medievais conservam-se às centenas, quer nas estruturas remanescentes da ponte medieval, quer em pedras reaproveitadas na ponte setecentista.-----

----- Grande parte desta ponte ainda está em pé, mas ela caminha a passos largos para se transformar numa ruína irrecuperável, é urgente agir, um estudo técnico realizado há duas décadas recomendava uma intervenção profunda, que ia desde a recuperação e reparação dos pilares até à construção de uma nova laje de betão, nada foi feito, a Câmara argumentava que não tinha os necessários dois milhões de euros, no entanto, de curto prazo, teria sido suficiente reparar as cavidades dos pilares, obra que não seria cara, houve portanto negligência.-----

----- Entre 2001 e 2011, a base do contraforte do sétimo pilar desmanchou-se e o pilar acabou por cair, o oitavo pilar, muito frágil também, só por milagre ainda não caiu.-----

----- Em 2012, alguém dizia em Assembleia Municipal *“Se fecharam a ponte antes do desabamento, é porque não estava em condições, porque é que não intervieram imediatamente, uma pequena obra e não deixavam cair a ponte, mas deixaram”* uma opinião verdadeiramente lapidar esta que expressaram na altura.-----

----- Mas esses factos não serviram de lição, a década seguinte foi igual à anterior, nada foi feito para preservar o que ainda está de pé, pequenas intervenções são suficientes para assegurar a preservação no curto prazo.-----

----- Fiz várias alertas ao longo do tempo, alguns dirigidos diretamente à Câmara e ao Senhor Presidente, cada Verão que passa é uma oportunidade que se perde de fazer o mínimo pela preservação da ponte. No Verão passado fui especialmente insistente, mas ainda sem sucesso, inclusivamente alertei para as toneladas de madeira e lenha que estavam encostadas ao sexto pilar e que poderiam facilmente ter sido retiradas, mas não foram.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Venho por isso pedir a todos os atores políticos, nomeadamente aos presentes nesta Assembleia, que tomem consciência do valor do património arquitetónico e arqueológico existente no Município de Águeda.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia, se for considerado útil, estarei disponível para voltar a esta Assembleia e apresentar, com a ajuda de diapositivos, o que sei sobre a ponte do Vouga.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, o principal caso para desabamento dos pilares está na formação de cavidades na sua base, no Verão de 2022, quando o rio estiver novamente sem água, será essencial a Câmara fazer as necessárias reparações nos pilares, peço assim à Câmara que programe estas reparações com a devida antecedência, de forma a que possam ser realizadas no momento certo.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “A ponte do Vouga efetivamente tem sido um objeto de arremesso político, não estou a dizer que o nosso interlocutor desta noite tenha essas intenções, mas naturalmente que apareceu aqui num *boom* que aconteceu em época pró-eleitoral e curiosamente nos anos antecedentes estiveram todos muito mais tranquilos, queria-vos dizer o seguinte:-----

----- Já que é estudioso da ponte, tenho naturalmente disponíveis elementos que nos levam a validar, porque algumas coisas foram feitas antes da ponte cair, nomeadamente a segunda inspeção, porque na altura em que foi pedida a segunda inspeção nós não tínhamos conhecimento sequer que tinha existido uma primeira, aliás essa segunda inspeção vem-nos dizer que claramente a ponte não melhorou, mas que mantinha o estado, diria, que alarmante que tinha no momento em que foi recebida pelo Município das mãos da então Estradas de Portugal, e naturalmente caiu e caiu com surpresa depois dessa inspeção, os técnicos, engenheiros também especialistas, não colocaram sequer a hipótese da ponte cair, mais tarde, perante a queda, vieram-nos dizer que efetivamente a análise não tinha sido bem feita, e tudo isto porque o tabuleiro da ponte não é armado, e eles supuseram que sim, por causa daquelas laterais que estão de lado, que foram acrescentos que fizeram, aqueles pequenos passeios, que esses sim são armados, mas o tabuleiro da ponte não é armado, e depois, há um pilar que está em pé que curiosamente foi o que causou toda a instabilidade e fez com que caísse a ponte, se tem estes elementos e se os confirma, verá que é exatamente assim, portanto, quando muitas pessoas nos dizem que se calhar era boa ideia colocarmos lá uma plataforma metálica para pelo menos as pessoas ou as bicicletas e as motorizadas poderem passar, estou a dizer que não, de maneira nenhuma não, por uma razão muito simples, o pilar mais instável, aquele que causou a queda da ponte, ainda está de pé, mas aquela ponte tem uma lacuna fundamental e realmente tem todo esse percurso histórico, mas nunca teve um processo de classificação e nunca foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

classificada, portanto ela não é um imóvel de interesse cultural, ela não é património cultural público, e portanto não é por aí que nós conseguimos financiamentos, aliás, já o tentei, e quase que me chamaram de algum espertismo mais ou menos saloio, no sentido de me dizerem o seguinte, “O Senhor quer agora classificar a ponte que é para que nós lhe pagamos a recuperação”, já tentamos de várias maneiras e vamos continuar a tentar, mas há uma coisa que é clara, aquela ponte recuperada a expensas única e exclusivamente da Câmara, é muito cara, e todos nós temos que pensar o que é que vamos deixar de fazer, e que vai ter que ser muito, porque do ponto de vista histórico e arquitetónico a ponte tem um valor muito grande, do ponto de vista da funcionalidade, em todas as candidaturas que fazemos, aparece sistematicamente na avaliação sócio económica da ponte, que tem uma ponte funcional a duzentos metros, e isto, efetivamente, causa-nos um conjunto de constrangimentos como toda a gente bem entende.-----

----- Vamos continuar a lutar, esperar que haja um fundo qualquer que possa acudir aquela ponte, e por isso é que nós ainda não fomos mais radicais e ainda não fomos para a demolição.-----

----- Temos feito alguns cuidados, ainda durante este Verão andamos com alguns cuidados, nomeadamente cortamos toda a vegetação envolvente da ponte, limpamos aquela zona envolvente e sobretudo aquela vegetação que cresce naqueles buracos dos pilares, porque já agora, uma nota, a inspeção feita aquela ponte, mostra um estado muito mau de todos os elementos da ponte, todos, estamos a falar desde a estacaria que é em madeira, como bem sabem, aos pilares, aos quebra-mares, aos encontros, ao tabuleiro, a tudo, portanto é preciso intervir em tudo e substituir, nomeadamente o tabuleiro todo, o que quer dizer que, uma ponte com aquele tipo de trabalho, neste momento é facilmente perceptível que é uma obra extraordinariamente cara.-----

----- Correremos atrás desse apoio.”-----

----- **Luís Seabra Lopes** -----

----- “O meu ponto é que de facto há intervenções mais caras e outras mais baratas, mas algumas coisas podem ser feitas, de facto enviei alguns e-mails para a Câmara e as árvores que estavam plantadas, árvores com vários metros de altura que estavam plantadas nos pilares, isso foi cortado, mas os cepos ainda lá estão, portanto elas vão continuar a crescer na mesma, agora, as cavidades nos pilares, era essencial tapar isso, isso só se consegue fazer no Verão, não é? Por isso é que digo que todos os Verões que passam sem se fazer nada, é uma oportunidade perdida.-----

----- Depois, o resto, é assim, há coisas que têm um impacto a curto prazo e que podem impedir que algo mais grave aconteça, o oitavo pilar, não sei se não há uma maneira de o segurar, pelo menos para não cair até ter uma solução mais definitiva.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A classificação deve ser tratada, tenho estado a fazer alguns estudos para apoiar essa classificação, mas a Câmara tem que fazer a sua parte e segurar também as coisas até que alguma coisa mais de fundo se possa fazer.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Só para reforçar que efetivamente todos os técnicos que nós levamos à ponte nos falam de uma intervenção efetivamente em todos os elementos da ponte, não há aqui meias medidas para aquela ponte, ela está efetivamente em muito mau estado há muitos anos, e já agora queria-vos dizer que, quando depois da segunda inspeção, que nos mandaram os relatórios da primeira e da segunda inspeção, quando li o relatório, fui eu próprio que perguntei, então o que é que nós temos que fazer relativamente à ponte? E ficam a saber que os técnicos responsáveis pela inspeção da ponte, estamos a falar de uma das empresas mais conceituadas do país, é “Betar”, que fez a análise à ponte, disseram-nos de uma forma muito lacónica, *“em épocas de grandes caudais restringe o trânsito pesado”*, muito sinceramente com um tom, façam lá isso, porquê? Volto a dizer, eles estavam absolutamente convencidos que o tabuleiro era armado, se o tabuleiro fosse armado a coisa era completamente diferente, não era, portanto, quando o pilar oscilou, cedeu aquela parte toda do tabuleiro e foi esse tabuleiro que derrubou o pilar que caiu.”-----

----- De resto, estamos e vamos continuar a tentar encontrar uma solução, mas uma solução sobretudo financeira, volto a dizer que são alguns milhões de euros que temos que despende para fazer aquela ponte, que, muito sinceramente, o valor maior e para nós será sempre o do ponto de vista arquitetónico e cultural, mas volto a dizer, nunca a ponte foi classificada, e agora o processo de classificação é muito mais difícil, porquê? Porque ela ruiu significativamente e portanto o processo de classificação é muito mais complicado e muito mais difícil de conseguir.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhores Deputados, o que vos queria dizer antes de abirmos o ponto é o seguinte, como sabem estamos a trabalhar com o Regimento cuja distribuição de tempos era ajustada em face das forças políticas que à data da sua aprovação estavam neste Plenário, as coisas alteraram-se, entretanto em reunião de líderes ficou, julgo que unanimemente aceite, que a distribuição dos tempos para o período de antes da ordem do dia iria ser ajustado à representatividade e em face disso a nova distribuição que no caso concreto o Grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, passaria a ter vinte e oito minutos, o Grupo Municipal do Partido Socialista, catorze minutos e o Grupo Municipal do Centro Democrático Social, oito minutos, portanto julgo que é consensual e vamos avançar exatamente com esta distribuição de tempos porque desta forma é certamente o melhor trabalho que estamos a fazer.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;-----

----- “Antes de começar a minha pequena intervenção, até porque é a primeira vez que intervenho aqui na Assembleia, já tive oportunidade de dar pessoalmente, mas dar os parabéns a todos pela escolha que tiveram, como disse já tive oportunidade de dar ao Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, desejo a todos um bom trabalho, para mim incluído naturalmente, e que sejamos dignos da confiança que nos foi confiada.-----

----- Queria aqui também deixar só uma notazinha para o candidato dos Juntos à minha Freguesia da Trofa, Segadães e Lamas, ao Nuno Branco, estive na passada véspera de Natal, dia vinte e quatro, um problema de saúde, e desejar que recupere rapidamente, é um problema grave, pelos vistos até está a correr bem a recuperação, espero sinceramente que tudo corra pelo melhor.-----

----- Em relação ao que tenho aqui a dizer, nem são só propriamente questões, não tem que responder, são algumas notas, só que gostaria de deixar.-----

----- A primeira em relação a uma questão urbanística, como sabemos, a zona central da Mourisca está a sofrer uma intervenção profunda e necessária, de facto tenho a expectativa, como com certeza a Câmara também terá, que ficará uma zona muito beneficiada e muito melhor do que o que está atualmente, só venho partilhar, até porque não sou da área e não consigo sequer fazer juízo, mas há um trabalho que desafio toda a gente a ver, que é da minha terra natal, que é de Fiães, Santa Maria da Feira, que é precisamente uma Freguesia onde se fez uma intervenção, quase que diria moderna, como se fez também em Espinho, ou seja, passeios largos, estradas com seis metros, sentidos únicos, aquilo é o verdadeiro degredo, acho que todos nós, digo isto com tristeza, não só por ser minha terra, porque também é dinheiro público, até posso estar enganado, dou isso de barato, como Presidente de Junta aquilo é mesmo mau digno de se ver, como não fazer, é minha opinião, é conhecido na minha Freguesia, tento fazer tudo para melhorar a funcionalidade da circulação automóvel e das pessoas é verdade, e com o apoio da Câmara, tem que ser necessariamente, temos feito alargamentos, temos feito estacionamento, etc, e já pela amostra que vi daquela pequena rotunda do Barril, já comecei a ficar preocupado, de facto nós hoje vivemos, é minha opinião, vivemos um conceito em termos de obras, em termos de freguesias, onde privilegiamos a mobilidade, o andar a pé, o andar de bicicleta, só que depois aquilo não fica funcional pura e simplesmente, sinceramente acho que é estragar dinheiro, e a mim o que me custa como cidadão e muito mais como Presidente de Junta, é nós gastarmos dinheiro para as coisas ficarem ainda menos funcionais do que o que estavam, não estou a dizer que vá ficar na Mourisca, longe disso, é só um apelo para que de facto se veja, está bem que se vai fazendo nos outros lados e quanto a mim profundamente errado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Queria deixar aqui também uma sugestão, também já deixei no mandato passado, em relação aos ecocentros, muita gente foi contra a Câmara Municipal por causa de ter permitido entrega de resíduos no antigo matadouro e ali na Alagoa, se bem se recordam fui sempre a favor, e como o Senhor Presidente da Câmara dizia na altura, e bem, mais vale deixar ali à vista de todos, onde a gente os pode tratar, do que enfiar-los no meio dos pinhais, onde as pessoas enfiavam.-----

----- Penso que neste mandato, de facto a criação de ecocentros como nós temos em outras cidades, não se pode fazer tudo de uma vez, a gente sabe, mas penso que seria algo importante para fazer, há cada vez mais uma maior disciplina das pessoas em relação aos resíduos, há uma vontade, pelo menos é o que sinto, das pessoas de facto entregarem os resíduos separados e nos locais próprios, penso que deveríamos continuar nessa senda, é verdade que ali no mercado municipal tem ali uma série de máquinas, e muito bem, portanto que se deveria estender ao resto do concelho.-----

----- Quanto à recolha do lixo, também já deixei aqui a sugestão uma vez, para mim, principalmente nos centros urbanos deviam-se acabar com os caixotes do lixo, é doenças, é lixo espalhado, é cães, etc., já em muitas outras cidades se faz a recolha, por exemplo, duas vezes por semana à porta das pessoas, acredito que se calhar em freguesias como a Castanheira ou Belazaima, Agadão, seja mais complicado, mas se calhar nos centros urbanos penso que faria todo o sentido.-----

----- Outra questão também importante e de certeza que irá merecer a atenção da Câmara, tem a ver com a saúde.-----

----- Se de facto nós temos aspetos em termos do concelho tem sido feito com muito sucesso e muitas vezes até com algum brilhantismo, nomeadamente a questão do turismo, a questão da educação, a questão até do património, de facto aquilo que sinto em termos de saúde, tirando uma ou outra exceção, até só me lembro de uma a nível concelhio, há muita razão de queixa das pessoas em relação aos centros de saúde, toco no assunto porquê? Por um motivo simples, porque nós vamos ter em 2022 a delegação de competências, vamos ter que a discutir e se calhar seria uma boa altura para de facto tentar, dentro do possível, também não estou a dizer que solução esteja na Câmara, mas fazer algo para isto, de facto o COVID ninguém pode negar o efeito que teve, é óbvio, também é óbvio que se calhar a maior herança que temos de COVID serão as outras doenças que não serão tratadas e já se nota, e muito, no caso específico da minha freguesia sei que estão previstas obras no jardim de infância da Mourisca, precisamente para ir para lá o centro de saúde, e muito bem, nós também seremos chamados a intervir na altura, penso que seria algo que de facto devia merecer a nossa atenção e irá merecer com certeza.-----

----- Também um apelo em relação às pavimentações das ruas, nas coisas que todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sabemos, onde a Câmara mais gasta dinheiro, mais gasta, mais investe, há uma série de ruas que têm ficado para trás, pequenas usa e que nós, o Senhor Presidente repetidamente também tem dado justificação, e compreende-se, são ruas que pela sua extensão são pequenas e ficariam, custo ao metro, muito superior ou se calhar muito elevado para aquilo que se pratica, mas também aquilo que se vai vendo ao longo dos anos é que essas ruas vão ficando sempre preteridas, ou seja, se calhar tem que se chegar a uma altura em que facto elas também têm que ter o mesmo direito que as outras têm, até porque se de facto o custo fica mais elevado, também é verdade que a extensão é pequena e não estaremos a falar de valores assim tão desproporcionados para fazer.-----

----- Por fim, é um pedido para a minha Freguesia, nós vamos ter a ligação, vamos ter ali a zona sul, a minha freguesia vai ter intervenções muito significativas, temos a questão da ligação Águeda/Aveiro, começa na estrema da nossa freguesia, temos também a ligação Fontinha/Travassô, que eu e o Presidente Sérgio temos trabalhado, espero que para o ano, se a Câmara concordar, iremos fazer a última fase de alargamento da parte de Segadães, da parte de Travassô será mais simples, penso que será, e se o Senhor Presidente concordar, naturalmente, será uma excelente obra, uma excelente via que irá ficar ali.-----

----- Deixo-lhe aqui também um desafio, e voltarei a ele mais tarde, até quando nós falarmos mais em privado, de facto é aquela zona toda desde a estação da Mourisca até Valongo, seja pela rua da Quinta do Neves, seja pela rua do Lameiro, seja pela rua que vai ter à “Camag” de facto penso que se calhar para o próximo mandato seria uma excelente, excelente obra para a nossa freguesia, até para aquela zona, de facto essas ligações são trabalhos difíceis, é verdade, mas como o Senhor Presidente diria, melhor do que eu, “Temos que arregaçar as mangas e pôr mãos à obra”, é só isto, é como digo, não tem que responder, são pequenas notas apenas que ficam.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Ata da reunião da Câmara Municipal número dezoito, de dezanove de setembro, de dois mil e dezassete – propostas de atribuições e de apoios- Uma proposta de atribuição de apoio à Sociedade Recreativa e Musical 12 de Abril - Proposta nº 577/17, um subsídio no valor de cinquenta mil cento e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, destinado a comparticipar um projeto de construção nas instalações da referida instituição, sanitários, elevador, escada de segurança e sala de música. Esta resolução terá que ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, na reunião de dezanove de setembro de 2017, foi apresentada uma proposta de atribuição de subsídio no valor de cinquenta mil euros para a realização de obras na 12 de Abril, tudo correto, sendo um orçamento acima dos duzentos mil euros, vinte e cinco por cento dava os tais cinquenta mil.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Ora, essa obra referia-se a obras e construções de um elevador na sede da associação, escada de segurança e numa sala de música, sendo que o elevador e a escada de segurança, pelo menos esses, já tinham sido construídos há vários anos, sendo como tal ilegal a atribuição de subsídio, a questão é, o atual Presidente, Jorge Almeida, como Vice-Presidente na altura, a dirigir a reunião, sabendo que o dito elevador já existia há vários anos, sabendo que não podia aprovar a candidatura ao subsídio, sabendo que o projeto apresentado não se destinava à construção alguma, sabendo que o Presidente da Coletividade era o número cinco da sua lista candidata à Câmara Municipal, nas eleições que iriam decorrer daí a alguns dias, levou o assunto à reunião aprovando-o, cometendo uma ilegalidade intencionalmente que pretendia subtrair ao Município mais cinquenta mil euros de forma injustificada.-----

----- Questões:-----

----- Porque levou, o Senhor Presidente da Câmara, na altura Vice-Presidente, à reunião uma proposta falsa, aprovando o desvio, a delapidação, o roubo de dinheiros públicos que estavam à sua guarda? -----

----- Quem participou na trfulhice? O Senhor e os Senhores Vereadores? O arquiteto ou o engenheiro de projeto? O Presidente da Direção da Banda 12 de Abril, seu companheiro, candidato número cinco dos Juntos à Câmara? Outros?-----

----- A quem se destinava o dinheiro e para quê? Pagar favores? Pagar apoios da campanha? Pagar alguma dívida eventual, visto que não iria haver obra alguma?-----

----- Quem iria passar as faturas falsas no valor dos duzentos mil euros para justificar o pagamento por parte da Câmara dos cinquenta mil, uma vez que não existiria obra nenhuma? Ou será que a Câmara atribui subsídios e apoios sem verificar da sua execução?

----- Mesmo sabendo, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores do Executivo, da ilegalidade que cometeram ao aprovar, tentaram que o protocolo fosse aprovado pela Assembleia, tentaram enganar os membros da Assembleia, facto que só não ocorreu por dúvidas levantadas pelo membro do PS, Manuel Farias, ter questionado outras ilegalidades que a proposta continha, como por exemplo, o somatório de IVA de materiais de IVA final, levando à retirada da proposta por parte do Senhor Presidente.-----

----- Mesmo depois de todos estes factos ainda levou o assunto à reunião da Câmara Municipal de nove e dezasseis de janeiro, de dois mil e dezoito, tentando eventualmente que ela passasse e sabendo da ilegalidade que estava a ser cometida.”-----

----- **Jorge Manuel Santos Melo – PS;** -----

----- “Gostaria de começar a minha intervenção pelo seguinte:-----

----- De há bastantes anos a esta parte que os membros da Assembleia Municipal vêm solicitando, vêm reivindicando, vêm mendigando que nos sejam dadas condições para nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

trabalharmos, o Senhor Presidente da Assembleia se calhar não tem perceção disso por força de estar no cargo ainda há muito pouco tempo, mas basta olhar para os nossos colegas e perceber-se que é impossível trabalhar com condições condignas para fazermos aquilo para que fomos eleitos, que é um trabalho de cidadania com rigor e com profissionalismo, gostava imenso de poder trazer e tirar notas, mas aquilo que nós vemos, não temos condições para isso, e peço Senhor Presidente, que este acabe também por ser um dos seus legados, que crie condições para que todos nós deputados possamos fazer um trabalho de forma mais profissional e de uma forma que seja mais condigna para todos nós e consequentemente daí se extrair aquilo que nos elegeram, que é o benefício dos nossos munícipes.-----

----- O que me traz aqui é um tema do qual tenho procurado abstrair-me nos últimos tempos, porque falei nele vezes sem conta e se calhar por falar nele tantas vezes foi acabando por cair no descrédito, visto que era praticamente sempre eu que vinha aqui falar neste assunto e tenho procurado reservar-me acerca do mesmo, no entanto, neste momento atingiu um estado o qual não posso em consciência continuar calado e que se relaciona com a proteção civil, se relaciona com aquilo que todos nós vemos em Águeda nos últimos tempos, relacionado com os aglomerados de pessoas nesta situação que estamos a viver do COVID-19, e eliminando desde já de que o PS está contra o Pai Natal, ou que está contra as luzes de Natal, ou os guarda chuvas ou o que quer que seja, portanto isso é absolutamente falso, nós, eu pessoalmente, falo em meu nome pessoal, acho que a cidade está extraordinariamente bonita e acho que é uma das formas de a promovermos, mas penso que já andamos nisto há anos suficientes para criar aqui condições de segurança, não queria estar aqui a elencar, porque acredito Senhor Presidente da Câmara que saiba perfeitamente quais são as suas competências, mas é da inteira responsabilidade do Senhor Presidente de Câmara garantir a prevenção, garantir que se criem condições, não queria estar aqui a elencar a lei de base da proteção civil, onde isto está claramente explicito, e também não queria estar a alimentar aquilo que tem sido dito de termos que lá pôr um desinfetante, que temos que criar um corredor, que temos que delimitar o espaço, não, aquilo que penso que temos que fazer é colocar em prática aquilo que o Executivo anterior aprovou que é o Plano de Contingência para o COVID-19 e arranjar uma estratégia, lê-se no documento que foi criado um gabinete para o COVID-19, gabinete de emergência para o COVID-19, isto em março se não me falha a memória, em março de 2020, e nós não temos nenhuma medidas neste momento que salvaguardem a saúde de todos nós, salvaguardem a integridade e o esforço avultado que os serviços de saúde estão a ter neste momento e que tiveram nos últimos dois anos, acho que é uma forma de respeitarmos as pessoas e de respeitarmos também os nossos serviços de saúde que em determinada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

medida, falo em específico nos colegas do Senhor Presidente de Câmara e que sei que o Senhor Presidente tem sensibilidade para isto, que dão o corpo ao manifesto de dia e de noite, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, vinte e quatro horas por dia e depois chegam cá fora e vêm este apanágio de aglomerados na cidade, acho que isto merece um tratamento adequado, se nós temos capacidade para gastar trezentos ou quatrocentos mil euros em enfeites de Natal, estou seguro que a Câmara, desde que tenha boa vontade, isto não é uma crítica, é uma sugestão de melhoria, consiga criar uma equipa técnica que defina critérios de segurança, que defina quais são as vias de acesso, que defina vários sítios onde as pessoas possam desinfetar as mãos, que tenha vários outdoors espalhados aludindo a que as pessoas tomem as medidas de segurança.-----

----- É um pedido que lhe faço Senhor Presidente da Câmara, para que isto seja garantido, para que tenhamos espalhado por toda a cidade pessoas que façam cumprir aquilo que está emanado na lei, nós estamos neste momento em estado de alerta de calamidade, portanto há um conjunto de medidas que estão descritas na lei, que nós estamos a ignorar, que estamos a descurar, não acredito que seja de má vontade, talvez seja também um bocadinho pelo cansaço que temos vindo a ultrapassar nos últimos anos, relacionado com isto do COVID, portanto quero deixar aqui um sinal de alerta ao Senhor Presidente da Câmara, não tem que fazer muito, só tem que fazer cumprir aquilo que diz a lei.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT-----

----- “Antes de mais, na linha do que o meu colega Paulo falou há pouco, uma palavra especial para o Nuno e que ele recupere rápido, obviamente que é o que todos nós queremos.”-----

----- De seguida, até estou atónito porque Senhor Presidente na primeira intervenção que tive aqui, na primeira Assembleia, disse que havia certos tipos de intervenções que nem sequer nos devíamos preocupar com elas e quanto mais comentá-las, lanço-lhe esse desafio porque há coisas que não consigo conceber na minha visão de democracia, tenho dificuldades, portanto é o desafio que lhe lanço e vou seguir.-----

----- Jorge Melo, partilho contigo as tuas preocupações e aquilo que temos visto em Águeda, nas últimas semanas, vem obviamente mostrar que no ano passado, numa altura em que o país estava às escuras, todos confinados, Águeda fez uma aposta e que na altura..., obviamente foi uma aposta de risco, que muitos de nós criticamos, uns gostaram, outros não, mas Águeda e com um argumento válido que vim aqui defendê-lo, também foi na altura o Senhor Vice - Presidente que o defendeu, de que o investimento de muitos anos a tentar catapultar o nome de Águeda para um patamar alto, reconhecido, não se compadecia com passarmos um ano também de escuridão e de seca, e aquilo que estamos a viver este ano não é nada mais nada menos do que dar corpo a essa estratégia e aquilo que está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acontecer obviamente é algo que foi..., Águeda está assim efetivamente e nós vamos ter que viver com isso.-----

----- A questão do COVID preocupa-nos obviamente e quando falamos de medidas que devemos tomar, mais medidas ou menos medidas, é algo discutível porque todos os dias somos invadidos, seja nas redes sociais, seja nas TVs, seja nos jornais, acho que não há ninguém, desde o bebé mais pequenino ao mais idoso que não tenha perfeitamente presente que a preocupação e o controlo da pandemia parte de cada um de nós, isso acho que todo o cidadão sabe que depende dele única e exclusivamente o controle da pandemia, os órgãos públicos obviamente se associam a isso e podemos sempre fazer mais e há sempre coisas a melhorar, mas não me parece que seja por aí que os números estão como estão e tive o cuidado de fazer um pequeno levantamento sobre os números que tínhamos há um ano e aqueles que temos hoje, e Águeda a doze de dezembro de 2020, tinha duzentos e quarenta e sete casos ativos, num cenário muito diferente do que temos hoje, este ano temos trezentos e treze, a vinte e quatro do doze de 2020, tínhamos duzentos e oito, este ano temos duzentos e sessenta e dois, este panorama tive o cuidado de o verificar em alguns concelho aqui à beira e em termos do aumento exponencial do ano passado para este ano é praticamente global, então se nós formos comparar a taxa que nós temos de doentes infetados por COVID-19 em função do número de habitantes que temos no nosso concelho e do que nós temos aqui à beira, temos uma agradável surpresa, escolhi aqui três aleatoriamente, mas fui a Anadia, Águeda está com zero ponto vinte e cinco por cento de infetados por número de habitantes, Anadia com zero cinquenta e seis e Oliveira do Bairro com zero seis, portanto eles não têm Pai Natal, não têm tido o fluxo de gente vinda de todos os pontos do país que nós temos tido, portanto não vejo que exista uma causa efeito, agora há algo que me preocupa Senhor Presidente e restante Executivo, se nós continuarmos nesta escalada do ponto de vista do turismo e da vinda de pessoas para o nosso concelho, vamos ter que acautelar aqui outras questões, e essas sim parecem-me pertinentes, até porque o controle da pandemia é algo que vai ter que existir e vai continuar ao longo dos próximos anos, mas temos que estar preparados para receber essas pessoas com uma série de infraestruturas que hoje tenho visto e por aquilo que falo na rua com os colegas e com comerciantes, temos dificuldade em darmos resposta a algumas coisas, nomeadamente casas de banho públicas, a questão do comércio e dos comerciantes e de haver uma estratégia global por parte de todos envolvidos, sejam eles associações comerciais, sejam restaurantes, que possam trabalhar de outra forma para não termos aqueles casos que nós temos tido, de estabelecimentos comerciais fechados, enfim, temos que repensar um pouco isto porque se continuarmos com esta escalada de crescimento e se tivermos um ano limpo, ou melhor do que tivemos no ano passado, com AgitÁgueda, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Feira das Lambarices, com Festa do Leitão, tenho plena convicção que aquilo que estamos a assistir neste momento, em termos de sucesso, que se vai replicar, e temos que estar preparados para isso em cenário de pandemia, pós pandemia, algo que nós desconhecemos, gostava de saber e gostava de lançar esse desafio também ao Município para aquilo que nós possamos fazer para receber melhor as pessoas e para que tornamos isto tudo sustentado e continuamos a crescer durante os próximos anos que é aquilo que nós esperamos, esse acho que é o grande desafio e Águeda precisa disso e acho que estamos todos preocupados com isso, gostamos de ver muita gente nas ruas, é um sinal, mas às vezes, quase todos os que estamos aqui, estudamos em Águeda ou vivemos em Águeda ou estivemos cá e já não estamos, mas é confrangedor quando nós vamos à rua, confrangedor no bom sentido da palavra, e passamos na rua Luís de Camões e vamos duzentas, trezentas, quatrocentas pessoas, o que for e não conhecemos ninguém, é algo que há uns anos atrás era impensável, isto quer dizer que estamos a receber muita gente, aí temos que saber cativá-los para voltarem, esse é o grande segredo e isso tem sido conseguido com muito sucesso para quem dizia que a estratégia tinha ficado lá atrás, há quatro anos onde foi, não, é um sinal de que estamos a trabalhar bem, mas há sempre algo a melhorar e deixo esse desafio ao Município.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----

----- “Com sua anuência mesmo sabendo que não pedi para fazer este esclarecimento no momento exato, que devia ter sido logo a seguir à intervenção que deu origem a esta necessidade de vir fazer um esclarecimento de uma forma muito simples o Senhor Deputado José Marques Vidal, não participei em vigarice nenhuma, no período em que o Senhor mencionou, fui membro da Câmara Municipal enquanto Vereador, quero aqui tranquilizar todas as pessoas e dizer que aquilo que aprovei, mesmo que erradamente, aprovei sempre com boa fé e convencido que estava a fazer as coisas corretas, não faço a mínima ideia de qual foi o sentido de voto que tive nessa proposta, se não votei contra ela é porque nada me levou a votar contra ela, não faço ideia. Quando essa proposta veio à Assembleia foram levantadas questões, ela não voltou a vir à Assembleia tanto quanto me lembro, por mim, quando as propostas são retiradas e não voltam à Assembleia, está encerrado o assunto.”-----

----- É assim que penso e gostava que ficasse claro que não tirei nunca nenhum proveito económico ou de outra forma da atividade política que exerço para além das compensações que a lei prevê especificamente para o exercício do meu mandato.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Vamos então tentar aqui responder a algumas questões que aqui foram colocadas.”-----

----- A obra de regeneração urbana da Mourisca é uma obra que, sinceramente, a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estratégica de regenerarmos os espaços urbanos das nossas freguesias está numa lógica, e muito sinceramente, é um trabalho com estratégia para o futuro, estou convencido que esta obra candidatável daqui por uns dias, sobretudo no 2030, estamos a trabalhar também para isso, também para que este tipo de obras seja, e estamos a posicionar desde já, com a capacidade financeira que todos sabemos que a Câmara Municipal de Águeda tem, a posicionar já para depois estarmos muito bem cotados e fazermos rapidamente candidaturas que são executadas rapidamente porque já estão em execução, graças a essa estrutura financeira que temos, portanto fazemos aquilo que já nos vai classificando além fronteiras do Município, somos eficazes e funcionamos com estratégia, portanto acho que aquela obra vai ser bem conseguida, mas naturalmente que qualquer apontamento que precisarmos de corrigir em obra estaremos cá e sem grandes problemas.-----

----- A questão dos resíduos e sobretudo aquela questão do ecocentro e daquelas coisas, vou-vos dizer que é intenção da Câmara retirar daquelas localizações, tanto do Covão como do matadouro, aqueles pontos de entrega de um lado vegetais, do outro lado resíduos e levá-lo para um sítio mais adequado, diria que mais controlado, e sobretudo tirá-lo dali, já o disse aqui e volto a dizê-lo, o aspeto tanto de um como de outro é muito mau, mas efetivamente são muito eficazes, nós conseguimos recolher ali muitos, muitos, muitos resíduos, que de outra forma estariam ou nos contentores do lixo e que teriam outro custo completamente diferente, em termos de tratamento e de transporte para destino final, ou então andariam aí pelos montes, pelos caminhos, por essas coisas todas, naquelas montureiras que ainda, infelizmente, vão havendo algumas, mas muito menos e muito à custa destas estruturas, portanto há uma intenção clara de fazermos uma estrutura mais organizada, chamamos-lhe assim, mais controlada, num sítio um pouco mais escondido, mas também com boa acessibilidade porque ela é absolutamente fundamental.-----

----- A questão da entrega de porta a porta todo o lixo, é um ensaio que nós andamos a pensar fazer, mas atenção, queria aqui dizer que nessa questão nós às vezes olhamos para o que temos e temos mal porque tem mau uso, esta questão dos contentores quando bem utilizados é o mais confortável para a população, porque passo no contentor, deixo o meu saquinho, perfeito, vai ser recolhido, se andarmos na recolha porta a porta vamos ter um horário, horário que será aquela hora que toda a gente vai ter que trazer os seus resíduos à porta e a vida de cada um às vezes não se compagina com estas coisas todas, agora há o nosso apelo, o apelo que fazemos todos os dias e que muito sinceramente estamos cada vez mais a apostar na nossa juventude que vá aprendendo e que não vá desaprendendo com os maus exemplos que muitas vezes têm em casa, porque efetivamente aquilo que nós vemos à beira dos nossos caixotes do lixo às vezes é indigno e sobretudo até do tipo de não separação e até do tipo de líquidos e coisas pastosas que são colocadas para dentro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

contentor, portanto as pessoas depois parece que se demitem de pensar e quem faz aquilo efetivamente não contribui nada para que o sistema funcione e funcione bem.-----

----- As falhas no concelho, queria-vos dizer que do ponto de vista daquilo que nos vai cabendo e não cabendo por direito, um direito que nós podemos assumir, nós estamos a fazer muitas coisas, estamos a intervir nas unidades de saúde, diria que praticamente em todo o concelho, as que já estão e as que vão estar, estamos a ajudar a intervir no hospital, e muito bem, e finalmente a obra está a correr, o centro de saúde aqui de Águeda, de Aguada, por aí fora, todas essas, mas atenção, na descentralização, nós não vamos ficar com a gestão e com a colocação, de por exemplo, de médicos, portanto esta descentralização diria que é para aqueles trabalhos, para aquelas responsabilidades menores, porque essas responsabilidades menores, nomeadamente decidirmos sobre os equipamentos e essas coisas, nós estamos a fazê-lo e a fazê-lo com muita qualidade e como nunca foi feito, nunca se fez tanto em tão pouco tempo, e efetivamente nós estamos a fazê-lo, fazê-lo por todo o lado, só não vê quem não quer, portanto esta questão da qualidade dos recursos e sobretudo do bom funcionamento dos serviços depende do Ministério da Saúde e isso é absolutamente claro, deixo aqui um apelo para que as unidades de saúde funcionem, mas funcionem plenamente, sou profissional de saúde e nunca na minha vida me imaginei tirar um curso para fugir dos doentes, sempre soube que há doenças infetocontagiosas, tenho obrigação de saber com eles, mas isso não me impede de estar perante os doentes, trabalhei sempre na urgência, sei exatamente do que falo e é o meu apelo para quem de direito faça com que tudo funcione devidamente, porque nesta altura estão a chegar às urgências dos hospitais doentes em muito mau estado e em termos de média, muito pior do que aquilo que acontecia aqui há uns anos atrás, as pessoas chegam lá porque não tiveram acesso aos cuidados de saúde primários, não tiveram acesso a médico, não tiveram acesso a exames complementares de diagnóstico, tiveram medo de ir às primeiras queixas, e esta é a verdadeira e a maior pandemia que nós temos, esta é a grande pandemia que nós temos, portanto aqui o meu apelo para que efetivamente ponhamos os serviços de saúde a funcionar. Do ponto de vista das estruturas, dos edifícios, das instalações, nós estamos a tratar como nunca tratámos, mas esse, lamentavelmente, é só o nosso papel, porque também não tenho dúvidas que na descentralização, se ela fosse plena, os municípios têm dado o exemplo de que são capazes de com o mesmo fazer muito mais do que o Estado Central, portanto deixo aqui o meu desafio, se quiserem ir mais longe na descentralização, estamos cá.-----

----- As pavimentações de pequenos arruamentos a nossa estratégia, é também uma vez mais estratégico, nós temos vindo a fazer todos os anos muitos, muitos, muitos, vão faltando alguns, faltam menos com toda certeza, até porque agora depois da revisão do PDM, destas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisas todas, aqueles pequenos arruamentos e aquelas construções fora dos aglomerados urbanos cada vez são menos, portanto estou confiante que a curto prazo conseguiremos ir a todo o lado.-----

----- Aquela via de Travassô/Fontinha, quero-vos dizer que no eixo rodoviário Águeda/Aveiro vai haver uma ligação de Travassô para a Fontinha e nomeadamente de toda aquela ligação a partir do nó de Travassô, que vai dar acesso à parte sul do concelho de Albergaria, nomeadamente Alquerubim, São João de Loure que vai ter o acesso a essa auto-estrada ali, portanto não sei até em que ponto é que essa rua vai depois passar no sítio onde vai passar a auto-estrada, é importante que nós olhemos para isso no âmbito do projeto de execução que vamos agora lançar.-----

----- O Senhor José Vidal não tem resposta, da minha parte não tem, e não tem porque não merece, é um indivíduo que andou na campanha eleitoral a chamar-nos ladrões, não sabe cavar com outra enxada, é indigno de ter resposta e é a nossa vida, não há dúvidas nenhuma que fala cada um por si, e estamos todos tranquilos e à vontade porque ninguém rouba nada, muito menos aquilo que é do erário público, muito menos, ele já devia ter aprendido, aliás tem obrigação de nos conhecer há muitos anos.-----

----- Jorge Melo, o COVID, aquilo que fala cruza-se um pouco depois com o que o Humberto depois falou, isto já não é um fenómeno, não é um epifenómeno, não é uma coisa que surgiu agora e pode acabar daqui a dias, os chapéus de Águeda e nomeadamente o Natal de Águeda é uma coisa incrível, diria que tem paralelo no que aconteceu aqui há uns anos com Óbidos, não me estou a pôr em bicos de pés, isto é mesmo assim, a imensidão de pessoas que aqui tem vindo durante todos os dias, ainda há um bocado fomos ali jantar abaixo e ainda há um bocado, é impensável a uma segunda-feira, depois das festas, como é que é possível tanta, tanta gente e sobretudo tanta gente a querer jantar em Águeda, lamentavelmente a maior parte dos restaurantes estavam fechados, mas tanta gente, com filas de espera em todos eles, e isto é riqueza para o nosso concelho. Isto preocupa-nos em termos de COVID, porque o COVID efetivamente não tinha sido convidado para a festa, não vale a pena porque ele apareceu, e aparece aqui, aparece em Aveiro, aparece nas cidades todas e nos concelhos todos, como os nossos vizinhos aqui todos que investiam fortemente em luzes de Natal, agora, nós fazemos melhor e as pessoas acham que aqui é que vale a pena vir, e do ponto da vista da realização, da concretização disso, das luzes de Natal, da animação de Natal, Águeda é um verdadeiro sucesso à escala mundial, e nós temos aqui imensa gente como temos em outros sítios também, porque se nós formos para os centros comerciais também vemos o que é que se lá passa, acho que é muito comparável.-----

----- Nós temos algumas medidas das que falou ali, nós vamos-las tendo, mas falta-nos implementar outras, isto é indiscutivelmente um desafio para nós todos, para que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

próximos anos, independentemente do COVID, até porque estou convencido que o COVID não é uma coisa que veio para ir, acho que, por exemplo, que os serviços de saúde têm que se organizar e aquela coisa que são, por exemplo, os centros de vacinação, já não fazem muito sentido, até porque eles estão a funcionar com os profissionais das unidades de saúde, acho é que cada uma das unidades de saúde vai ter que começar a capacitar-se para cuidar e nomeadamente vacinar os seus utentes de uma forma organizada, tranquila, porque acredito que o COVID veio para ficar mesmo, isto não vai desaparecer assim, acho que já deu para percebermos todos isto, portanto nós vamos ter que nos organizar cada vez melhor. Organizar-nos do ponto vista a recebermos melhor, nomeadamente fazermos com que o nosso comércio responda afirmativamente e de uma forma muito mais capaz a este *boom* que tivemos de visitantes, que os nossos restaurantes também sejam capazes de os receber condignamente para que efetivamente aquela riqueza que é a nossa aposta que cá deixem estes visitantes e que valha a pena nós fazermos tudo isto até do ponto de vista económico, mas ao mesmo tempo nós capacitar-nos para termos melhores condições, mas melhores condições no sentido de nos protegemos a todos, há uma regra que nunca vai falhar, cada um de nós tem que se capacitar cada vez mais para olhar por si e pelos outros e nunca na nossa vida o olharmos por nós foi tanto sinónimo de olharmos pelos outros simultaneamente, e é isto que peço a todos, a todos nós os aguedenses e a todos os que nos visitam, é claro que há as leis do país e nós não podemos colocar uma cerca à volta da cidade e espero que isso não aconteça, seria muito, muito, muito mau, já outras cidades tiveram por outros motivos, não foi nada agradável, bem pelo contrário.-----

----- Uma nota, porque às vezes também temos às vezes um bocadinho esta ideia de inflamarmos as coisas e parece que estamos à espera que tudo corra mal, às vezes dá a entender, algumas pessoas parece, porque estão sempre viradas para aquele lado.-----

----- Nós se olharmos para o mapa do COVID e da densidade do COVID no país, nós estamos perfeitamente harmonizados com a nossa região e grandes freixas do país, temos municípios muito piores do que nós e outros muito melhores do que nós, mas nós estamos perfeitamente inseridos na média, basta verem o mapa e percebemos que o nosso vermelho é um vermelho que diria que é a cor da maior parte dos concelhos do país, e na maior parte dos concelhos do país não há Pai Natal e não há estas enchentes, portanto é para nós percebermos que efetivamente estas questões do ar livre e destas coisas, não serão tão complicadas como depois aquelas festas pequenas e mais reduzidas onde o risco de infeção é muito maior, porquê? Porque a proximidade é muito, muito maior, mas o risco existe, existe mesmo, portanto vamos tentar capacitar-nos e aproveitarmos esta nossa experiência para no próximo ano e no futuro, o futuro é todos os dias, nos irmos capacitando para sermos mais capazes de proteger quem nos visita e os aguedenses naturalmente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Manuel Santos Melo – PS;**-----

----- “Senhor Presidente, não quero e penso que não foi dessa forma que interpretou, não quero que interprete estas palavras no sentido crítico, quero-lhe é mostrar que da mesma forma que nós fazemos um projeto para o AgitÁgueda, onde é que posicionamos as barraquinhas, qual é a dimensão da tenda, um projeto para a instalação do Pai Natal, um projeto para Águeda/Aveiro que nós continuamos aqui a ser, entre aspas, obrigados a tomar algumas decisões que o influenciam que ainda não temos conhecimento, da mesma forma que nós fazemos um projeto para isso tudo, é importante que se perceba que esta é uma área que se exige cada vez mais e que também merece um investimento nessa matéria, há empresas que o fazem, não peço que o Senhor Presidente seja iluminado e que saiba de todas as áreas, vai é procurar quem saiba fazer e não nos vamos comparar aquilo que se passa ao nosso lado, vamos é dizer aos nossos pares, que estão ao nosso lado, que em Águeda faz-se assim, em Águeda faz-se bem e os resultados estão à vista, é isto que lhe estou a propor, para que haja a mesma sensibilidade nesta matéria que há em tantas outras, no alcatrão, onde quer que seja.”-----

----- **José Raposo Marques Vidal – PS** -----

-----”Senhor Presidente da Assembleia o Senhor Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma das questões que lhe foram postas, violando um dos princípios regimentais e da lei, que deve ser e que deve ser o Senhor Presidente a instituir que ele responda, se ler o regimento é o que lá vem.”-----

----- Meus Senhores, estamos numa situação muito grave em Águeda, uma democracia doente, quando um Presidente da Câmara permite que alguém diga que fez uma traulhice, que ele roubou, eventualmente roubou, não sei se aquilo é um roubo ou não, se é um desvio e está calado, não defende a Câmara Municipal, não defende o cargo que exerce, o Senhor Presidente da Câmara foi eleito e é pago por nós para gerir o nosso dinheiro, é só isso, fez como está nas atas, isto o que estou a dizer nada é o diz-se nada, está nas atas, aprovou com conhecimento de causa, ele e o Senhor Vice-Presidente, mais a Dr^a. Elsa Corga e o Senhor João Clemente, sabiam que isto estava construído há vários anos e aprovaram, o Deputado Miguel Oliveira, então Vereador, disse que o aprovou e acredito, porque não sabia que aquilo já estava construído.”-----

----- Quando não responde, nós não podemos permitir ter um Presidente da Câmara que lhe podem chamar os nomes que quiserem, não podemos permitir isso, nós temos que ter à frente da Câmara pessoas sérias, com esta resposta o Senhor Presidente revelou que não é uma pessoa séria, pior ainda, quando há membros desta Assembleia que depois de ouvir isto, de terem conhecimento disto e apoiam o Senhor Presidente, estão a apoiar uma pessoa que não é séria, essas pessoas são iguais a ele nos princípios, a democracia está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

doente, quando chego aqui e denuncio o desvio de cinquenta mil euros do nosso dinheiro...”

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “ O Senhor Deputado não tem feito outra coisa na sua intervenção se não ofender de facto de forma direta a pessoa do Senhor Presidente da Câmara, do que percebi, sobre factos dos quais ele não exercia essas funções sequer, não posso permitir por uma questão de honra para com esta Assembleia e esta Instituição que o Senhor mantenha esse discurso de injúria, de difamação, nós não estamos só no campo político Senhor Deputado, as palavras da forma como são ditas, o Senhor desafia, extravasa o que é o político e passa para o campo pessoal, não acho que isso seja adequado, não é adequado, é a minha interpretação, obviamente, a manifestação dos pares é outra questão, é uma apreciação do que faço da sua intervenção, portanto peço-lhe que termine o mais rapidamente possível e tente de facto usar a sua capacidade de não usar essa linguagem de ofensa, porque ela não nos leva a lado nenhum Senhor Deputado”-----

----- **José Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Agradeço Senhor Presidente, agradeço a sua intervenção, é só para dizer que todas estas palavras que disse, estão escritas, é fácil de ver que não são ofensivas nem nada, porque vêm no dicionário, trifulhice quer dizer aldrabice, foi o ato que foi feito de aldrabar, de enganar, isto está tudo no dicionário, portanto não ofendi ninguém.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “E roubo também está e outras que mais e elas não querem dizer que não sejam tipificadas como crime.”-----

----- **José Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Quando a pessoa diz faltou à verdade, eu digo mentiu, está no dicionário, as pessoas é que dizem às vezes, faltou à verdade, mas isso, aceito a crítica, serei responsável por aquilo que digo, só para terminar então.”-----

----- A democracia está doente quando pessoas que sabem que isto aconteceu, não se manifestam de imediato depois da minha intervenção a perguntar ao Senhor Presidente, se isto era verdade ou não? Era a primeira coisa que faria se estivesse ali, sendo apoiante ou não apoiante, mais, não perguntariam de imediato ao Senhor Presidente se isto já foi feito mais vezes, não perguntariam de imediato ao Senhor Presidente se isto foi feito a todos, pelo menos fosse equitativo, cinquenta mil euros para todos, desviados para obras já feitas anteriormente que já não iriam ser nunca feitas, isto seria o exercício do lugar dos deputados, e para terminar, se não fazemos isto e os jornais não trazem esta acusação na primeira página, em que um deputado acusou o Senhor Presidente de desviar cinquenta mil euros, vejamos o estado da democracia em Águeda, nem os jornais são livres, e é isto que nós temos aqui em Águeda.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Para terminar Senhor Presidente, entrego-lhe isto em mãos para que dirija aos órgãos competentes do Ministério Público, porque além da parte política que os Senhores Membros desta Assembleia não querem assumir, os tribunais pode ser que assumam.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Para mim, repito, para mim, este Senhor é inimputável.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Deputado Miguel Oliveira, sugeriu que houvesse uma alteração dos pontos da ordem do dia, passando a ser o primeiro ponto aquele que está indicado como o ponto 3.5 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022, pelo que a Assembleia não viu inconveniente, passando-se de imediato à discussão e votação do mesmo.-----

----- **3.1 -Análise e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente tenho a minha informação antes disto tudo, que poderia dizer aos Senhores Deputados, portanto se calhar fica melhor responder, estou certo que todos leram pelo menos essa parte.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Trago umas notas pequenas, curtas e algumas preocupações.-----

----- Em primeiro lugar quero deixar claro que nós não mudamos a nossa natureza, nem a nossa posição consoante se vai alterando a composição política, desta Assembleia, o CDS por norma, em início de mandato, procura dar o benefício da dúvida a quem ganhou as eleições, quem ganhou as eleições recebeu o mandato para governar e esse mandato não nos foi conferido a nós, se tivéssemos ganho as eleições, certamente esperaríamos da oposição o mesmo tipo de postura, não uma postura colaborativa em tudo, certamente uma postura crítica, mas também uma postura de não entrave sistemático no caso de precisarmos de aprovação para resolver as coisas, claro que há sempre um ponto de equilíbrio e quem ganha, muitas vezes, ganha também, beneficia, quando chama à participação de quem perde.-----

----- Isto para dizer que no que respeita a este Orçamento, foi feita uma proposta interessante, não foi essa a metodologia que foi seguida, de apreciarmos também a alteração modificativa que vamos ter de ver mais adiante, comparei o Orçamento com essa alteração modificativa e com os Orçamentos dos anos anteriores, não vos vou maçar, não vou estar a escarpelizar um Orçamento que vem, em grande medida, na continuidade daquilo que foi feito nos outros anos e que poucas coisas novas traz, fiquei com alguma perplexidade no que respeita às verbas a transferir para as freguesias, no que respeita às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

transferências para as freguesias, que são as transferências correntes da administração local, a rubrica zero um, zero dois, zero quatro, zero cinco, zero um, zero dois, desculpem o preciosismo, mas é só para quem está a responder poder centrar-se nessa questão, há uma previsão de um milhão trezentos e trinta e um mil novecentos e cinquenta e dois euros para as freguesias e a dotação inicial do Orçamento de 2021 é de um milhão trezentos e sessenta mil setecentos e treze euros. Nós sabemos que em 2022 há várias coisas que podemos esperar, há muita incerteza, mas há coisas que podemos esperar, podemos esperar aumentos de custos com a mão de obra, podemos esperar aumentos de custos com os combustíveis, aumentos de custos com os materiais, portanto entende-se não compreendermos esta redução de verba prevista para as juntas de freguesia, certamente haverá uma boa explicação e ela ser-nos-á dada.-----

----- Depois há outra questão que tem a ver com aquilo que encontramos na alteração modificativa e aquilo que encontramos no Orçamento, na rubrica **d** dois, zero um, zero dois, tem a ver com encargos de instalações, a que respeita a eletricidade prevê uma despesa de setecentos e cinquenta mil euros, a alteração modificativa tem um valor de um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos euros, nos outros serviços temos eletricidade e iluminação pública, neste Orçamento temos um milhão e duzentos mil euros previstos, na alteração modificativa constam oitocentos e oitenta e cinco mil euros. De uma forma geral se somarmos as verbas que estão previstas nos encargos para instalações para outros serviços, temos um valor global que ronda os dois milhões de euros num caso e no outro, mas aqui os valores aparecem trocados e o que gostaria de saber é, se houve alguma modificação na forma de contabilizar estes custos que justifica esta alteração ou que outra explicação haverá para esta alteração?-----

----- Outra perplexidade maior me surgiu nas despesas com o pessoal e admito que com a alteração que houve com o Plano Nacional de Contabilidade, é assim que se diz? Não percebo, no entanto porque é que desaparece a rubrica **d** doze, zero um, zero um, que respeita à Assembleia Municipal, encontro a rubrica **d** doze, zero um, zero dois, que respeita à Câmara Municipal, às despesas com pessoal da Câmara Municipal, não encontro a rubrica **d** doze, zero um, zero um, que respeita às despesas com a Assembleia Municipal, volto a perguntar se houve alguma alteração na forma de contabilizar estes custos, se os valores que habitualmente andam à volta dos trinta e cinco mil euros estão contabilizados noutro lado ou se esta rubrica pura e simplesmente desaparece? Espero que não, porque a lei obriga a que haja pelo menos cinco assembleias ordinárias por ano e mesmo que os membros da Assembleia todos convencionassem não receber as senhas de presença, etc., a que têm direito, mesmo assim elas teriam de forçosamente, a meu ver, estar contabilizadas, pelo menos para essas cinco que são obrigatórias, portanto presumo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

possa ter uma explicação baseada apenas nas alterações contabilísticas que se verificaram nos Planos Nacionais, mas não sei e gostaria de ter resposta.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Em relação aqui às Grandes Opções do Plano, temos, como disse aqui o Deputado Miguel Oliveira, a continuação da aula anterior, isto é, faz-se Orçamentos completamente desproporcionados com a realidade, depois vem-se à Assembleia Municipal fazer retificativos, o retificativo não há-de ser o último deste ano de certeza absoluta, se calhar antes de entregarem as contas finais vão fazer outra retificação, porque temos uma execução orçamental de trinta e dois milhões de euros e está-se a propor um Orçamento de quarenta e oito milhões, não sei qual é a explicação para tamanha disparidade nos Orçamentos, isto já vem do tempo do Senhor Presidente Gil Nadais, continua-se na mesma senda, de referir que agora que estão os Juntos coligados com o PSD, o PSD debateu-se enormemente nos últimos anos para que os Orçamentos fossem um instrumento de trabalho e não uma brincadeira, que é mesmo assim, porque quando se tem Grandes Opções do Plano em que o Orçamento está inflacionado em dezanove milhões de euros e depois chega-se aqui a novembro ou dezembro, faz-se um retificativo de nove ou dez milhões, que é o que vamos falar a seguir, para cumprir os critérios dos oitenta por cento ou oitenta e um, oitenta e dois ou oitenta e três, como manda a lei, quer dizer isto é brincar com as pessoas, porque a gente não consegue comparar coisa nenhuma.”-----

----- O Deputado Miguel Oliveira fez ali uma ressalva acerca dos **d** dois, **d** três, **d** quatro, penso que foi alteração do SNC, para a Contabilidade Pública que fez esse tipo de alteração, mas não tenho totalmente a certeza.”-----

----- Gostaria de dar uma ideia, quando a gente viesse fazer as Grandes Opções do Plano, mudamos-lhe o nome que é da pasmaceira, em vez do Plano, pasmaceira, do pouquinho e da paralisação, porque se nós formos ler as Grandes Opções do Plano de 2020, 2019, 2018, 2017, 2016, encontramos pouquíssimas diferenças entre eles, portanto isto é basicamente um copy paste do que está anteriormente, depois iremos ver no futuro como é que vamos retificar isto.”-----

----- Outras coisas que saltaram à vista no pouco tempo que tive para ver isto, realmente o meu colega Miguel Oliveira tem realmente os setecentos e cinquenta mil euro e depois tem em baixo, outros serviços, não sei se vai haver alguma prestação de serviços fora do normal, um milhão e duzentos mil euros, está aqui, é verdade, não faço ideia do que é que isto seja, mas já vejo aqui outras coisas interessantes que é, cerca de vinte e cinco por cento deste Orçamento está em rubricas de outros, façam as contas, quarenta e oito milhões, vinte e cinco por cento do Orçamento, façam as contas de quanto é que estamos a falar, outros, é aquisição de bens de capital, outros, um milhão quatrocentos e noventa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

três mil euros, outros, depois tem construções diversas, outros, um milhão novecentos e sessenta e dois mil euros, outros, atenção, são as grandes rubricas de cada uma delas, outros, é tudo outros, equipamento básico, outros, trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos euros, outros, continuamos nos outros, nas freguesias tem os tais um milhão e trezentos mil que ele falou, e tem aqui uma rubrica em baixo de mais novecentos mil, gostava que me explicassem o que é que é, porque ainda sou novo aqui e ainda não consegui estudar bem a maneira como apresentam as contas, dou de barato isso porque ainda estou verde nisto, nesta apresentação de contas.-----

----- Depois temos aqui outras coisas interessantes, temos em construções diversas viadutos, arruamentos e obras complementares - sete milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil euros, gostava que me explicassem o que é isto, iluminação pública - quarenta e sete mil euros, parques e jardins - trezentos mil euros, sinalização e trânsito - cento e dezassete mil euros, cemitérios- vinte mil euros, material de transportes, outro-trezentos e cinco mil euros, portanto quem analisar este tipo de documento tem uma grande dificuldade que é, vinte e cinco ou trinta por cento de anos sim, anos não, do Orçamento está em rubrica de outros a gente não tem comparabilidade nem consegue fazer uma análise correta, mas é o que temos.-----

----- Depois temos aqui outra questão que é, mercados e instalações de fiscalização sanitária - os três milhões e dezassete mil euros, é o valor que vamos investir no mercado municipal? Fica a pergunta. Instalações de fiscalização sanitárias, o que é isto? Não sei o que é.-----

----- Temos aqui outras questões que são nomeadamente, aqui no equipamento básico - trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos euros, também gostava que me explicassem, porque está em outros e não sei o que é, não consigo analisar.-----

----- Estamos a falar, como estou a dizer, nestes montantes que são das rubricas em causa, são basicamente o valor quase total de cada rubrica, assim é impossível fazer uma comparabilidade e até já é impossível comparar com anos anteriores porque as rubricas foram alteradas e a gente para andar à procura delas nos outros Orçamentos tem que andar a perder muito tempo com isto.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “As Grandes Opções do Plano obviamente que, e num primeiro ano de mandato, temos sempre o objetivo em que elas correspondam aquilo que, de alguma forma durante o período eleitoral tivemos o prazer de andar a anunciar pelo nosso concelho aquilo que iríamos fazer, o que nos propúnhamos, enfim, o nosso programa eleitoral e obviamente que muitas destas questões, obviamente o programa obviamente que focava continuidade de projetos que vinham de trás, foi assim há quatro anos, obviamente que agora seria assim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com algumas nuances, com algumas alterações aqui pelo meio.-----

----- Temos vários vetores importantíssimos, estruturais que fizemos questão de vincar, entre eles a habitação, e falo primeiro na habitação porque obviamente aqueles mil euros que estão ali, servem única e exclusivamente para manter a rubrica em aberto, quem puxar esse assunto para fazer outro trocadilho qualquer não tem qualquer fundamento, portanto o Plano está em finalização e será submetido e obviamente haverá uma revisão orçamental para esse mesmo valor no futuro, terá que ser assim.-----

----- Acessibilidade e saúde, foram algumas das coisas que nós fomos falando ao do longo do tempo e com as quais nos comprometemos, e com a mesma facilidade que se olha para um Orçamento e se vê outros, outros, outros, é obviamente que a questão do Orçamento base zero, tantas vezes se falou aqui, nós nunca podemos fugir das revisões orçamentais por vários motivos, o primeiro é que nós neste momento estamos sem Orçamento de Estado, temos eleições à porta e não há Orçamento de Estado, forçadamente teríamos que ter uma revisão orçamental daqui a algum tempo por esse mesmo motivo. Temos um processo de delegação de competências que está como todos nós sabemos, com delegações de competências do Estado Central nas Câmaras Municipais, por sua vez nas Juntas de Freguesia, também por aqui teríamos por aqui uma revisão orçamental.-----

----- Temos concursos que estão ali, tanto ao abrigo do PRR 2030, que obviamente estão lá vertidos, são verbas que nós esperamos que algumas delas venham para o nosso concelho e esperemos que obviamente aquele valor que está ali seja o mais alto possível.-----

----- Mas, à parte disto existem alguns projetos que são importantíssimos, poderia falar em alguns, mas o documento é tão extenso e o objetivo nosso, hoje é falarmos sobre ele e o Miguel tem ali um poder, vai encontrar aqueles pontinhos, já tive oportunidade de lhe dizer, tem um poder que vai lá à minúcia, mas no entanto prefiro olhar para um documento destes como um todo e como uma estratégia global.-----

----- Nós temos algumas obras de monta, isto não são só obras que falamos, falamos da ação social, falamos de arruamentos, falamos de saúde, falamos de educação e se nós começarmos a dar uma olhadela, vemos algumas das coisas que foram bandeira e fazemos questão que os aguedenses saibam que tencionamos executá-las, falo obviamente do mercado, falo das pavimentações nas freguesias, falo nas recolhas e tratamento de lixo um milhão e setecentos mil euros, o drama que tantas vezes falamos aqui, dos caixotes do lixo cheios, leva-nos um milhão e setecentos mil euros por ano, se calhar por aí temos que puxar um bocadinho à nossa consciência de munícipes muitas vezes quando fazemos a seleção, como o Senhor Presidente falou no início, é difícil, é um problema que nos sai do bolso e devemos ter isso em atenção, sensibilizar as nossas crianças lá em casa, fazer o nosso trabalho enquanto cidadãos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A regeneração urbana das freguesias, o projeto “Aproximar Educação” convido-vos a ler em detalhe, tal com o outro que falamos “Educação Mais” é um projeto que vos convido a ver em detalhe, porque é algo que com a proximidade com as escolas é importante manter e não só, melhorá-lo e torná-lo bastante mais focado e podermos ter essa continuidade.-----

----- Apoio ao associativismo cultural, apoio a coletividades desportivas, investimentos, subsídios a atividades desportivas, AgitÁgueda, Centro de Artes, serviços e programas, ação social escolar, portanto nós temos aqui muita coisas nestas Grandes Opções e que refletem tudo aquilo que nós queremos ver no nosso concelho e queremos ver no futuro próximo, muito mais do que estarmos aqui à procura de outras coisas, acho que é a visão para o concelho que nós queremos, é uma visão que nós defendemos de algum tempo e não vai ser agora que iríamos enveredar por outros caminhos, Senhor Presidente, portanto é o nosso documento.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “O Senhor Deputado referiu retificações ao Orçamento deste ano, quero saber se posso falar também sobre o assunto? É sempre preciso fazer orçamentos retificativos, retifica aqui, ali e além, ou estamos GOP ou estamos nos retificativos.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Não, o que o Senhor Deputado Humberto Moreira disse foi que, provavelmente justifica-se a existência de eventuais orçamentos retificativos e deu dois exemplos, um deles por via de não termos neste momento Orçamento do Estado e outro por via da delegação de competências, nós estamos a falar das Grandes Opções do Plano, e é sobre essas que nós temos que falar Senhor Deputado.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Então queria perguntar, o Orçamento do Estado e a delegação de competências em quanto é que vai afetar no Orçamento? Nós temos que fazer um Orçamento, correto? Temos que ter uma ideia.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Deputado coloque as questões entretanto elas serão respondidas.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Não, era só isso.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Estamos a falar do Grande Plano do Orçamento e gostaria aqui de colocar uma questão, e temos os outros que podemos utilizá-los em algum proveito, nomeadamente aqui em algumas questões que acho que são importantes de levarmos a cabo, nomeadamente uma que trouxe aqui no dia vinte e um de dezembro de 2020, e questionar qual é o critério que a Câmara utiliza para implementação das passadeiras elevadas? Porque até ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

momento não foi nada feito em frente à Escola Adolfo Portela, colocando em risco as nossas crianças, as minhas, as de alguns de vocês, filhos, netos, sobrinhos, todos os dias têm que atravessar aquela passadeira onde viaturas passam a mais de oitenta quilómetros por hora, em risco da sua vida, se puder incluir neste Orçamento, agradecia.-----

----- Também a nível ambiental que é algo que é muito importante nós termos em conta, porquê? Porque aquilo que nós fizemos hoje vai condenar o nosso futuro, o nosso, o dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos sobrinhos, e acho que é importante nós termos em conta porque acho que há alguma coisa a fazer aqui.-----

----- Trouxe também na mesma Assembleia e na altura como cidadão, não como deputado, uma questão que está em causa ali no Casarão, até ao momento, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente o que é que fez? Dado que pelo que vi, a construção aumentou para o dobro, portanto tínhamos uma indústria com uma determinada capacidade, neste momento é o dobro, meus Senhores gostaria só que ouvissem um bocadinho do barulho que esta gente ouve toda a noite, só um bocadinho, toda a noite”.-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Deputado nós estamos nas Grandes Opções do Plano, por favor, tente-se centrar.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Na mesma Assembleia o Senhor Presidente disse que, questionei aqui por causa de termos o tipo de indústria, Tipo Um ou Três, portanto até hoje não foi apurado, e o Senhor disse que não havia indústria Tipo Um em zonas residenciais, gostaria de saber se mantinha?-----

----- No mesmo âmbito do ambiente, atenção, isto não é uma critica, isto é apenas algo que possa ser considerado no Plano, nós temos no Casarão um PEC, que até vamos falar sobre ele, onde temos uma fundição que emite para o ar metais pesados diretamente, ou que está muito próximo do rio Alfusqueiro, esses metais vão ser depositados no rio e vão ser levados a toda a Águeda e que portanto vai contaminar todas as terras.-----

----- Gostaria também de saber se no Plano está contemplado, nomeadamente o ecoponto que nós falamos há pouco, este ecoponto gostaria de saber se vai contemplar esta parte do urbanismo, se vai ter um separador de hidrocarbonetos, se vai ser licenciado, se não vai ser, estamos a falar de resíduos que vão ser depositados em solo e estes mesmos resíduos vão contaminar os lençóis freáticos e que depois vão drenar para todas as culturas aquilo que nós comemos todos os dias.”-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – PS;-----

----- “Não venho aqui tão instruído como o colega Miguel Oliveira e como o Mauro, andam aqui a jogar à batalha naval se é d dois ou d doze, portanto não estou tão bem instruído,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mas ainda bem que temos um Deputado como o Miguel que está sempre atento a esse tipo de detalhes, muito menos venho falar de números e penso que nós nos focamos muitas vezes no Orçamento, efetivamente os números são de extrema importância, mas gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara, pese embora o Deputado Humberto já aqui tenha feito a introdução, a determinada altura até fiquei confundido quem é que era o Presidente da Câmara, se era o Senhor Deputado ou se era o Senhor Presidente Jorge Almeida, porque acabou por mencionar algumas das linhas que se pensam para o futuro, mas já há algum tempo que falo aqui em duas ou três situações, que essas sim, ou também essas devem ser, não é que essas sejam as mais importantes, mas também essas devem ser implementadas no Plano, falo de uma que penso que estamos em incumprimento legal, que o colega Mascarenhas acabou aqui por abordar pela rama, que está relacionado com o Plano Municipal de Prevenção Rodoviário, penso que isto sim deveria ser uma estratégia para Águeda, definirmos objetivamente onde é que estamos, onde é que queremos chegar e o que é que temos que fazer para lá chegar, seja daqui a cinco anos, seja daqui a dez, seja daqui a vinte anos.-----

----- Depois, vejo que também uma das Grandes Opções do Plano é a ligação Águeda/Aveiro, não quero votar contra o Plano, obviamente que não quero votar contra o Plano, mas aquilo que me estão a pedir é que vote favoravelmente a um montante financeiro extremamente elevado do qual não conheço rigorosamente nada. O Senhor Presidente da Junta da minha Freguesia há pouco dizia que vai haver lá uma ligação, se calhar tem uma outra informação um bocadinho mais privilegiada que nós não temos, mas o que é certo é que vai ser a nós, não vai ser o Senhor Presidente da Câmara que vai ter esta responsabilidade, vai ser esta Assembleia que vai ter a responsabilidade de projetar ou de condicionar Águeda para o futuro que nós não conhecemos o projeto, não sabemos se ele é vantajoso se é desvantajoso, portanto acho que é uma indelicadeza pedirem-nos para aprovarmos um documento com esta envergadura sem, pelo menos, nos apresentarem um esquisso, uma maquete, uma linha, começa aqui acaba acolá, portanto acho que seria de extrema importância para podermos votar em consciência, abordarmos essa situação.-----

----- Peço também ao Senhor Presidente de Câmara que não se foque apenas nestas duas ligações de maior relevância que é a ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 e desta ligação Águeda/Aveiro, acho que é tão ou mais importante para as pessoas de Águeda que seja refletido como é que está neste momento a nossa rede viária? todos nós vamos levar os filhos à escola, temos que ir para o trabalho, que voltamos do trabalho e que a rede viária está completamente congestionada em horas de ponta, se calhar era importante pensar numa requalificação ali na Zona Industrial Norte com duas fachas para cada sentido, penso que ainda não está definido e solicito Senhor Presidente de Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que esclareça isso, a Nacional Um ainda não foi entregue ao Município? É uma luta já de longa data penso que seria também uma estratégia, se calhar requalificar a Nacional Um para criar grandes artérias ou para criar uma artéria com condições condignas à entrada e à saída da cidade ou seja fazer um plano estratégico também para a mobilidade da própria cidade e do próprio Município para que não andemos aqui a tratar coisinha a coisinha, acho que deve haver uma estratégia definida e que nos peçam a nós vamos aprovar um documento para o mandato para que daqui a quatro anos poderemos colocar Águeda neste ponto ou naquele ponto e depois então, certamente que esse documento há-de ser discutido e certamente que vai ter o apoio de toda esta Assembleia, agora assim medidas avulsas parece-me um pouco mais difícil.-----

----- Viemos também, ainda que sejam medidas que tenham trazido ao Município vantagens inequívocas, o AgitÁgueda trouxe uma vantagem inequívoca ao Município, o Pai Natal outra vantagem, o que pergunto é, há um plano estratégico de turismo para o nosso Município? Quanto é que estas pessoas deixam em Águeda? Vêm visitar o Pai Natal quanto é que elas deixam em Águeda? Há um plano estratégico concertado com a CIRA? Em que existam, por exemplo, pacotes de turismo em que a pessoa venha à zona de Aveiro e compre um pacote de cinco dias, em que nesses cinco dias pode passar dois dias em Aveiro e pode passar em Águeda, acho que nós devemos pensar de forma mais concertada e em rede e com objetivos claros e abrangentes, não de medidas avulsas, porque estas medidas avulsas acabam por cair em saco roto num futuro próximo.-----

----- Gostava de ver o Senhor Presidente de Câmara falar-nos sobre o Plano Estratégico e não tanto os números, é evidente se nos apresentar um Plano Estratégico os números vêm a seguir, e depois nós vamos conferir se o Senhor Presidente os tratou com seriedade ou não, gostava de ouvir o Senhor Presidente qual é o seu sonho para Águeda? O que é que pensa trazer a Águeda de novo, isto é o que penso que nós esperamos deste Executivo.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “O problema foi isto o que o meu colega Jorge Melo acabou agora de falar, seriedade, é que nós temos que acreditar em quem nós elegemos, quem nos governa é sério, temos que acreditar que fazem o melhor possível, com trinta milhões, trinta e dois milhões de euros por ano, eles são pagos todos os meses, catorze meses por ano, para com estes trinta e dois milhões fazerem o melhor possível, são pagos, não estão aqui voluntariamente, e meus senhores fazem o melhor possível, oitenta por cento das coisas que fazem, fazem bem, dez por cento não concordo, o problema é os dois por cento em que eles não são sérios, esse é que é o problema e vamos então ver onde é que estão esses dois por cento aqui, Plano e Orçamento, quarenta e oito milhões, não percebo nada disto, assisti há doze anos sobre esta discussão, melhorou nuns anos, piorou noutros, a verdade é que estar aqui a discutir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Plano e Orçamento baseado neste Orçamento, quarenta e oito milhões é o mesmo que não estarmos aqui a fazer nada, zero, não vale nada, portanto é um Orçamento que não é sério, porque depois, qualquer dia tiram daqui oito milhões, estou como o Jorge Melo disse, e bem, a estratégia, o que é que eles pretendem? O que é que eles fazem? E tudo o que esta Câmara faz, faz com o nosso dinheiro, pago por nós e são pagos para isso, e cumprem bem a sua função, não são, como nós já vimos na primeira pergunta que fiz, não são sérios.----

----- Há aqui uma visão desfocada do Deputado Humberto Moreira, é preciso ter uma visão, é desfocada, é desfocada em dezoito milhões, também dezoito milhões não deve ser grande coisa, não é assim grande dinheiro, nós só nos queixamos dos Salgados, dos Rendeiros, esses estão lá longe, os nossos Rendeiros, os nossos Salgados aqui calamo-nos, porque dezoito milhões é pouco dinheiro.-----

----- Vamos então ver o que é que neste Plano e o Plano já vale a pena discutirmos, o que é que poderíamos ver, no Plano, não sou muito bom nisso, li aquilo, mas li uma coisa que vou já elogiar, embora depois seja mais à frente, que é a informação da atividade do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, que nos é dada no último ponto da ordem de trabalhos, que é uma excelente informação, fomos melhorando ao longo de anos, e neste momento, para mim, que percebo pouco daquilo, é uma excelente informação, aconselho todos a lerem aquilo bem, porque quem ler aquilo fica a perceber um bocado o que é que é o concelho, meus parabéns à Câmara e a quem executou aquele trabalho, porque é muito bom, abrange as áreas todas, dá-nos números, não exagera em milhões de euros, não fala em milhões e milhões a cair, fala de coisas que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores fizeram durante quatro meses, que é muito, não é um dia, cinco dias por semana, são sete dias por semana que eles trabalham, é muito, e está lá.-----

----- Vamos então às Opções, o mercado é uma opção, já era há seis anos, as pavimentações, dois milhões e quinhentos mil euros, acho que só falta dizer onde? Que estradas? Como? Portanto até aí, normal.-----

----- Para as freguesias está aqui um milhão e seiscentos mil euros, inclui ou não inclui já as transferências que vêm do Estado, também nem discuto, acho que este Executivo na sequência de anteriores, apoia minimamente as freguesias, o que deveria era mudar o método, isso era uma das coisas que também havemos de discutir aí noutros pontos da ordem de trabalhos. As freguesias deveriam apresentar planos plurianuais, devíamos estar aqui hoje a discutir o projeto das freguesias para os próximos três anos e quanto é que a Câmara vos dava para os próximos três anos, não é de fevereiro a novembro, muitos deles nem é de fevereiro, é de junho a novembro, para acabar à pressa, não, deveriam ter um projeto, planejar, deveriam ter esse apoio, mas isso é outro método de trabalho.-----

----- Centro de Artes, nós temos excelente programação, uns gostam outros não, para mim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

também não sou muito culto nessas áreas, acho bom, está aqui uma coisa que posso pedir esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara se é normal ou não, trezentos mil euros de manutenção, trezentos mil euros de investimento em espetáculos, cinquenta por cento, será que é muito? Será que é pouco? Só comparando com outras estruturas e vendo se é assim, para mim, parece-me demasiado os gastos com pessoal e estrutura para os espetáculos que são feitos, mas isso é a minha ideia.-----

----- Onde é que falta aqui a seriedade Senhor Presidente? É no AgitÁgueda.-----

----- Fiz aqui uma intervenção em 2015 ou 2016 em que disse aqui, naquela altura diziam que o AgitÁgueda custava quatrocentos mil euros, e eu que era o Líder Municipal do PS, cheguei aqui e disse seiscientos mil, não fui desmentido pelo Senhor Presidente da Câmara, e não acredito nestes setecentos mil, não acredito, não são reais, são mais, nós devemos defender os projetos pela sua qualidade, que o AgitÁgueda tem, pelo invento de liberdade que existe, pela cultura que nos transmite, não jogando com valores, não reduzindo valores, não dizendo que custa menos, isto custa certamente mais de novecentos mil euros, isto custa certamente um milhão, mais, é e pode ser justificável esse milhão, se fosse um milhão e meio de certo até era justificável esse milhão e meio, o que nós estamos aqui a fazer com estes Orçamentos é a enganar as pessoas, e querem a prova? Natal, toda a gente ouviu falar no Natal, trezentos mil euros, o Senhor Vice-Presidente entregou aos Vereadores uma lista de contratos onde está trezentos mil euros, o Senhor Vice-Presidente esqueceu-se do Pai Natal pequeno que custa cinquenta e um mil euros, já passou de trezentos para trezentos e cinquenta e um mil, esqueceu-se da publicidade Senhor Presidente, que não vem lá, que são milhares e milhares de euros de publicidade e de outdoors, esqueceu-se, não há problema nenhum em o Natal custar quatrocentos mil, não há problema, porque se forem justificados, se tiverem valor e o Natal em Águeda tem valor, é justificável, porque é que nós havemos de mentir e fazer a passagem que é trezentos mil, se na lista que lá vem não está lá o Pai Natal pequeno, só esse são cinquenta mil, Já foi pago? Então não é custo, como já foi pago no ano passado, não é custo deste ano, não existe, não, as constas deste ano é que o natal custou mais de quatrocentos mil euros, isso é enganar as pessoas, mas já foi pago há vinte anos, não, já foi pago há vinte anos, mas pertence a este ano nas despesas, nós temos é que assumir que tem valor, não vi aqui ninguém, poderá haver, alguém contra o Pai Natal, eu não sou, acho é que nós temos que evoluir, temos que realizar e temos que ser sérios, deixar de estar a enganar as pessoas, porque os projetos têm valor, não é preciso enganar-nos nem jogarmos com valores mínimos, os projetos em Águeda têm valor, leiam as últimas páginas da atividade da Câmara, nos últimos três meses e vêm que há múltiplos projetos com valor, uns mais conseguidos, outros menos conseguidos, mas fazem uma teia, isso é que é verdade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Querem ver outro exemplo, Feira das Lambarices, o Senhor Vice-Presidente disse aqui nesta Assembleia que entregava as contas dos espetáculos que transitavam do AgitÁgueda para a Feira das Lambarices, em junho, até hoje, nem quais foram os espetáculos, nem quais foram os custos dos mesmos, até hoje ainda não trouxe, já foi a Feira da Lambarice há dois meses, ainda nem sabemos a receita daquilo, mas alguém está contra isso? Não estamos contra, uns estão contra, outros a favor, isso não interessa, não devia era estar a dizer que passou cento e trinta mil euros para lá, o Senhor Vice-Presidente passou mais de duzentos e cinquenta mil euros para a Feira das Lambarices, afirmo isto e não percebo nada de contas, mas afirmo, agora espero que alguém me desminta, é positivo? Pode ser, é muito ou pouco? Isso já é uma coisa discutível, a Feira da Lambarice tem a sua essência, e o seu valor, independentemente do custo, claro que se for muito, nós podemos fazer menos, agora nós não podemos é enganar a dizer que a Câmara fez cento e trinta mil e depois ser desmentido pelo coordenador da Feira das Lambarices que disse que era quinhentos mil que custava aquilo tudo, se eles tinham duzentos e cinquenta, alguém deu os outros duzentos e cinquenta, porque é que nós havemos de enganar as pessoas? Quando estamos a trabalhar com números no Orçamento, quando estamos a trabalhar com atividades, o Senhor Vice-Presidente ainda não disse até hoje e já passaram seis meses, quanto é que era, e o Senhor disse que dizia, passou junho, não disse, julho, agosto setembro, nunca disse quanto é que foi que a Câmara pagou, portanto isto não é sério, estamos a discutir aqui números, não é sério.-----

----- Opções estratégicas, área da habitação, o grande objetivo dos Juntos era a habitação, isso era em 2020, o grande objetivo do PSD, este ano, é a habitação, puseram lá os mil euros, deve ser para uma rubrica candidaturas blá, blá, blá,... não meus senhores, se formos à ata do ano passado, de dezembro, fez só um anito, a eficiência vê-se nisto, dizia o Senhor Presidente da Câmara, por acaso o mesmo, naquela altura dos Juntos, agora é do PSD, que *“a estratégia local da habitação está muito adiantada e que viremos, muito em breve, trazê-la aqui a esta Assembleia para aprovação”* passou um ano, a brevidade e a eficiência e a eficácia das coisas, passou só um ano, será muito em breve.-----

----- Outra, disse também, na área social, *“estamos a contratualizar a revisão do diagnóstico na área social”*, mas ele disse isto em 2020, hoje, ainda estamos a contratualizar, já cá está, já o aprovamos, passou mais um ano, portanto a área do social, a área da habitação, passou um ano, zero, onde estão os cem mil euros que estavam no Orçamento para este ano para habitação? Se se fez zero, estes cem mil euros por certo foram para a tal revisão que vai ser, cem mil euros deitados fora porque não é preciso.-----

----- Outra aposta, uma grande aposta, na página oitenta do ano passado dizia *“O lançamento dos Orçamentos Participativos e a grande despesa do Orçamento em 2022”*,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estão lá vinte e cinco mil euros, este ano fez zero, na habitação era cem mil por ano, acho que estão mil agora, cinquenta para o próximo ano, mas os mil, já percebi que é para candidaturas, que acho muito bem, e apoios, etc, só que foi zero, o Orçamento Participativo um ano inteiro não fizeram nada, zero, vão fazer, vão, quanto é que vão fazer é a grande despesa será em 2020, vinte e cinco mil euros, as grandes despesas. Nós tínhamos Orçamentos Participativos, como vocês sabem, muita gente, até concordei com o Senhor Presidente da Câmara de então, entretanto achamos um bocado exagerado, eu achei, mas era quinhentos mil ano, aqui é vinte e cinco mil para o ano é a grande despesa.-----

----- Estamos aqui pelas Grandes Opções, área social é o que está à vista, área de habitação é o que está à vista, área da participação é o que está à vista, mas é tudo mau? Não, é o que faltava, se acabei de dizer que a atividade deles é boa, oitenta por cento é boa, não sei mais do que eles, eles sabem mais do que eu na maior parte daquelas áreas, estão lá há muitos anos, sabem, têm ideias, quando nós tentamos desenvolver coisas para o futuro não conseguimos, não vale a pena estar a desenvolver para o futuro, porque às vezes não temos conhecimentos, não temos os dados, quem lá está e trabalha naquilo e é pago para fazer aquilo, fazem melhor que nós.-----

----- Para acabar, não poderemos nunca votar a favor dum Orçamento que não diz nada, basta dizer que nos outros têm perto de doze milhões de euros, portanto são doze milhões de outros que ninguém sabe nada, portanto nós não poderemos, depois da falta de confiança que temos no Executivo, ainda mais agora com estes doze milhões, podem fazer o que querem, não votaremos certamente a favor.”-----

----- **Ana Rita Antunes Pereira – PS;**-----

----- “O que me trouxe aqui neste ponto essencial, foi o facto de me ter apercebido que comparativamente aos outros anos falhou aqui um ponto essencial, o Regime Jurídico do Conselho Municipal da Juventude diz-nos que *“Compete ao Conselho Municipal da Juventude pronunciar-se, emitir um parecer obrigatório, embora este parecer não seja vinculativo relativamente a matérias do Orçamento Municipal”*, e neste sentido o próprio Regimento do Conselho Municipal da Juventude de Águeda, no seu artigo sétimo, número um, alínea b), diz-nos, *“Orçamento Municipal no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquela conexas”* neste ponto e neste sentido não houve qualquer tipo de convocatória do Conselho Municipal da Juventude para emissão de parecer obrigatório, não houve qualquer tipo de reunião para recolha de propostas dos nossos jovens e das pessoas que integram este Conselho Municipal da Juventude e neste sentido, e na senda da outra Assembleia Municipal, em que queremos cortar a voz aos mais jovens, impedindo-os de participar numa Assembleia Municipal, a pergunta que faço ao Senhor Presidente da Câmara, é a seguinte, se não fazemos este tipo de reuniões nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

órgãos onde eles têm a palavra, onde eles têm voz, onde é que eles poderão dar as suas sugestões e onde é que elas podem ser incluídas para as Grandes Opções do Plano em matérias da juventude? Porque não as ouve, é importante dignificar este órgão, é importante aproximar os jovens da política, como muito bem está escrito no site municipal da Câmara, mas é importante também convocar este tipo de reuniões”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Relativamente a estas questões, e começava logo por tentar responder ao Miguel, a questão das verbas a transferir pelas freguesias, não tem diminuição nenhuma, até porque são várias as rubricas onde há transferências de verbas, não podemos focar-nos só numa, são várias, em várias rubricas que temos transferências para as juntas de freguesia e no Orçamento deste ano tínhamos uma verba significativa para o Orçamento Participativo, essa sim, estava junto, nós fizemos essa junção antes, portanto diria que nós temos aqui margem para podermos evoluir positivamente no apoio às freguesias.”-----

----- As questões que levantas-te, depois peço ao Dr. Edson para tentar explicar, a questão das rubricas que entraram ou saíram.”-----

----- Depois vem aqui um conjunto de questões e muito sinceramente é difícil de responder, porque misturaram-se vários temas, e algumas que nada têm a ver com as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.”-----

----- Queria-vos dizer e tenho que dizer que este Orçamento deixa-nos imensamente satisfeitos e ao contrário do que querem dizer divulga e acentua claramente uma questão estratégica, que é a forma como nós temos vindo a trabalhar e que vai começando a dar os seus frutos, nós temos aqui coisas que são desejos e propostas de há décadas e que nós vamos agora, assumimo-las também em nossas mãos, tivemos o apoio do Governo para isso indiscutivelmente e tivemos a possibilidade de acedermos a estes fundos, assumimo-las também em nossas mãos, não hesitamos um único momento e vamos fazê-lo, e são coisas que são muito interessantes, umas através do Governo, outras não, outras do PRR, outras não, estou a falar de obras emblemáticas e desejadas há imenso tempo, como o eixo rodoviário Águeda/Aveiro, a ligação do PEC ao IC2, mas também estou a falar do Mercado Municipal que urge que seja intervencionado, ainda não foi, vai começar muito em breve, nos próximos dias começará com toda a certeza as obras do mercado, mas exatamente por uma razão muito simples, nós passamos por mais de meio ano de vistos do Tribunal de Contas para uma obra daquelas, esta lentidão de uma coisa que é absolutamente indispensável, não estamos a falar de três milhões e tal, mas mais de quatro milhões, três milhões e tal para este ano de 2022, que nós esperamos sinceramente, no final conseguir que a obra tenha essa evolução e que se consiga efetivamente fazer esses pagamentos.”-----

----- Agora, temos aqui os tais milhões que aí falaram, são pavimentações, a Nacional 333



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está para começar, não temos o apoio e o incentivo de mais nada que não sejam os cofres da Câmara, por todo o concelho nós temos obras e temos agora uma grande empreitada também, que já está o concurso a decorrer e que naturalmente vão percorrer todo o Município, isso não há dúvidas nenhuma. Temos estas obras da regeneração urbana, isto estamos a falar em obras, também temos que falar das obras no centro de saúde, no hospital, em Águeda que estamos a acabar e as outras que estamos a teimar fazer, em Barrô vamos fazer uma unidade de saúde nova, mas somos nós próprios que nos desafiamos a fazê-las, porque olhamos e percebemos que não estão em condições, as nossas populações merecem mais e melhor, mas nós com este Orçamento também vamos continuar a ser aquela referência que afinal de contas nos reconhece por esse mundo fora e sobretudo entre os nossos pares como ótimos exemplos e capazes de grandes, grandes, grandes desempenhos, porque nós efetivamente somos referência em muitas áreas e não vale a pena dizermos que não somos, porque somos, e este Orçamento vai-nos permitir isso, na área social, nas áreas todas, nós estamos aqui a apostar claramente em mantermos esta atenção que temos vindo a ter e a desenvolver novos projetos e a melhorarmos, porque essa perspetiva de melhoria contínua, em todas as áreas, é indiscutível que a temos, está na nossa génese, agora há uma coisa que não vale a pena nenhum de nós imaginar ou pensar, só porque estamos a começar um novo ciclo autárquico que nós não íamos apresentar aqui um apagar de tudo aquilo que vinha de trás e tudo aquilo que temos para fazer, algumas coisas por fazer há tempo demais.-----

----- Falamos que o Orçamento é empolado, sabem uma coisa? Está longe de ser dos maiores das nossas governações todas aqui que passamos e que reconhecemos, e estou a olhar para a bancada do PS, 2009 e 2012 ultrapassamos muito os cinquenta milhões, e sabem uma coisa? No fim a realização foi a mesma que fizemos antes, este discurso está estafado, é o mesmo de sempre.-----

----- Há uma coisa que vos quero dizer e digo com muito gosto, é a nossa falta de estratégia, dizem vocês, que no leva a estes resultados excelentes.-----

----- Sabem uma coisa? Muito em breve vamos fazer, provavelmente, uma alteração a este Orçamento, temos que a fazer, nós estamos classificados, deixa-me aqui ler porque é melhor, *“em primeiro lugar, na Região Centro e no País na candidatura do PRR, para as áreas de acolhimento empresarial”*, nós, Câmara Municipal, e sabem uma coisa? É a maior candidatura de todo o país, são mais de vinte milhões, completamente elegíveis, somos os primeiros, está aqui, selecionada, sim, está aqui, desculpem, foi o dia em que vos pude anunciar esta novidade, é uma novidade bonita, são mais de vinte milhões de euros PRR *“Áreas de Acolhimento Empresarial”* fomos o único Município do país capaz de concorrer aos cinco eixos, isto é trabalho, isto é muito mais do que trabalho, é trabalho e estratégia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

porque este resultado vem lá muito de trás, da teimosia com que temos lidado e sobretudo dos contactos que temos estabelecido com múltiplas entidades que são agora nossos parceiros nesta grande candidatura, vamos indiscutivelmente nas nossas “Áreas de Acolhimento Empresarial” dotá-las de grandes condições e torná-las muito mais competitivas e mais atrativas, isto é estratégia, e dei-vos este exemplo porque alguém nos fala que nós precisamos de definir uma estratégia para o turismo, o que está acontecer em Águeda é teimosia, é estratégia, é mantermo-nos no mesmo caminho e teimar-mos e fazermos e melhorarmos todos os dias e todos os anos, é assim, com muito trabalho, não tenham dúvidas nenhuma que estamos a falar disso, o que está a acontecer aqui não é uma coisa que aconteceu por acaso, não, é indiscutivelmente também essa tal teimosia de que é feita a estratégia, o saber para onde vamos, aquilo que queremos.-----

----- Meus Senhores, este Orçamento indiscutivelmente permite-nos trabalhar.-----

----- Ana Rita, naturalmente que nós queremos a juventude a intervir mais e cada vez mais, o Conselho Municipal da Juventude ainda não está constituído porque cai com a nova eleição, mas não é impeditivo da aprovação do Plano, mas naturalmente isso vai acontecer.”

----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

----- “Miguel é muito simples, essa rubrica de facto foi retirada, mas está noutra rubrica que é na Câmara Municipal, despesas na Câmara Municipal, ou seja não vão deixar de receber as senhas, foi essa a pergunta que fizeste não é? Uma rubrica que existia e que agora não está no Plano, porquê? Há rubricas que tinham poucas execuções, não foi só essa que foi retirada, há outras que foram retiradas, a execução era baixa e neste caso nós retiramos e colocamos numa só rubrica, tinhas razão, podíamos desdobrá-la, foi feito assim desta forma, não sei, respondi à questão, penso que é isto.-----

----- Aproveitava também já para dizer que em relação aos outros, fala-se aqui muito em outros, os outros têm só a ver com o classificador económico, é óbvio que para que não existisse nenhuns outros, era preciso que todas as outras despesas tivessem todas uma classificação económica, ou seja, em termos depois de contabilidade teríamos não sei quantos classificadores, portanto, isto é algo que nós também não gostamos de ter, aparecer aqui outros, porque é outros quando nós sabemos onde é que vamos gastar o dinheiro, a questão é que depois aparecerá esta rubrica de outros na prestação de contas, na nossa contabilidade de custos e há aqui alguma confusão que às vezes se faz em termos de discurso, que é entre o que é um Plano e Orçamento e o que é uma prestação de contas, este Plano e Orçamento é um Plano provisional, se receber todas as receitas que tenho aqui, executarei todas as despesas que tenho aqui, este documento permite-nos trabalhar e este documento está feito segundo todas as regras contabilísticas, todas as regras que devem ser cumpridas para a execução de qualquer Plano e Orçamento, os outros existem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em qualquer Plano e Orçamento, estas rubricas podiam ser classificadas de acordo com as orientações, numa área há rubricas e há despesas que são transversais a várias áreas e elas normalmente são colocadas onde têm maior representatividade, isto é uma forma de elaborar, agora a forma de elaborar este Plano e Orçamento tem-nos permitido atingir todos aqueles objetivos que temos estado a falar e que temos vindo a executar ao longo destes anos. Em relação aos outros, gostaria que não aparecesse aqui tantos valores de outros, mas em termos de classificador económico é assim que aparece.-----

----- Em termos técnicos acho que eram estas as duas questões, ao Miguel parece que não respondi bem ou então não percebi bem a pergunta.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Vou fazer uma intervenção muito concisa, porque já todos nos apercebemos que de entre as várias intervenções, ao contrário do que fez o Senhor Vice-Presidente, nesse ponto foi corretíssimo, o Senhor Presidente da Câmara, não foi feita uma apresentação do documento que aqui nos traz, e agora perante várias perguntas, compreendo que foram várias, se calhar não se deviam ter concentrado tantas, basicamente sobrevoou quase todas e não respondeu a quase nada, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permite, também não tem feito ao longo destes trabalhos, digamos, feito valer, e acredito que para o futuro isso seja importante, a necessidade de o Senhor Presidente de Câmara de facto responder aos pontos que são suscitadas, o Senhor Presidente de Câmara não pode escolher alguns dos assuntos que foram referidos com perguntas concretas, com melhor forma, com pior forma, mais prementes, menos prementes, mas as perguntas são colocadas, portanto vou colocar apenas uma e provavelmente de hora em diante na Assembleia Municipal vou falar só de um ponto e depois esperar que o Senhor Presidente responda, e peço a sua ajuda para que de facto o Senhor Presidente responda, como fez o Senhor Vice-Presidente agora mesmo de forma muito concreta. De alguma forma a ausência do cumprimento de determinadas regras, até formais, aliás se nós virmos, o Senhor Presidente de Câmara bem sei que muitas vezes não gosta de olhar para a política nacional, mas qualquer um dos Senhores Secretários de Estado quer gostamos mais deles ou não, quando vou à Assembleia da Republica, tomam nota das múltiplas perguntas que lhes fazem e no fim respondem a elas todas às vezes até durante trinta minutos seguidos ou mais e é assim que tem de ser necessariamente.-----

----- O tema que gostaria de ouvir algo do Senhor Presidente de Câmara tem que ver com habitação, não porque foi uma grande bandeira do Partido Social Democrata e uma bandeira naturalmente correta, também foi uma grande bandeira do Partido Socialista, mas porque efetivamente é dos temas e das carências que mais se faz sentir por todo o país e com especial acuidade em Águeda, é um tema que contende fortemente para o nosso futuro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e para o nosso crescimento, para a nossa capacidade de crescimento económico e acima de tudo para a qualidade de vida das pessoas de Águeda e de quem queira juntar-se a nós cá, portanto, de facto, como aqui já foi dito e sendo muito concreto, há um ano atrás o Senhor Presidente disse que muito em breve teríamos a Estratégia Municipal de Habitação, não temos, qual é a sua previsão? E quais são os projetos? Bem sei que me vai dizer que essa Estratégia é que vai incluir as medidas que a Câmara depois desenvolverá, mas quando é que espera ter algumas medidas no terreno? Bem sei que existem, já criados no tempo do Dr. Gil Nadais, programas de apoio às pessoas desfavorecidas, sabemos, estamos a falar do que é novo, qual vai ser o ímpeto deste Município para a criação de fogos, para a criação de fogos a custos controlados a custos acessíveis? Bem sei que essa estratégia virá, quando é que virá Senhor Presidente? Qual é a visão e o projeto da Câmara Municipal sobre habitação? Falei de habitação nesta intervenção.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “As questões que coloquei foram, tanto quanto me parece, simples, focadas e muito concretas, esperava que a resposta fosse também simples, focada e concreta.”-----

----- No que respeita às freguesias, diz o Senhor Presidente, com toda a razão, que o cálculo global das transferências para as freguesias envolve várias rubricas, eu, tem toda a razão, mencionei apenas uma rubrica, mencionei uma rubrica onde há uma diminuição, o Senhor Presidente diz que por causa dos Orçamentos Participativos foi feito um acréscimo de verbas porque as Juntas participaram na execução de obras que estavam previstas para os Orçamentos Participativos, tenho conhecimento disso, a questão que coloco é se nesta transferência para as freguesias, que é uma rubrica própria em todos os Orçamentos, o que é que justifica a redução da dotação que no ano anterior foi de um milhão trezentos e sessenta mil para um milhão trezentos e trinta e um mil sabendo nós que vai haver previsivelmente um aumento de custos como mão de obra, combustíveis, consumíveis, enfim, não posso dizer que o Senhor não respondeu, mas não fiquei satisfeito com a resposta, mas podemos ficar assim se o Senhor Presidente quiser.”-----

----- Onde não podemos ficar assim é no facto de ter pedido uma explicação sobre variação das previsões de gastos em duas rubricas que têm a ver com a iluminação pública e com a eletricidade em instalações, onde aparentemente, ou das duas uma, ou há um lapso, ou então foi feita uma alteração contabilística, ou então existe outra coisa qualquer que não consigo explicar, mas convinha que fosse explicado, porque é que aquilo que no ano corrente custava um milhão duzentos e noventa e sete mil euros, vai passar a custar setecentos e cinquenta mil, e aquilo que custava oitocentos e oitenta e cinco mil vai passar a custar um milhão e duzentos mil euros que é a iluminação pública? Acho que devemos obter resposta para isto.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- No que respeita à rubrica de despesas com pessoal da Assembleia Municipal, a resposta que me deu, não a compreendi, provavelmente não compreendeu a pergunta que fiz, volto a repetir, a rubrica D um, dois, zero, zero, um, que respeita às despesas com pessoal da Assembleia Municipal, que aliás, segundo me parece, não sei se a lei foi alterada, mas segundo a Lei nº. 75/2013, é competência, salvo erro, da Mesa da Assembleia Municipal ou da própria Assembleia, esta rubrica que permite o pagamento destas despesas desaparece, diz o Senhor Vice-Presidente que é uma opção, mas afinal as rubricas não devem estar distribuídas de forma a que o objeto se concretize nelas, o objeto a que se destinam, se foi uma falha, se foi um lapso, assumo-se isso, se não foi uma falha, não é um lapso, porque certamente por revisão Orçamental poderá ser corrigido, se não foi um lapso então se explique qual é a vantagem de passar a rubrica de pagamentos das assembleias municipais para a rubrica de pagamentos da Câmara Municipal? Porque sinceramente não consigo compreender a lógica, se foi uma alteração que veio por força da legislação, então que se diga concretamente, isto ocorreu porque foi alterada a legislação e agora é assim, se não foi e é um lapso, então que se assumo esse lapso, porque se não ficamos com alguma dificuldade em ter confiança naquilo que nos é apresentado.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Queria fazer só três questões, aqui nas Grandes Opções do Plano da habitação, um terço, um valor de mil euros para deixar a rubrica aberta, porque é que não se faz isto no resto? Porque é que não se faz isto no resto para não ter um Orçamento empolado em milhões de euros, isto é a primeira pergunta.”-----

----- O Senhor Presidente falou da ligação Águeda/ Aveiro, está algum valor no Orçamento para o ano, relativamente a isto? É que no processo tenho lá dois milhões de euros para estudos, é um milhão e setecentos mil que está na rubrica dos estudos? Mas, nesse caso já lá está, portanto estes quarenta milhões que são basicamente o que o PRR vai entregar, só vinte milhões é que vão para Águeda, o resto vai para Aveiro, certo? São cinquenta por cento para cada lado e os dois milhões com o estudo do projeto vai custar também é custeado um milhão de euros para a Câmara de Águeda e um milhão de euros para a Câmara de Aveiro, certo? É dissipado ao longo de x anos e para o ano de certeza que não vem dinheiro do PRR no montante que estamos a falar, de dez, quinze, vinte milhões de euros e se vier é só cinquenta por cento para a Câmara de Águeda, certo? O que está no Plano é, a Câmara de Águeda recebe o dinheiro todo e transfere para a Câmara de Aveiro, correto? Pelo menos foi o que li, assim por alto, nos documentos que foram postos à disposição do nosso Grupo.”-----

----- O PRR do Casarão, o Senhor Presidente fala em vinte milhões de euros, não está? Então escusava de ter mencionados isto nas GOP, não está cá, as GOP para quando? Para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

2030, 2040, 2020, não percebo.-----

----- Relativamente aos outros, vou dar uma sugestão que pode ser aceite ou não, mas isso cada um faz como entende, em relação aos outros, normalmente quando se tem uma rubrica de cinco milhões de euros, pelo menos mete-se uma rubrica abaixo, uma ou duas com a obra ou as obras em si, que representam cerca de oitenta ou noventa por cento daquela rubrica, que é para as pessoas na Assembleia Municipal perceberem, olhe destes três milhões que vamos investir no mercado municipal e mais outra coisa, que agora não me recorda o nome, são três milhões e quatrocentos mil euros para o mercado municipal, quatrocentos mil para a outra rubrica, que agora não sei de cor, e outros cem mil, por exemplo, um Orçamento é assim que se apresenta, que é para as pessoas terem ideia do que é que estão a falar, agora apresentar uma rubrica de outros cinco milhões de euros e não explicar o que é os outros, podem fazer o Orçamento em excel, o excel dá para meter linhas, apresentem o Orçamento em excel e a seguir metem cinco milhões de euros, sim senhor, três milhões é para isto e um milhão e quinhentos mil é para aquilo, outros quinhentos mil, pronto, e nós aqui conseguimos analisar as coisas como deve ser, assim é impossível.-----

----- Estou a dar a minha opinião do que poderá ser feito para a gente poder em consciência analisar um documento deste nível.-----

----- Para quando uma revisão orçamental em alta? Gostava de saber quando é que a gente em Águeda vai ter uma revisão orçamental em alta?-----

----- Queria só dizer mais outra coisa, andei à procura aqui no “Anuário Financeiro dos Municípios de 2020”, não foi exaustiva porque não consegui ver tudo, a procurar alguns índices de Águeda, só encontrei um, que é onde Águeda está incluída, que é “*Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas*”, está aqui, Águeda está em vigésimo sexto, agora pergunto, em mais nenhum quadro no “Anuário Financeiro dos Municípios de 2020”, não vejo lá Águeda em lado nenhum, não sei se é por falta de informação, são trezentos e tal municípios, eles fazem uma amostra de cinquenta ou sessenta e podem não estar, mas curiosamente está em vigésimo sexto nesta rubrica que é interessante, que é negativa.-----

----- Depois temos aqui, o Senhor Presidente falou que nós somos um Município exemplo de tudo aquilo que disse, de gestão, de eficiência, disso tudo, aqui no mesmo Anuário, convido o a ler quando quiser, diz assim “Ranking global de municípios do distrito de Aveiro com melhor pontuação global” sabe onde é que aparece Águeda? Nem nos dez primeiros está e estamos numa eficiência global, está aqui, se quiser ver, isto é da ordem dos Contabilistas, posso-lhe enviar.-----

----- Tem outra coisa que diz aqui “Cem municípios” já estamos a falar de cem municípios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

diz “Cem municípios com melhor eficiência financeira” está aqui o mapa, os que fazem parte dos cem estão a verde, Águeda não está.-----

----- Era só para dar estas notas.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Isto é muito rápido, é que fiz perguntas, fiz uma quantidade de perguntas, tive, por acaso, não responderam a nenhuma, mas também já estou habituado, tenho aqui para o Senhor Presidente uma pergunta que fiz, nós questionamos o Senhor Presidente da Câmara para nos dar a relação de obras adjudicadas e empreitadas desde 2017, com indicação dos respetivos prazos, conclusão contratuais previstos e data do auto de entrega da obra, pedimos isto em outubro do ano passado, o Senhor Presidente da Câmara respondeu-nos através do Senhor Presidente da Assembleia, que nos seria entregue em novembro, não foi, pedimos em dezembro, não foi, pedimos em março, não foi, pedimos em abril, não foi, estão aqui os vários pedidos, até hoje não foi, mais uma coisa que é com um ano de atraso não nos respondeu, portanto ficamos sem saber quais eram os contratos de empreitada, ficamos sem saber quais são só valores e quais foram os prazos em que as obras foram feitas, porque o Senhor Presidente mais uma vez não deu nada, já agora, gostaria que me desse informações, pelo menos, que não seja hoje, mas que nos sejam dadas, perguntei, ao Senhor Presidente da Câmara, se as festas do Natal foram trezentos mil euros, eu apontava para cima de quatrocentos mil euros, portanto gostaria que não fosse dado aquele quadro que foi dado aos Senhores Vereadores, que está errado, faltam lá dados, estão lá trezentos mil, mas faltam lá dados, só dei o exemplo do pequenino que custa cinquenta mil euros, já é exemplo mais ou menos bom, em trezentos mil já são só mais cinquenta mil, portanto gostaria de ter as contas efetivas do Natal, Senhor Presidente, a publicidade, as animações de rua, as contas efetivas do Natal, porque é assim que se defendem os projetos.-----

----- Também gostaria de ter as contas efetivas, aí foi o Senhor Vice-Presidente que prometeu entregar em junho, da Feira das Lambarices, o Senhor Vice-Presidente em dezembro não dá, mas pronto, dá em 2022, cumpre a sua palavra um ano depois, mas já não é mau, portanto em 2022 indique-nos quanto é que foi transferido para a Feira das Lambarices.-----

----- Já agora, tinha aqui, em relação ao Plano e Orçamento, uma verba que parece que é o boletim municipal, o boletim municipal aparece lá, este ano fica mais barato, estava ali o Deputado Miguel Oliveira a dizer que as coisas aumentam, não, para o ano fica mais barato, este ano custaram quarenta e nove mil euros, para o ano só custará quarenta mil euros, é uma inutilidade, isto é, vamos deitar quarenta mil euros fora para à posterior registarmos coisas que fizemos com o nosso dinheiro, pagos por nós, com as fotografias, quantas é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eram? Não sei se eram, no último boletim, umas dezenas de fotografias do Senhor Presidente, etc, etc, etc., e sabem porque é que aparecia o Senhor Presidente nas fotos? Porque ele é pago por nós para fazer aquelas obras e para lá estar, não é pago por nós para fazer aquela revista, aquele boletim que não tem o mínimo e gastamos quarenta e nove mil euros este ano naquilo, é uma vergonha isto que se está a fazer, o desperdiçar o dinheiro do povo, com esses quarenta mil euros, o Senhor Presidente, como nós vamos gastar quinhentos ou seiscentos mil, na parte informática, já deveríamos ter há muito um boletim digital constante mensal, até há câmaras e câmaras pelo país, nós somos os mais avançados no mundo nisto, gastamos seiscentos mil ou setecentos mil todos os anos, e não temos um boletim digital que há câmaras que o fazem quinzenalmente, com todas as obras, todas as freguesias, com intervenção de todas as pessoas, com o cumprimento da lei em relação ao direito da oposição, o Senhor Presidente disse que foi dada visibilidade à oposição no relatório, nem uma foto, nem uma ideia da oposição ele aceita, quanto mais tê-la numa revista que é paga por nós com o nosso dinheiro, mas o que é isto?-----

----- Aqui a questão é, retirem essa anormalidade que é estar a dar dinheiro para nada, é estarmos a gastar quarenta mil, que não são quarenta mil pode ser cinquenta mil, lá vem a revisão em alta como estava a dizer, apostamos que no final do ano é mais do que quarenta mil, aposto antes, ainda estamos hoje a começar, onde é que vamos gastar num boletim municipal isso? Meus Senhores o dinheiro é de todos nós, vamos sim, temos o digital, somos dos mais avançados na zona, temos muito dinheiro aplicado nisso, temos fortes verbas nisso, Senhor Presidente esqueça o boletim municipal, esqueçam a propaganda, vamos continuar a fazer obra que o Senhor faz bem, faz obras que é o que diz que faz, e faz, posso concordar que faz e oitenta por cento delas, já disse que concordava, é pena é todo o resto, aquela parte do porreiro pá, faz-me lembrar o José Sócrates.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Miguel, penso que relativamente às outras, a única coisa que posso dizer é que temos margem para podermos fazer os acordos de execução, que vão ser naturalmente acordados, é o nome agora nas próximas semanas, a ideia é trazermos os novos acordos à Assembleia de fevereiro, terá que ser mesmo assim, e portanto aí, perspetivamos uma melhoria das condições até porque efetivamente é um facto que isso acontece, que a mão de obra está mais cara e as responsabilidades são as mesmas.”-----

----- Mauro queria-lhe dizer o seguinte e para não estar aqui permanentemente com os outros, os outros, é claramente uma questão contabilística não tem nada a ver com deliberações políticas, não há aqui nada para esconder, nada, bem pelo contrário, é uma questão contabilística, não tenho grande problema de pedir um dia destes, se estiver disponível, para ir falar com o nosso serviço de contabilidade e perceber, dar as suas dicas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pode ser que a gente à revelia daquilo que são os formulários oficiais, façamos qualquer coisa melhor, estamos dispostos a aprender, portanto não há qualquer outra questão. -----

----- Aquilo que não viu no “Anuário Financeiro” é a dívida por habitante, nós estamos efetivamente nos melhores de todos, aí é que estamos mesmo, isso é muito bom, e não fosse aquele erro, já agora fica a saber, não fosse aquele erro da dívida que não eram os sete milhões ou os cinco milhões, eram três, nós estaríamos muito bem colocados sem dúvida nenhuma, certo? Tínhamos essa situação sem qualquer dúvida, porque, para ficarmos todos tranquilos, a gestão do Município está a ser feita corretamente, aliás, só para sabermos, nós em termos de capacidade de endividamento, temos qualquer coisa como, mais de trinta e cinco milhões de euros não utilizados, capacidade de endividamento, é incrível, também lá não estava, mas isto existe e é assim.-----

----- Relativamente à questão da habitação e da Estratégia Local de Habitação, todos nós percebemos e dizemos, acho que já todos até fomos nas várias interpolações foi dito o que é que vai acontecer e o que vai acontecer e exatamente isso, na próxima Assembleia ou se tivermos que fazer uma Assembleia extraordinária, porque efetivamente esta área, é uma área bastante sensível e é uma área que para nós é estratégica e é estratégica porque sentimos essa necessidade também, é uma estratégia assente na necessidade que se vê todos os dias em que ainda hoje estive a falar com pessoas que se dedicam, por exemplo, ao aluguer de casas ou à venda de apartamentos, e está difícil, não há, Águeda é um sítio apetecível, as pessoas vêm muitas, querem vir viver para aqui, e portanto estamos a desenvolver um conjunto de esforços com muitas entidades e até muitos promotores no sentido de acelerar-mos rapidamente a construção e a reabilitação de casas em Águeda, mas nós temos a Estratégia Local de Habitação para aprovar.-----

----- Na Estratégia Local temos, por exemplo, posso-lhe dizer aqui, que temos qualquer coisa como cento e quarenta reabilitação de casas, para cento e quarenta casas para novos arrendamentos, cento e vinte fogos sociais a custos controlados, quarenta e uma reabilitações de fogos municipais, setenta e três para reabilitação entre autarquia, mas prédios do IHRU e portanto nós estamos aqui a falar de um conjunto de valores que naturalmente são grandes e que vão, depois de tudo isto aprovado, definir a nossa estratégia em termos de futuro, e não faria sentido nenhum nós irmos além do que colocamos na abertura da rubrica simplesmente com uma estratégia que queremos discutir e aprovar com todos, esta é a nossa proposta, já lhe disse, se não for na próxima Assembleia, será numa extraordinária que vamos convocar para o efeito, porquê? Porque efetivamente, não seria durante a campanha eleitoral que nós íamos fazer isso, e só por isso é que não foi já, porque efetivamente esse trabalho está feito, e nós precisamos de andar rapidamente com este processo, não há dúvidas nenhuma, e portanto vamos andar.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- É essa a estratégia, não há rigorosamente outras questões aqui que não fossem estas, portanto os tais mil euros, fiquem só tranquilos porque foi única e simplesmente para abrir a rubrica e que nos permitisse responder a uma qualquer oportunidade que surgisse, no entanto antes da Estratégia Local da Habitação estar naturalmente aprovada.-----

----- Já agora, uma nota, já enviamos para o IHRU ou IFRRU a proposta de Estratégia para ser verificada, para depois poder vir e andarmos rapidamente com tudo.”-----

----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente;-----

----- “Miguel, entretanto questioneei os serviços, de facto a rubrica saiu, foi lapso, mas não põe em causa o Orçamento, vai-se fazer, se for caso disso, na revisão Orçamental pode-se colocar a rubrica novamente, não põe em causa, volto a dizer, mas o que estaria mais correto era ter a Assembleia, esta rubrica está na zero um, zero dois quando deveria estar na zero um, zero um, ou seja, está na zero um, zero dois, Câmara e devia estar na zero um, zero um, Assembleia, não põe em causa, podia estar dividida, portanto não põe em causa qualquer tipo de aprovação deste Orçamento.-----

----- Construção de infraestruturas previstas no plano geral de drenagem da cidade de Águeda, seiscentos e sessenta e nove mil euros.-----

----- Reabilitação dos espaços públicos da baixa da cidade, rua Engenheiro Celestino Neto e a 25 de Abril, intervenções que vão ser feitas quinhentos e vinte e quatro mil euros.-----

----- Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão, segunda fase, são dois milhões setecentos e vinte e sete mil que estão neste Orçamento.-----

----- Requalificação da zona central da Mourisca do Vouga, obra que o Senhor Presidente falou há um bocadinho, quatrocentos e trinta e seis mil euros.-----

----- Requalificação dos espaços exteriores do Centro Cívico de Arrancada do Vouga, mais duzentos e oitenta e sete mil euros de obras nas freguesias.-----

----- Requalificação do Centro de Saúde de Águeda um milhão cento e onze mil.-----

----- Construção do Mercado Municipal de Águeda três milhões trezentos e dezassete mil.-----

----- Projeto, só o projeto de execução da ligação Águeda/Aveiro, um milhão e cem mil, salvo erro, que estão previstos para o próximo ano.-----

----- Na educação, estão previstos serem gastos quase quatro milhões de euros.-----

----- Na saúde, mais de um milhão e oitocentos mil euros.-----

----- Habitação e serviços coletivos, estão aqui dez milhões, porque não é só de habitação, porque habitação, também se não tivermos boas estradas, se não tivermos bons acessos, se não tivermos outros tipos de infraestruturas também não vale a pena meter lá as casas só.-----

----- Temos aqui, por exemplo, comércio e turismo, quatro milhões e oitocentos mil.-----

----- Este é o Orçamento e é o documento que nós sempre utilizamos, que eu sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

utilizei, a forma como o fiz, sempre o fiz da mesma maneira há quase quinze anos, só que na altura eu fazia parte do PS e o PS achava que assim estava tudo bem, agora já está tudo mal, compreendo, eu não mudei nada, a seriedade com que o faço, a forma como o faço, os documentos que são avaliados por Tribunal de Contas, pelos ROC's, pelos serviços da Câmara, nós temos uma intervenção política, nós ouvimos todos os serviços e todas as divisões, são chamados para que eles próprios se pronunciem sobre o Orçamento, nós chamamos os Senhores Deputados desta Assembleia e também os grupos parlamentares e os partidos políticos para que se possam definir, logicamente nem todas as vossas propostas estarão aqui contempladas, quer dizer, é um Orçamento que foi feito de forma séria, e volto a dizer, séria, porque se era sério há quinze anos atrás, é sério agora também, é um Orçamento que nos permite ter várias intervenções e falar na juventude, eu lembro-me da juventude, daquela juventude, que há uns anos atrás chegava a julho, punha-se a andar de Águeda, este plano é aquilo que nos vai permitir e tem-nos permitido fazer uma intervenção também para a juventude, a juventude precisa de ter esses eventos em Águeda, precisa de ter também formação no desporto, a nossa aposta no desporto está aos olhos de toda a gente, aqui também, este Orçamento, podia ser mais pequeno, podia, se tivéssemos só cumprido os rácios da educação, a Senhora Vereadora sabe quantas pessoas nós temos a mais dos rácios daquelas que devemos ter nas escolas para que não haja falhas também para as nossas crianças.-----

----- Podia ser mais baixo este Orçamento se nós não tivéssemos que estar a pagar mensalmente ao GICA, por falta de pavilhão na Marques de Castilho.-----

----- Nós podíamos ter um Orçamento muito mais pequeno, se calhar, ou neste caso, com mais receita, se não tivéssemos isentado, há mais de dois anos, todas as taxas de que isentamos durante estes dois anos de pandemia para que as pessoas do comércio e outras entidades pudessem também de alguma forma recuperar de outra maneira e aguentar este impacto económico.-----

----- Nós podemos ter um Orçamento diferente, é o Orçamento que nós temos, agora volto a repetir, de uma forma séria, que foi feito agora com os mesmos pressupostos que eram feitos há quase quinze anos atrás, portanto é um Orçamento que nos vai permitir trabalhar para que depois, aí sim, lá para abril, quando for a prestação de contas, estarão todas as contas explicadas onde é que nós pusemos o dinheiro.-----

----- Agora, só para terminar, e como não consigo perceber o que é que o Senhor Deputado Zé Vidal quer, onde é que ele quer chegar, e como eu acho, e como ele próprio já o disse, é um ignorante nas contas, vou-lhe dizer uma coisa, já que não consigo transmitir, vou-lhe disponibilizar todos os serviços da Câmara, a qualquer hora, diga a hora a que quer ir, a qualquer hora e qualquer dia, poder ir à Câmara, à contabilidade, aos serviços das divisões,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

qualquer uma que pretenda e dizer-me onde é que foi gasto este dinheiro, já que eu não lhe passo a informação toda, disponibilizo todos os serviços da Câmara para em qualquer momento, quando puder, não é quando os serviços da Câmara podem, se deslocar à Câmara e aí é-lhe explicado tudo, e não vai ser da minha boca, se não acredita naquilo que digo, vão ser as chefes de divisão que lhe vão dizer onde é que foi gasto o dinheiro, a contabilidade vai-lhe mostrar efetivamente quais foram as faturas que foram pagas, portanto aí, espero que de uma vez por todas, fiquemos clarificados em relação às contas e ao dinheiro, onde é que é gasto o dinheiro para que, de uma vez por todas, deixe de ouvir da sua boca que eu não sou uma pessoa séria e que não sou uma pessoa honesta, eu sou uma pessoa séria e honesta, e estou com pessoas com quem trabalho todos os dias, e tenho a certeza que trabalhamos para o melhor.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “É só para dizer o seguinte, o Orçamento que foi feito há quinze anos da mesma maneira, não quer dizer que esteja bem, certo? É tipo um princípio, é fazer sempre a mesma coisa igual e esperar resultados diferentes, não há, esse princípio não existe.”-----

----- Depois, é que não tenho essa noção, não existe uma legislação que não deixa ter a rubrica “outros” com uma percentagem x, não pode ultrapassar x por cento do valor do Orçamento?-----

----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente;-----

----- “Este Orçamento foi feito tendo em conta todas as regras contabilísticas que existem, portanto se vai dizer que há e que não há, desconheço.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “A única coisa que disse para podermos ter uma informação melhor é, e todos os números que deu não estão na rubrica dos “outros”, falei de “outros”, agora os números que mostrou e que falou estão, sei que estão lá, não estão na rubrica dos “outros”.-----

----- Não estou a pôr em causa que o Orçamento está mal feito ou que está feito com razões dúbias ou qualquer coisa, para mim não é um documento em que possa tirar ilações para o futuro, tanto eu como o grupo parlamentar antigo do PSD que agora é Juntos e Juntos do PSD, toda a vida reclamou, é que não conseguia ter um instrumento de trabalho para poder analisar um Orçamento, se chegar a março ou abril ou junho e lhe pedir uma variação do Orçamento com a execução, consegue-me dar com este Orçamento?-----

----- Outra coisa que lhe queria dizer, só para informar, já solicitei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não sei se recebeu o email ou não, todos os pagamentos feitos no ano de 2021, portanto o que estava a dizer ao Senhor José Vidal, já está pedido ao Senhor Presidente da Assembleia por e-mail.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Uma declaração prévia Senhor Vice-Presidente e Senhor Presidente da Câmara, quando falo aqui em questões sérias, não estou a falar em relação à vida pessoal vossa, estou a falar como nossos funcionários a quem nós pagamos catorze vezes por mês, a quem pagamos trinta milhões para vocês gerirem, é só aí, e só nesse aspeto é que quando o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente não respondem quando são acusados de terem aprovado um desvio de cinquenta mil euros, só não foi para a frente porque o Deputado Manuel Farias teve uma intervenção três meses depois, vocês aprovaram-no até onde podiam, quando se recusa a isso, aí põe em causa a sua seriedade política.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ O ponto é claro, não tem a ver com isso.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS -----

----- “ Não, não, o ponto é claro, foi o Senhor Presidente, ele disse-me, estou a responder ao Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- Não, isto não é extensivo de tal forma chegarmos aí e para além disso está a ser repetitivo Senhor Deputado, não leve a mal.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS -----

----- “Senhor Presidente, estou a responder a uma questão que me foi posta pelo Senhor Vice-Presidente e em todas as questões que eu vier aqui a partir de hoje vou dizer sempre a mesma coisa, portanto essas pessoas não são sérias para gerir o bem público, a partir daí analisamos a resposta.”-----

----- Não são sérias, já afirmei há um bocado, já expliquei porquê, ninguém me deu a resposta.”-----

----- A partir daí eu perguntei-lhe Senhor Vice-Presidente sobre a Feira das Lambarices.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Tem toda a razão, Senhor Deputado, ouça, nós já ultrapassamos o que era admissível, acredite.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS -----

----- “É uma questão que tem a ver com o Orçamento.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Não tem nada a ver com o Orçamento, o teor da sua intervenção não tem rigorosamente nada a ver com o Orçamento, tem a ver com outras questões que entendo que tem a ver para além daquilo que é aceitável, não só do ponto de vista daquilo que deve ser a urbanidade desta Assembleia, mas também do ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Senhor Deputado, ouça, vai-me desculpar, mas das duas uma, ou nós vamos falar do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, e alguma dúvida que tenha, ou o Senhor Deputado vai ter que terminar a sua intervenção.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Eu interpretei, o Senhor Vice-Presidente falou na seriedade, na honestidade e nestas dades que não dava para ir eu ir aos serviços da Câmara, não vou aos serviços da Câmara, perguntei-lhe a ele e vou perguntar a ele e até lhe disse, é isso que solicito, que sejam entregues aqui ou sejam entregues ao grupo municipal e depois entregues aqui na próxima reunião, em fevereiro provavelmente, as contas dos gastos com a Feira das Lambarices que o Senhor não disse que dava em junho e não deu, já lá vão sete meses, e as contas do Natal, que aposto consigo que não são trezentos mil euros, até lhe dou de barato que devem ser quatrocentos ou mais, portanto a pergunta que fiz em relação ao Orçamento deste ano, que estão lá setecentos mil, é que me dê as contas na próxima reunião, em fevereiro, foi só isso que eu disse, não tem nada que ir consultar isto, aquilo, não, dá-nos uma informação a nós todos, agora, aquela que deu aos Senhores Vereadores, está errada, faltam lá dados, um já indiquei, falta lá o Pai Natal pequenino, é só isso que pedi.”-----

----- **Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente;**-----

----- “Em relação ao Natal, isto é muito difícil estar a falar com alguém que não acredita naquilo que a gente diz, entreguei no mês passado uma listagem, na última reunião de Câmara, uma listagem, um Excel com as despesas e disse, até ao momento quais eram as despesas que tinha efetuado, entreguei até à data aquelas despesas que não fui eu que as somei dou autorização e peço, não tenho os números todos de cor e peço aos serviços, os serviços é que fizeram aquele quadro e entreguei-o, agora, também é muito difícil fazer-lhe acreditar de que o Pai Natal mais pequenino não tinha que lá estar, porque não foi pago, porque se se lembrar o Pai Natal mais pequenino foi feito um contrato há três anos atrás onde nós pagamos o valor maior, está a entender? E depois, no ano passado houve COVID e o Pai Natal mais pequenino não se colocou e o que é que se fez? Já tinha sido pago, já estava na altura, havia o contrato para se pagar e este Pai Natal ficou lá, está lá hoje sem pagamento, foi cumprido o contrato, como é que lhe posso explicar isto? Como é que estas coisas entram na sua cabeça? Às vezes parece que estou a faltar-lhe ao respeito, não estou nada, porque você já me faltou ao respeito a mim trinta e três vezes quase, nesta Assembleia, fora as outras todas, e você quando vem falar às vezes de seriedade, uma coisa é certa, sou tão sério na vida privada como sou na vida pública, coisa que você já não pode ser, ou que você não é, e você sabe bem aquilo que lhe estou a dizer, mas enche, enche, portanto a mim pode-me pedir as contas que quiser, digo-lhe uma coisa, dou-lhe as contas todas que quiser, você não vai acreditar, por isso é que lhe disse, se não acredita em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mim, disponibilizo todos os serviços da Câmara para lhe darem as respostas que entender, não quer dizer que não deva dar, eu dou.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ Senhor Deputado não lhe dei a palavra, vai-me desculpar.-----

----- Senhor Deputado se vem para defesa de honra, não há rigorosamente nada na intervenção do Senhor Vice-Presidente que tenha ido ao desencontro da sua honra, a intervenção do Senhor Vice-Presidente foi no sentido de lhe explicar aquilo que todos nós ouvimos, o Senhor Deputado aqui nesta Assembleia, já, no meu entender, usou termos e terminologias que ofendeu a honra de outros, e não foi por isso que fiz rigorosamente nada nesse sentido.-----

----- A decisão é minha e está tomada, os Senhores têm a ata, têm expedientes legais para fazerem o que entenderem, está tomada a decisão, não há qualquer defesa de honra, porque não houve ofensa da honra, e é a minha decisão, está tomada, entendido?-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente a interpolação à Mesa é curta.-----

----- Não me recordo exatamente qual é o artigo do Regimento, mas está enquadrada a defesa da honra e não cabe a nenhuma outra pessoa, se não ao ofendido, fazer o julgamento, não esteja a abanar a cabeça Senhora Secretária, leia, peço-lhe o favor, Senhor Presidente, Senhora Secretária, de ler-nos em voz alta o artigo que se refere à defesa da honra, para encontrar-mos se nesse artigo existe alguma possibilidade de outra pessoa que não o próprio, interpretar se houve ofensa à sua honra ou não.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ Pois é Senhor Deputado, do corpo do Regimento não resulta essa interpretação, assim como também não resulta, ouça, quem dirige os trabalhos desta Assembleia, Senhor Deputado, sou eu, e quanto a essa questão, se formos a entender da forma como quer entender, tudo era a defesa da honra, tudo, e não é o caso, porque da intervenção que estamos a falar não houve, ou pelo menos não percebi.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS –PP;-----

----- “ A sua honra não foi atacada.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Não, não, sou isento quanto a isso Senhor Deputado, completamente isento.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS –PP;-----

----- “Concordo consigo, pedia apenas que fosse ler em voz alta, uma vez que o Senhor Presidente diz, terei compreendido mal, o que está escrito no Regimento que estamos a seguir, pedia-lhe, não tenho aqui o articulado, que nos lê-se em voz alta apenas o articulado, se calhar vou chegar à conclusão que o Senhor tem razão.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Deputado, vou-lhe fazer essa vontade então, diz assim, artigo trigésimo oitavo, “ *Sempre que um membro da Assembleia ou da Câmara Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas, da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos*”, número um, “ O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo *não superior a três minutos, o Presidente da Mesa anota o pedido para a defesa da honra, referido no número um, para conceder o uso da palavra e respetivas explicações, a seguir ao termo do debate em curso, sem prejuízo de a poder conceder imediatamente quando considere que a situação especialmente o justifique.*”, certo?-----

----- Como considero que de facto a situação não foi ao encontro da ofensa da honra de rigorosamente ninguém, ao contrário do que já aconteceu nesta Assembleia e é por isso que não consigo perceber a vossa posição, eu tomo e tomei a decisão de facto de dizer ao Senhor Deputado José Vidal, que entendo, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, de que não houve qualquer ofensa à honra, porque não houve mesmo, é a minha decisão que está em causa.-----

----- O Senhor Deputado é livre de tomar a decisão que entender, contestar, fazer o que entender, reagir da forma que entender, é a minha decisão Senhor Deputado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

----- “Senhor Presidente não leve a mal, preciso realmente da sua ajuda, do seu esclarecimento, porque aquilo que me leu, interpreto da seguinte forma, sempre que algum membro da Assembleia se sinta atingido na sua honra, terá o direito de a defender, por tempo não superior a três minutos, e o que caberá ao Senhor Presidente da Assembleia, é decidir se essa defesa se faz imediatamente a seguir ao motivo que lhe deu origem, ou se se faz no termo do debate, é esta a interpretação que faço.-----

----- A interpretação que o Senhor me deu, estou de acordo parcialmente com ela, dá ideia que o Senhor Presidente da Assembleia, tem o direito de decidir se eu me posso sentir ofendido ou não, isso é impossível, só num sistema totalitário, o Senhor não está dentro de mim, salvo seja, meu Deus.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- “Senhor Presidente, o nosso coordenador do Grupo Municipal do Partido Socialista e Presidente do Partido Socialista e amigo de alguns dos presentes, não é uma pessoa fácil, o Professor José Vidal não é uma pessoa fácil, é uma pessoa com a qual discuto muitas vezes, admito até que na sua primeira intervenção eu usasse uma forma diferente da que ele usou, em todo o caso, conforme o Senhor Presidente acabou de ler, qualquer um dos membros desta Câmara Municipal se se tivesse sentido atingido na sua honra e se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quisesse poderia ter-se defendido, optaram por não o fazer, o Senhor Presidente em grande medida também fez essa defesa pelas pessoas.-----

----- Fora isso, o que nós ouvimos o Senhor Vice-Presidente dizer no final da sua intervenção, é algo com o qual ninguém pode compactuar, e ninguém pode admitir, mesmo que fosse em qualquer uma das pessoas de qualquer outro grupo municipal, não aceito participar da política para alguém levantar qualquer tipo de suspeitas e insinuações de forma cobarde sobre a vida pessoal das pessoas, não disse que o Senhor é cobarde, disse que a forma foi cobarde, quer que diga de novo? A sua forma foi cobarde, porque deveria ter dito ao que é que se refere e está a falar de vida privada, e todos nós temos a nossa.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Não sei quanto tempo é que nós perdemos a discutir este ponto, mas sei que já perdemos muito tempo a discutir tudo, menos o teor do ponto, e acho que se alguns duvidam da aplicabilidade e da prática de um novo Regimento com algumas coisas que apelam ao poder de síntese, acho que aqui perdi todas as dúvidas, portanto o Grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT tem uma proposta a fazer à Mesa, é que se passe de imediato à votação do ponto, a proposta é clara, é passarmos à votação imediatamente.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, fiz aqui uma declaração e acho que é isto que sempre fiz nesta Assembleia durante doze anos, que aqui falo de questões políticas, falo de integridade, o que o Senhor Vice-Presidente disse ali, até podia não levar, porque conheço-o, podia não levar a mal, mas o Deputado Paulo Tomaz falou bem, nunca nenhum de nós aqui, que me lembre, pode ter acontecido, falou de questões pessoais, quando falamos aqui de questões, falamos de questões políticas e o que levantei há um bocado e disse, quando falo em seriedade, falo em questões políticas, como disse o Deputado Paulo Tomaz, o Senhor Presidente da Câmara até disse que eu era inimputável escusava de me responder, portanto ele dá-se ao luxo de não me responder, portanto não se sentiu ofendido com nada daquilo que eu tenha dito.-----

----- Neste caso o Senhor Vice-Presidente, foi além disso, falou que teria uma situações desonestas da minha vida particular, foi além, não preocupa.-----

----- O que vim aqui também referir é que quando ele ataca e diz que há quinze anos faz assim e que nós antes, antes, antes, por acaso antes era eu, estive aqui como líder municipal, por acaso ele era Vereador e deve-se ter lembrado muitas vezes de deputados do seu grupo municipal a falar nesta questão dos “outros” acompanhando, até nessa altura, a crítica do PSD, há intervenções minhas, há intervenções do Paulo Seara a falar na questão dos “outros”, nós nunca no PS fomos seguidistas, apoiávamos, muito mais do que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

normal, tínhamos mais cuidado que o normal, mas não fomos, podíamos ter sido, não fomos seguidistas, até éramos acusados pelo Senhor Presidente da Câmara, em jornais, que éramos os grandes opositores dele, portanto não fomos.-----

----- Peço desculpa se haja aqui ofensas, não entro nas ofensas particulares, entro nas ofensas daquilo que as pessoas fazem no exercício público, só, e quando disse que sempre que vier aqui, vou dizer que eles não são sérios é porque eles não responderam nem esclareceram uma situação dúbia, tenho a minha opinião que não são, para a gestão dos bens públicos, não tem nada a ver com a vida particular de cada um, até disse que eles oitenta por cento fazem as coisas bem e as outras concordo ou não concordo, não concordo é com os dois por cento que sei e que o Senhor Presidente também sabe e que todos eles sabem, porque está aí escrito, foi aqui dito, alguns ligam a essas coisas, outros não.” -----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

-----“É assim, com toda esta distração, com todo o respeito que tenho pela honra do Professor José Vidal, com tudo o que aqui se passa, a única coisa que sei, é que ficamos sem respostas, ou seja, conseguiu-se a distração ideal para que de facto aquilo que era importante não fosse aqui respondido, e quero deixar aqui bem claro, o Senhor Presidente por quem tenho uma grande amizade e tenho todo o respeito, já reparei que acaba sempre por dar a volta e não responde, o Senhor Vice-Presidente também acho que sou amiga e tenho todo o respeito, também acabou por não responder, as respostas ao Miguel não ficaram respondidas, porque senão digam-me só, finalmente foi reconhecido o lapso de que a verba relativamente às despesas da Assembleia Municipal não foram colocadas, não estariam nas despesas da Assembleia mas sim da Câmara, foi um lapso, como é que fica esse lapso? Vota-se assim? Fica assim? Não tem problemas nenhuns, mas é ilegal? Segundo o que o nosso Miguel diz, é ilegal, mas pronto, vocês saberão, não é por causa das senhas de presença, que me lembre, quando fiz parte como independente do PSD, no tempo do Engº José Júlio, a minha senha de presença até revertia para o próprio PSD quer eu quisesse quer não, se funcionam ainda assim, as vossas senhas também são entregues ao partido, não é o caso de onde estou, porque como independente é-me paga a mim, portanto a senha a mim não me interessa, porque não foi para isso que vim para cá, vim para cá para dentro dos possíveis defender o que tiver que defender em relação aos cidadãos, o que sei é que se criou aqui uma manobra de divertimento, que cada um de vocês devia ter consciência disso, que se deixaram levar para conversas e para discussões que não têm qualquer cabimento e deixaram passar aquilo que efetivamente interessa a todos nós, quer a nós deputados, quer às pessoas que estão lá fora e que nos estão a ouvir, não estou aqui para dar o sermão da mamã, mas a verdade é que é isto.-----

----- Além do mais, tenho que apresentar aqui uma crítica séria ao Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Assembleia Municipal e com isto vou-me embora, de que lamento, mas não está a fazer o seu papel como deve ser, porque não tem mãos nesta Assembleia, houve aqui comentários e houve aqui situações, independentemente de quem fossem, que nunca deveriam ter sido feitos, nunca, digo eu.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ A Senhora Deputada acha que tenho o dom da imaginação, de saber o que é que os deputados vão dizer nas suas intervenções?”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- “ Não, mas tem o dom de ter uma estratégia para qualquer Assembleia que se venha a efetuar e para aquilo que eventualmente poderá vir a acontecer e no momento certo saber travar uma discussão como aquela que aconteceu aqui hoje na Assembleia.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ Foi o que tentei fazer, mas vou ser mais sábio no futuro.”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- “ E lamento, porque pode ser a última vez que tenha oportunidade de o dizer, lamento que o Senhor Deputado Humberto tenha vindo aqui dizer que tinha que se passar para o ponto seguinte e por isso é que o Regimento tinha que ser aprovado, porque no Regimento, quando ele for aprovado pela maioria, porque vai ser aprovado, porque vocês têm a maioria, automaticamente as pessoas deixam de poder falar, deixam de poder dizer aquilo que as pessoas têm de dizer.”-----

----- Não se esqueçam de deixar a gravação desligada, que é para a gente não ouvir aquilo que todos puderam ouvir em casa ou pelo menos para quem gravou, porque o Senhor Presidente deixou escapar com a sua Secretária, de que, quando o Deputado Miguel veio aqui falar, disse, “ é por esta que nós temos que andar com isto para a frente”, nós não esquecemos, temos a gravação, há que ter cuidado com aquilo que se diz, e se nos querem calar têm que o fazer, mas com jeito, aquilo que se passa aqui é vergonhoso.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “A Senhora Deputada dirigiu-se à Mesa e nessa sequência permita-me que lhe diga o seguinte, como lhe disse, obviamente, não tenho o dom da imaginação, não consigo perceber aquilo que os deputados vão dizer nas suas intervenções, obviamente que também iniciei as minhas lides há muito pouco tempo, obviamente que necessito de beber toda esta informação para poder ser, como disse há pouco, mais sábio e saber conduzir melhor os trabalhos desta Assembleia, obviamente é aquilo que me proponho, é aquilo que quero fazer, agora, a Senhora Deputada quando refere que o Regimento, porque o regimento é uma proposta da Mesa, quer fazer calar os senhores deputados, não é verdade Senhora Deputada, o que o regimento quer fazer é dar oportunidade de todos falarem que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

diferente, de todos os deputados falarem, o que nós não queremos Senhora Deputada é de facto que a Senhora venha ao púlpito chamar a atenção do Presidente da Assembleia Municipal por não ter a sabedoria de fazer parar aquilo que aqui hoje se tem vindo a passar e na sequência da sua mesma intervenção, pedir e dizer que de facto aquilo que está a propor-se em termos de Regimento está errado, porquê? Porque provavelmente se este Regimento já estivesse em vigor algumas destas coisas não se teriam passado, e não quer dizer com isso que a voz dos deputados tivesse sido cortada, o que tínhamos era uma estratégia como a Senhora diz, e bem, para esta Assembleia, que foi aquilo que me propus desde o início, ainda eu não tinha sido eleito e o que disse foi, quero que esta Assembleia trate as pessoas com urbanidade, com educação e que seja virada para a produção e para a discussão, aprovação ou chumbo das propostas, mas para esse efeito, não para aquilo que se passou aqui hoje, Senhora Deputada, foi exatamente isto que quis dizer, vou terminar, porque a minha função aqui é apenas dirigir, não deveria ser defender ninguém, era dirigir apenas, mas muitas das vezes tem vindo a ser necessário e ser chamado a intervir para defesa de uns ou de outros e até da própria Mesa.-----

----- Vamos passar à votação, por favor.-----

----- Senhor Deputado Jorge Melo, repare, nós vamos andar de resposta em contra-resposta, não me leve a mal, nós estamos num ponto sensível, foi amplamente debatido, temos muitos outros para aprovar, alguns deles de muita importância, nomeadamente existe aqui uns que os senhores presidentes de junta de freguesia querem ver aprovados hoje, porque caso contrário não é possível, e a verdade é que por este andar, não estou a ver que seja possível terminar hoje, temos muitos pontos.”-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação, a proposta da Câmara Municipal das **Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022**, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com onze votos contra, sendo oito do grupo municipal do Partido Socialista e três do grupo municipal do CDS, e três abstenções, duas do grupo municipal do CDS e uma do grupo municipal do Partido Socialista.-----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – PS;**-----

----- “A minha declaração de voto vai apenas no sentido de não ter visto respondida a pergunta que fiz de forma objetiva ao Senhor Presidente da Câmara era aquilo que queria fazer antes de ser feita agora a votação, qual é que é o plano? Qual é que é projeto? Como é que se vai desenvolver a situação da ligação Águeda/Aveiro? Em virtude de não ter visto isto respondido e que tem uma importância enorme no Orçamento, sinto-me obrigado a votar contra, por não conhecer o que é que estou a votar, é só por isso, o restante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Orçamento por mim estará tudo bem, é apenas pela forma não explícita como isto é apresentado e que na minha opinião deveria de ser apresentado, e revejo-me naquilo que a Dr^a. Olivia Passos disse, efetivamente nós desviamos para o acessório e esquecemo-nos do essencial.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ Senhores Deputados, nos termos do artigo vigésimo do Regimento, e dado que se trata de um dia de semana, as reunião terminarão às vinte e quatro horas, portanto neste momento são meia noite e treze minutos e as mesmas podem-se prolongar por mais uma hora, acho que faz todo o sentido nós avançarmos nos trabalhos, vou propor de facto que, saber primeiro se todos estão de acordo? Ninguém se opõe? Então passamos ao ponto seguinte.”-----

-----**3.2- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação de competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara Municipal;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Este ponto vem no sentido de uma possibilidade que a lei confere da Assembleia Municipal delegar no Presidente da Câmara a competência até um montante de noventa e tal mil euros, autorizar despesas plurianuais, o rigor, é única e simplesmente o aumento da minha responsabilidade, porque o rigor é rigorosamente o mesmo, e aquilo que visa exatamente esta deliberação é no sentido de agilizar os processos, portanto, desburocratizar, não mais do que isso, porque o rigor, volto a dizer, é rigorosamente o mesmo e a responsabilidade a existir em maior dimensão é minha, e serei eu que naturalmente terei que assumir toda a responsabilidade.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

----- “Aqui, na última sessão, nós tivemos de deliberar autorizações prévias para compromissos plurianuais, um desses compromissos, salvo erro, tinha um valor de treze mil euros, o nosso entendimento, no CDS, é que a Assembleia Municipal tem obrigações de fiscalizar e de acompanhar a atividade municipal, estão tipificadas na lei, é verdade que a lei também dá esta possibilidade de a própria Assembleia transferir essa competência para o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos contratos plurianuais que tenham valor até vinte mil contos, para compreenderem como a legislação é antiga, vinte mil contos, o que dá sensivelmente à volta de cem mil euros, é menos, mas tratemos as coisas desta forma.-----

----- A lei diz que a Assembleia pode deliberar até ao limite máximo de cem mil euros, curiosamente o limite aprovado em Águeda ou a aprovar em Águeda, certamente será aprovado, é igual ao limite aprovado na Assembleia da CIRA, tem um Orçamento que é metade deste que estamos aqui a falar e é igual ao limite máximo que é aprovado na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Assembleia Municipal de Lisboa que tem mais de mil milhões de euros de Orçamento, e suponho que se calhar a Câmara do Corvo tem um Orçamento de dois vírgula três milhões, mas também terá esta disposição, ou seja, não há qualquer critério que tenha a ver com a proporcionalidade, nem com o número de processos que lá está, são facilitados por esta delegação de competências.-----

----- Vou-vos dizer, de uma forma concreta e precisa, o Senhor Presidente da Câmara pode autorizar ajustes diretos simplificados até trinta mil euros, uma autorização de delegação de competências que viesse neste valor ou próximo deste valor, nós nem precisaríamos de o discutir, estava dada à partida, se tem essa possibilidade para aquilo que vale para o ano todo, certamente com toda a facilidade teria para os compromissos plurianuais de valor até trinta mil euros.-----

----- Depois também há outra forma de ver esta questão e esta a mim preocupa-me mais, esta assunção de compromissos plurianuais e a verificação da Assembleia, implica a verificação de uma série de requisitos que a própria lei descrimina quais são, só são ilegíveis para esta autorização as propostas que cumprirem integralmente estes requisitos, e vão-me desculpar, neste momento, não me sinto confortável em dar esta autorização, portanto, estou a dizer aquilo que vai ser o meu sentido de voto, aliás, em consonância com o sentido de voto que votei vencido único na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, tal como há quatro anos votei da mesma forma, porque parece que toda a gente atira isto para os limites máximos, e penso que não deve ser assim, mas isto é a minha opinião, o grupo municipal do CDS fará o que muito bem entender, penso que parte deles compartilha desta opinião.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Senhor Presidente, em relação a este ponto, põe-se a questão que o Deputado Miguel Oliveira já falou e a questão da fiscalização ou não da Câmara, portanto o PS também não votará favoravelmente esta proposta.-----

----- No entanto, solicitávamos que em todas as sessões que sejam apresentados os procedimentos que foram autorizados, isto é, quando chegarmos a fevereiro, que esta Assembleia tome conhecimento de todos os procedimentos que foram até essa altura realizados.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com nove votos contra, quatro do grupo municipal do Partido Socialista e cinco do grupo municipal do CDS, e cinco abstenções do grupo municipal do Partido Socialista, a proposta da Câmara Municipal de delegação de competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara Municipal;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 3.3 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de prorrogação dos acordos de execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias para a concretização da delegação legal de competências;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Só para esclarecer muito rapidamente, os acordos de execução que estiveram em vigor durante o anterior mandato, por um preciosismo referem-se que tem a duração do mandato, foram aprovados em fevereiro de 2018 e não há dúvidas nenhuma que pressuponham que este trimestre do último ano do mandato também contasse para os acordos de execução, e naturalmente é o que faz todo o sentido, portanto é pedirmos a prorrogação da manutenção desses acordos de execução por mais este trimestre, uma vez que, tal como disse há um bocado, nas próximas semanas vamos começar a fazer a ronda para chegarmos aos novos acordos de execução conforme a lei, portanto é só isso, é estendermos para este último trimestre a duração dos acordos de execução.-----

----- Isto é naturalmente muito importante para as juntas de freguesia.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com sete abstenções do Grupo Municipal do PS, a proposta da Câmara Municipal de prorrogação dos acordos de execução entre a Câmara Municipal de Águeda e as Freguesias para a concretização da delegação legal de competências;-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

-----”Apesar de algumas dúvidas, vem-nos a propósito desta proposta que foi aprovada, o nosso sentido de voto que foi de votar favoravelmente a proposta, em primeiro lugar como objetivo proteger o serviço prestado às populações e consequentemente impedir que sobre as populações vá qualquer prejuízo que venha da não continuidade destes acordos de execução e naturalmente isto também tem a ver com a saúde financeira das juntas de freguesia e com o cumprimento dos compromissos assumidos pelas juntas de freguesia, e portanto, a justificação do nosso voto é esta, entendemos que é do superior interesse dos munícipes, do município e das freguesias a aprovação desta proposta.”-----

----- 3.4 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão;-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS-PP;-----

----- “É uma questão que particularmente me interessa, na medida em que pode acontecer no futuro e não tive tempo também para estudar de uma forma exaustiva este regulamento, que no fundo é a legislação que se vai aplicar à compra, à transmissão entre vivos dos lotes no Casarão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- No artigo trinta colocaram a previsão do direito de preferência na transmissão de quaisquer direitos sobre os lotes e sobre as construções ali edificadas, e de facto, aqui vejo que colocaram nas situações em pagamento e cumprimento, bem como na venda judicial, na adjudicação e liquidação e partilha do seu titular, e depois no artigo trinta e um, colocam, *“Qualquer transmissão entre vivos de direitos sobre os lotes está dependente da autorização do Município e será concedida se o novo adquirente se comprometer perante o Município a cumprir”* e depois vem o presente regulamento e tudo o mais. A minha questão é a seguinte, muito diretamente relacionado com as insolvências, há uma empresa que fica insolvente e que um daqueles lotes vai à venda, a Câmara Municipal é notificada pelo administrador para exercer o direito de preferência e a Câmara não vem preferir, qualquer razão que possa acontecer, é possível, já aconteceu noutras circunstâncias, e o que acho é que de certa forma não está aqui previsto esta situação, porque há prazos que se aplicam a uma situação que está a decorrer para quem compra, para quem vai construir, mas não há nada que exceção uma situação de transmissão ao nível de uma insolvência, porque uma insolvência não corre tão depressa quanto os prazos que estão previstos neste regulamento, inclusivamente, embora, se calhar não analisei isto bem, mas inclusivamente diz-se aqui, no número dois, do artigo trinta e um, que a transmissão onerosa do direito de propriedade sobre o lote, se efetuada no prazo de quinze anos, a contar da celebração do contrato previsto no artigo vinte e três e que diz, *“Terá que cumprir as seguintes condições”* e uma delas é que *“A transmissão de lotes em edificação o preço não poderá ser superior ao de aquisição”* sei que existem prazos inclusivamente para edificar, sob pena de haver a reversão, etc., o que quero só dizer e alertar, digo eu, é que se calhar não previram aqui todas as situações que podem existir no caso de uma insolvência e no caso de haver uma venda no âmbito de uma insolvência, porque têm que reconhecer que é diferente, e se isso acontecer o que é que acontece a estes prazos para quem compra? Isto na hipótese de não exercerem o direito de preferência, não é? Porque como a Câmara pode sempre preferir, preferindo não há qualquer problema, a questão fica ultrapassada, a questão coloca-se é, quem compra, como é que fica no meio de todo este regulamento, que de facto é exigente e que se calhar não previram aqui uma situação dessas, falam apenas, em cima, na questão da preferência na adjudicação e liquidação, mas a verdade é que mesmo esta adjudicação em liquidação é um termo que surge em várias situações de direito que não propriamente a liquidação no âmbito de uma insolvência, e só estou a dizer isto porque realmente ao ler, apercebi-me que amanhã me pode surgir uma situação no âmbito das minhas funções de administradora de insolvência em que surja uma venda, que pode não estar de acordo com este regulamento e possivelmente, se calhar, não terão uma resposta para algumas situações que possam surgir no futuro, é só isso que quero saber, se acham que isso é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

questão pertinente, se não é, se pode vir a ser pensada por vós, na medida em que tenho tido situações e com câmaras bastante complicadas, nomeadamente a de Sintra, com outras situações, nomeadamente alvarás e loteamentos que nunca chegaram a ser construídos, nomeadamente uma situação em concreto em que tenho um loteamento em que a garantia dada pelo banco é de cento e um mil euros e que neste momento eles precisam de mais de quatrocentos mil euros para continuar com as obras nas condições em que estão, isso dificulta imenso a venda desse lote que tenho para vender, isto para dizer que nestas situações do Casarão, sei que até já lá houve um PER, também já lá houve outra situação com aquela primeira que veio, agora não me lembro o nome, não interessa, o que me interessa é, em termos de regulamento, se vocês acham que isto responde a uma situação que surja no âmbito de uma insolvência, dado que facto as características de venda são completamente diferentes e que poderá não haver aqui uma reposta para essas situações, e depois por outro lado, também como é que fica quem compra, como é que vai ficar em relação a prazos, suspendem-se prazos? Não suspendem? Porque não dizem nada aqui, de facto pode haver aqui essa situação e ficar dependente uma boa venda de eventualmente não poderem corresponder aquilo que o regulamento exige para quem compra estes lotes ou estas edificações nestes lotes.”-----

----- Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de não ter dado a palavra, ao Senhor Presidente da Câmara, para apresentação do ponto sugeriu-lhe que o fizesse de seguida.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “O que acho que é importante dizermos é que, esta alteração ao regulamento do Casarão, resulta de um trabalho efetuado pela comissão do anterior mandato e naturalmente dos serviços do Município, e parece-me a mim que nesta questão aqui concreta e relativamente a este número o que está excepcionado é a alínea dois, portanto em termos da tal mortis causa e a transmissão de proprietário a favor do locatário financeiro, portanto a insolvência, essa questão cai no número um indiscutivelmente e os noventa dias, que estão aqui falados, penso que o Município, por uma questão de bom senso e nestes casos mais bicudos, tem uma resposta muito mais atempada, fica aqui é uma salvaguarda para todas as questões, no fundo foi por aí.”-----

----- Penso que há aqui o número quarenta e oito, que nos manda para os casos omissos, e que serão resolvidos pela Câmara, certo? Se cair aí algumas dessas situações, portanto empurra para aí, o artigo quarenta e oito ajuda-nos a sanar essas circunstâncias.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

-----“Este regulamento do Parque Empresarial do Casarão, cuja história está tão bem sintetizada na proposta, é produto de uma evolução, da evolução natural e da aprendizagem que foi sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

feita com a experiência e de um trabalho colaborativo feito entre os membros da Assembleia Municipal, que estavam na segunda comissão, a comissão de economia, os funcionários do Município e os responsáveis políticos da Câmara Municipal, um trabalho colaborativo que demorou meses, que exigiu muito de nós, porque grande parte deste trabalho foi feito durante o ponto mais agudo da pandemia, e a que se conseguiu chegar a um conjunto de soluções para problemas que entretanto foram equacionados obtendo inclusive pareceres jurídicos que esclareciam muitas das matérias que foram analisadas.-----

----- Tive o cuidado de enviar esta proposta aos antigos membros da comissão, recebi a resposta do Eng.º Hilário Santos e do Dr. Carlos Almeida, que de uma forma muito sucinta vou passar a resumir, e que também é a minha posição, ficou dependente o parecer da comissão de se conhecer aquilo que vinha da audiência de interessados, como sabem nestes processos de regulamentos é necessário que sejam ouvidos os interessados e que eles se pronunciem, isso aconteceu durante o Verão, nós não obtivemos resposta porventura porque seria difícil ou mesmo impossível que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre o regulamento durante o período eleitoral, de qualquer forma podia-nos ter sido dado conhecimento posterior, mas não, esse conhecimento veio agora, e aquilo que vimos é que o único interessado que entendeu pronunciar-se, se registou e se pronunciou, foi a “Abimota”, através do seu Secretário Geral, e que faz uma série de considerações e de questões que são, de uma forma geral, muito bem respondidas pela Câmara Municipal, portanto dou os parabéns porque as perguntas são muito assertivas e as respostas também são muito assertivas e suficientemente esclarecedoras e faz mais, há duas questões em que a resposta não pode ser se não dar razão a quem faz as questões e o regulamento reflete essas duas alterações que são, ao fim e ao cabo, imputes que vêm também da sociedade civil, neste caso por intermédio da “Abimota”, portanto temos um trabalho que acaba por ser um trabalho colaborativo feito entre os deputados municipais, os membros da Câmara Municipal, os funcionários do Município e que também tem imputes recebidos por representantes da sociedade civil, o que acho que é muito importante.-----

----- Temos depois sempre a necessidade de responder a situações novas que vão surgir e acho que a questão levantada pela Drª. Olivia Passos, para a qual também não tenho resposta, é uma questão pertinente e eventualmente, com a evolução do tempo, havemos de encontrar boa resposta, quanto mais não seja através de um esclarecimento ou de uma deliberação que o próprio Executivo venha a tomar para dar um esclarecimento sobre esta questão, obrigado Olivia, de facto é uma questão pertinente, os assuntos das insolvências em parques empresariais certamente não são questões negligenciáveis.-----

----- Quero referir também que, antes desta reunião, conversei diversas vezes com o Senhor Deputado Humberto Moreira, que foi membro da comissão em representação dos Juntos, e que naturalmente concertamos as nossas opiniões sobre este assunto e somos da mesma opinião, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

imperioso, na nossa opinião, é importantíssimo que a Assembleia Municipal aprove este regulamento e que ele entre imediatamente em vigor, porque ele tem, por um lado, resolve uma série de problemas e por outro lado vai evitar o acumular de outros problemas, é útil para os empresários, é útil para o Município, acabará por ser útil para todos nós, portanto bem haja pelo bom trabalho que todas as partes prestaram, rendo-me a um documento que considero que é um documento exemplar e que nos deve orgulhar a todos.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Venho só colocar algumas questões que gostaria que fossem respondidas se fosse possível, já que as anteriores não foram, mas voltarei a perguntar numa outra ocasião.-----

----- Vou ler aqui uns pontos de consideração da proposta do PEC que estive a analisar e que queria colocar aqui algumas questões, onde é referida além da reorganização da informação foram efetuadas nesta temática algumas alterações, sendo relevante talhar as seguintes:-----

----- A previsão de que o preço de venda dos lotes deixa de estar estabelecido no âmbito do regulamento sendo definido por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal? Esta questão eu coloco porque gostaria de falar sobre ela, porque esta alteração vai levar a que o valor da venda dos lotes possa ser inferior ou superior, consoante haja interesse ou não da Câmara Municipal, portanto ela será depois proposta à Assembleia Municipal e nós sabemos que vai ser aprovada.-----

----- A alínea b) refere que a clarificação de que por deliberação da Câmara Municipal, poderá ser permitido o pagamento do preço em prestações reservando ao Município a prioridade até ao pagamento integral que deverá ocorrer no máximo até à obtenção da autorização de utilização, não ultrapassando as quarenta e duas, refere na alínea e) se houver incumprimento, o prazo destas prestações poderão esperar oito meses, impondo sanções pecuniárias se o mesmo não cumpre com a prestação. A minha questão é só, porquê esperar oito meses? Se depois ainda vai aumentar encargos para quem já está a dever há um mês, ou pelo menos os noventa dias que aqui refere mais à frente.-----

----- A clarificação ao nível da aplicação do regime de interesse público com a remissão para a regulamentação prevista no regulamento do plano pormenor e depois também para o regulamento do PDM, uma vez que tendo em conta o previsto nestes regulamentos a deliberação da AMA na redução do preço de venda dos lotes. A minha questão é que, segundo o PDM, é interesse público quem investe mais de cinco milhões de euros, como é que nós vamos garantir que esses cinco milhões de euros vão ser investidos? Ou como é que a Câmara tem isto previsto? Porque nós tivemos recentemente, aliás no PEC tivemos uma empresa que prometeu investir e criar mil e quinhentos postos de trabalho diretos em Águeda e dez mil indiretos e ela desapareceu.-----

----- A clarificação das normas para autorização de locação financeira aqui também coloco a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

questão só, se isto e de acordo com a alínea b), não há pagamento do lote? Não é devolvido à Câmara Municipal? Portanto será direito de preferência à entidade locadora, não sei se poderá ou não levar à especulação ou ter o direito de preferência pela Câmara Municipal, são algumas questões, alteração do prazo do direito de preferência passando também este ser de todo o tempo tendo a Câmara Municipal o prazo de noventa dias, a Dr^a. Olivia já falou isto, portanto já não vou colocar esta questão.-----

----- Uma última questão era saber quantas empresas temos instaladas no PEC? E quantas foram instaladas nos últimos quatro anos?"-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Peço imensa desculpa e não é furtar-me às respostas, mas tenho dificuldade mesmo em responder o que não seja ler integralmente o que está aqui escrito, é perfeitamente claro, compra e venda o preço é definido pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal naturalmente, esse preço não é um preço individualizado para cada um, não, mais uma coisa, o preço não pode ser inferior ao valor da infraestruturação e depois vem aqui uma série de outras questões, nomeadamente a questão do interesse público, o interesse público quem o aprova, quem o define e quem o sanciona é a Assembleia Municipal, portanto não há aqui mais dúvida nenhuma relativamente a esta matéria, muito sinceramente, os artigos todos têm uma descrição exaustiva e a única forma que consigo é ler, mas para ler acho que não é importante, não me estou a furtar minimamente a esclarecer, as perguntas é que...tem a resposta rigorosamente na leitura, não há aqui outras questões.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Queria fazer só duas questões. Qual é o preço da infraestruturação, por metro quadrado, do lote do Casarão?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “De cor não sei.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “ Quantas empresas estão neste momento ativas no Parque Empresarial do Casarão?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Vinte e seis, se não me engano, peço desculpa, mas uma grande parte, aliás basta passarmos por lá e vemos permanentemente construções de novas unidades, é uma questão de ver, atualmente estão lá uma série delas em construção.-----

----- Já agora, a primeira fase está praticamente comprometida, neste momento estamos a precisar deste instrumento para começarmos a vender da segunda fase, onde temos bastante procura e aliás isso ficou bem latente há uns dias numa reunião que tivemos na Câmara de Águeda que, a primeira fase temos um ou dois lotes disponíveis e que são lotes muito específicos, nesta segunda fase já temos alguns ocupados, como bem sabem, nomeadamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

“Sakthi” e a “Ciclo Fapril” que usaram de uma prerrogativa para poderem ser infraestruturadas antes da Avaliação do Impacto Ambiental, a Avaliação do Impacto Ambiental que decorreu, levou-nos a isto, estamos neste momento com a obra de infraestruturação da segunda fase e agora com este projeto temos uma série de empresas que nos estão a procurar e interessadas e com interesse formalizado na aquisição de lotes.-----

----- Queria dizer-vos que naturalmente as vinte e seis empresas ocupam, cada uma delas, vários lotes, algumas delas muitos lotes, estou a lembrar-me, por exemplo, da “Triangle’s” tem muitos lotes e da “Ciclo Fapril” que tem muitos lotes, são muitas as empresas que têm vários lotes, e quando digo vários, algumas muitos na sua constituição e por isso é que o número parece tão reduzido.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Ainda neste assunto, queria-lhe fazer uma pergunta que é a seguinte, o terreno da “Socibeiral”, como é que está esse assunto?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Está a ser tratado na justiça, como deve ter lido.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Mas vai reverter para a Câmara outra vez?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Ele é da Câmara, ele nunca foi de outro dono, aliás, aqueles artigos tiveram outros donos antes de se constituir o Parque, certo? Lá atrás, agora, depois que há Parque, e depois que aqueles terrenos foram adquiridos pela Câmara, nunca tiveram outro dono que não fosse a Câmara Municipal, até hoje.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para a 3.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão;-----

----- (...) Avaria, sem audição -----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira;** -----

----- “(...) É uma coisa muito simples, compreendo que o Senhor Deputado, aliás, as várias intervenções que aqui hoje teve, levanta várias dúvidas sobre temas dos quais o Senhor não devia ter dúvidas, um deles é que nós só podemos ter o ponto efetivamente concluído depois de levarmos a aprovação da ata em minuta, só assim é que o ponto é efetivo.-----

----- Aquilo que nós estamos aqui a pedir, é somente uma coisa, peço em nome dos meus colegas, e permitam-me aqueles da qual não pedi autorização para falar em nome deles, as juntas de freguesia têm compromissos assumidos até ao dia trinta e um de dezembro, dependemos financeiramente da Autarquia Camarária, certo? Ao não deixarem que estes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pontos passem, fazem com que isto tudo fique em causa, colocando orçamentos e execuções de Juntas em causa, aquilo que estão a tentar condicionar no sentido de não prorrogar o prazo desta Assembleia hoje, para terminarmos os trabalhos, porque às sete da manhã estou acordado, tenho que ir trabalhar como vocês todos, se calhar, e há uma situação que é a seguinte, todos estamos a fazer um grande sacrifício, todos queremos ir embora, mas também já hoje aqui perdemos muito tempo com assuntos e com situações e a levantar suspeitas, sobre toda a gente é criminosa e com coisas que não valem rigorosamente nada para discussão do concelho.-----

----- Desculpem, sinceramente falar assim, mas precisamos urgentemente de discutir aquilo que é, e aquilo que nos traz aqui para o qual fomos eleitos e deixar estas paranoias, desculpem o termo, porque precisamos efetivamente de andar para a frente e hoje, esta situação, em nome dos Presidentes de Junta, precisamos de levar conclusões para as nossas Juntas de Freguesia.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- “Primeiro queria dizer ao Senhor Deputado que as dúvidas sou eu que as tenho, não é você, isso é a primeira, isso não lhe dá o direito de dizer que vim para aqui meter dúvidas que as não devia ter, não percebi o que é que quis dizer com isso, se tenho dúvidas, ponho as dúvidas se o Senhor Deputado tem dúvidas, põe as dúvidas que quiser e que entender, faça o que entender, agora, não mande é nos outros, isso é o primeiro ponto.-----

----- O segundo ponto, há aqui pontos, nomeadamente das Juntas, porque é que não foi feita uma proposta para o ponto passar para trás? Por exemplo, não quero fragilizar os Orçamentos das Juntas de Freguesia, nem por sombras.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

----- “Preciso mesmo de um esclarecimento porque estou perdido, tanto quanto me parece, nós podemos interromper, mas posso estar enganado, o Senhor Presidente há-de-me ajudar, nós podemos suspender a sessão, aprovar a minuta das deliberações que interessa que produzam efeito imediatamente e depois continuar noutro dia a reunião começando a ordem de trabalhos exatamente no ponto em que acabamos, acho que isto resolve o problema que aqui foi levantado e com o qual sou sensível, se não for assim, pois então teremos que ficar aqui a noite toda, o tempo que for necessário, mas também estamos a ser compensados para isso, a compensação que recebemos eventualmente, sabe-se lá, não consta do regimento, mas a compensação que recebemos é também para quando é necessário irmos muito mais além do que aquilo que está nos regimentos e nos regulamentos, eu estou disposto a isso.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- “Senhor Presidente, se a Mesa considerar possível, naturalmente todos queremos fazer o que seja correto e adequado, o Partido Socialista subscreve aquilo que é o entendimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do CDS de facto se for possível, para não obrigarmos cidadãos que nos estão a acompanhar neste momento à distância a estar para lá da uma da manhã, porque se vamos falar da informação escrita do Senhor Presidente, se vamos falar do Regimento, bem recordará que é uma discussão que foi longa, tem as suas características e que também cativou a atenção de grande parte da população, portanto, penso que o Regimento que diz, se bem tenho registado o que leu há pouco, é que à meia noite durante a semana, a Assembleia pode decidir estar mais uma hora, não diz que pode decidir estar a noite toda, portanto acho que a própria Assembleia tem que permitir aos cidadãos que possam assistir e não importa que amanhã às seis e meia me tenha que levantar e tenha responsabilidades, isso será da vida de cada um, mas penso que já estamos na uma da manhã, acho que a partir daqui se a Mesa impuser e depois com esta chantagem que aqui nos está a ser feita, não, nós não queremos prejudicar as juntas de freguesia, os autarcas do Partido Socialista também sabem o que são juntas de freguesia naturalmente e portanto, prejudicar as populações nunca, se se entender que essa ata em minuta parcial não pode ser feita, pois ficaremos até à hora que for, agora se puder ser e se pudermos debater com mais tempo, assim melhor será, mesmo que o PSD opte apenas por uma intervenção de uma única pessoa apenas de um minuto sempre, os outros falarão.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “De qualquer das formas, a minha sensibilidade diz-me que este três ponto cinco, análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa n.º 3, é um dos pontos que, junto com o anterior, relativamente, neste caso o três ponto três, que é crucial para esta possibilidade da transferência destas verbas, portanto, pelo menos quanto a este iríamos aproveitar e votá-lo e depois suspendíamos os trabalhos, aprovava-mos a ata em minuta relativamente aos pontos já votados e entretanto agendaria-se nova data.”-----

----- **3.5-Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa n.º 3;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente, trata-se exatamente disso, uma alteração modificativa, é a terceira do ano de 2022 e naturalmente que trata-se de colocar o nosso Orçamento mais próximo daquilo que foi efetivamente a execução, trata-se de uma prática seguida desde há muito tempo pelo Município também, salvo raras exceções onde não aconteceu, mas raras exceções, e muito seguida naturalmente pela maior parte dos municípios do país, portanto é isto que estamos a fazer.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS PP;-----

----- “Senhor Presidente vou procurar ser sintético nas observações que vou fazer, dizia, e muito bem, o Senhor Presidente da Câmara que esta alteração modificativa não é nada de novo em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

relação aquilo que já aconteceu noutros anos, o que é novo em relação aquilo que aconteceu noutros anos, é não termos cá o Dr. Carlos Almeida, para nos vir falar sobre a forma como são feitos os Orçamentos da Câmara, há muitos anos, e sobre a verdade que deveria existir nos Orçamentos e que não existe, não está cá, ele certamente faria isto com grande brilhantismo, porque é uma das coisas que distingue as diversas pessoas que aqui estão, é que todas elas têm áreas em que são muito boas e têm muito conhecimento e podem partilhar esse conhecimento, e o Dr. Carlos Almeida de facto sabia e tinha gosto, ainda por cima, em falar e nós ficávamos aqui muitas vezes a ouvi-lo muito mais tempo do que aquilo que está previsto no Regimento, porque isso nos enriquecia e ficávamos mais conhecedores, de uma forma resumida o que nós vemos é que estava prevista uma receita de quarenta e sete milhões oitocentos e cinquenta e seis mil euros e que é feita uma alteração para passar esta receita a trinta e oito milhões novecentos e vinte um mil euros, ou seja, é uma diferença de oitenta e um vírgula seis por cento, aquilo que estava programado seria os cem por cento e aquilo que esta alteração modificativa vem dizer é que dezoito vírgula quatro por cento disso é para esquecer, no máximo, vamos realizar em receita oitenta e um vírgula seis por cento desse valor, para erro de imprevisão achamos que é excessivo, mas é preciso ter atenção a um pormenor, este valor só é oitenta e um vírgula seis por cento porque se utiliza três milhões de saldo de gerência para incrementar a receita, porque se não tivermos em conta esses três milhões de saldo de gerência, então a diferença entre aquilo que está previsto e a nova dotação da receita é de vinte e cinco por cento. Uma parte importante, como aliás é habitual também, em relação aos outros anos, é que uma parte importante deste corte incide sobre as despesas de capital, ou seja sobre o investimento, a nova dotação representa sessenta e sete vírgula oito, vá lá, grosso modo, sessenta e oito por cento da dotação inicialmente prevista, isto já seria nas palavras, que penso estar a reproduzir bem, do Dr. Carlos Almeida, já seria suficientemente mau, mas a verdade, vamos ficar a conhecer naturalmente, quando forem apresentadas as contas, e sistematicamente tem acontecido que esta previsão que agora temos corrigida não vai bater certo com aquilo que vamos apurar nas contas, dizia o Dr. Carlos Almeida que isto não era forma de trabalhar, nós achamos que se pode trabalhar cada vez melhor, e é um apelo que aqui deixo Senhor Presidente, vamos passar por exercícios difíceis, onde o Senhor deu há pouco um bom exemplo, de como é difícil prever aquilo que se vai poder gastar, falou de uma verba eventual de vinte milhões de euros, não sabemos se vai ser aprovada ou não, que virá por via do PRR para Águeda, isso naturalmente incrementará o Orçamento, incrementará a receita, tem esse potencial de incremento da receita, e naturalmente a execução da despesa, terá de ser corrigido, procuremos é fazer as correções de forma a que este limite que é fixado em lei e que depois também não há nenhuma grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

penalidade para quem o não cumprir, mas que é o da verdade Orçamental não se poder desviar mais do que quinze por cento daquilo que está programado, pelo menos no que respeita à receita passe a ser cumprido, sei que não é fácil, mas gradualmente, paulatinamente Senhor Presidente, faço-lhe este apelo, vamos tentar evoluir para termos valores de previsibilidade europeia em relação aos nossos Orçamentos.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Quando nós estamos aqui a discutir estas situações e a aprovar, estamos a aprovar para o Concelho e não é por causa de eu estar mal disposto, o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Presidente de Junta, que nós decidimos pior ou melhor as coisas, nós decidimos para todos, para as pessoas, e aquilo que se põe aqui neste ponto é aquilo que aconteceu no Orçamento, acabamos de aprovar um Orçamento que tem todos estes erros, portanto o que isto vem mostrar é que agora tiraram oito milhões, nem sabemos bem quais, mas provavelmente o mercado, quatro milhões de obras, outras obras, quais as vias que foram adiadas ou não, provavelmente na função social retiraram cem mil euros, os da habitação, a regeneração urbana a tão falada regeneração urbana passou de um milhão para quinhentos mil euros, é só metade, cinquenta por cento não é grande erro e corrigimos, isto é tudo uma questão de jogos de números, nós podíamos até não fazer nada no Concelho e os números depois no fim davam certo, que é o que aprendi, há um bocado falou-se no Carlos Almeida, agora também falo para ficar bem, porque nós gostamos muito do PSD, falo do Eng. Hilário, que também falava muito destas coisas e que dizia que as contas, é que são contas, e essas têm que dar certo, nós podíamos até nem fazer esta discussão, vínhamos cá só em abril, que essas aí, à partida, estarão certas e nós estaremos cá para as aprovar consoante a estratégia, se fizeram mais tijolos, menos tijolos, mais estradas ou menos estradas, mais, se fizeram a estrada da Canada e até lhe acrescentaram nessa estrada, para ir fazer outra noutro sítio, isso depois há-de estar refletido aqui, portanto isso é outra habilidade, que é conseguir fazer esta obra, faço obras a mais nesta, portanto aumento o preço desta para depois fazer a estrada noutro sítio, isso é outra habilidade desta Câmara, são as coisas legais.”-----

----- Meus Senhores, em relação à análise e votação da proposta há aqui uma baixa de oito milhões de euros, portanto é como disse há bocado o meu colega Mauro, impensável estar a discutir isto, não vale a pena, porque o erro está no Orçamento, depois aqui pequenos acertos haverá sempre e coisas que são feitas e passarão para os outros anos, haverá sempre, agora isto que é simplesmente contabilístico, portanto o nosso voto aqui é simples, é contra.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aprovou por maioria, com seis votos contra do Grupo Municipal do PS e oito abstenções, sendo três abstenções do Grupo Municipal do PS e cinco abstenções do Grupo Municipal do CDS, a proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa n.º 3;-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – PS;**-----

----- “Senhor Presidente só aqui um pequeno reparo, não consigo precisar quem foi, certamente diria, olhos nos olhos que é um mau carácter e não merece estar nesta Assembleia, apenas dizer a alguém ali do grupos dos Senhores Presidentes de Junta que o PS não é uma cambada de burros, ouvi, não sei precisar quem foi, mas não é uma cambada de burros, estamos aqui com tanta legitimidade como os Senhores estão, e portanto sobre o meu voto, eu respondo, sobre o vosso, respondem os Senhores, portanto quem não se sente não é filho de boa gente, não me lembro até ao momento ter faltado ao respeito a quem quer que seja nesta Assembleia, portanto não vos admito que nos tratem desta forma, nós estamos aqui de forma séria, honesta, a defender aquilo que as nossas convicções dizem, como acredito que os Senhores também estão para defender as vossas, agora não irei permitir que nos voltem a tratar da forma como trataram.”-----

----- Atendendo ao avançar da hora, foi decidido terminar a primeira parte da Assembleia, sendo lida e aprovada a minuta da ata.-----

----- Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspende a primeira reunião da Quinta Sessão Ordinária, designando para continuação o dia três de janeiro de 2022, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, sendo que desta forma se consideram convocados todos os membros presentes, pelo que há uma hora e vinte e três minutos do dia vinte e sete de dezembro de 2021, deram-se os trabalhos por encerrados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Aos três dias do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a segunda reunião relativa à quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **3.6 -Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, para o mandato de 2021-2025;**-----

-----**3.7-Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, declarou aberta a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente Águeda TV, os funcionários da Autarquia e do Centro de Artes desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- A sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia José Filipe de Almeida Pereira e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal - PS;**-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;**-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- **Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;**-----

----- **Gabriel Duarte Pires – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP;**-----

----- **Hermínio da Conceição Marques Guapo– PS;**-----

----- **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Maura Andrea Galhano Magalhães PS;**-----

----- **Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida - PPD/PSD.MPT;**-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----
- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----
- **Gisela Valente Pinheiro** – PPD/PSD.MPT;-----
- **Isabel Maria Santiago Ferreira** – PS.-----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----
- **Albano Marques de Abrantes** – PJ de Aguada de Cima; -----
- **Nuno Gustavo Pimenta Cardoso** – PUF de Águeda e Borralha; -----
- **João Marques Pitau** – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----
- **António de Oliveira Martins** – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- **Carlos Miguel Nolasco de Lemos** – PJ de Fermentelos; -----
- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** – PJ de Macinhata do Vouga; -----
- **Sérgio Manuel dos Santos Duarte** – Tesoureiro da UF de Préstimo e Macieira; -----
- **Manuel José de Almeida Marques de Campos** – PUF de Recardães e Espinhel; -----
- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- **Rui Carlos Santos Mota** – Secretário da JF de Valongo do Vouga; -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
- **Marlene Domingues Gaio** - PPD/PSD.MPT – Vereadora;-----
- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira** – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
- **Luís Herculano Henriques de Pinho** – PS – Vereador; -----
- **Daniela Alexandra Pereira Herculano** – PS – Vereadora; -----
- **Antero Ricardo dos Santos Almeida** – CDS – Vereador; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- A Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Oliveira Marques Arsénio; o Deputado Jorge Miguel Santos Melo comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Maura Andrea Galhano Magalhães; o Deputado José Miguel Ramos Tendeiro também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; o Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro também comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estará Hermínio da Conceição Marques Guapo; Ana Rita Antunes Pereira comunicou que não poderia estar presente estando em sua substituição Maria Utilia Ferreira da Rocha Ferrão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que também não pode estar presente e não foi possível assegurar a sua substituição; Luis Filipe Tondela Falcão, Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação estaria o Secretário, Rui Carlos Santos Mota; o Presidente da União de Freguesia do Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro António Machado Vidal, também comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação estaria o Tesoureiro, Sérgio Manuel dos Santos Duarte. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia recordou que, na anterior reunião desta quinta Sessão Ordinária, tinha-se ficado no período da ordem do dia, no ponto 3.6 que após a sua prévia discussão, procederam à sua retirada.-----

----- A Mesa sensível a algumas questões suscitadas resolveu proceder a nova redação, dando azo a algumas alterações, estando todos os deputados munidos da proposta de Regimento, na sua versão atual, pelo que se iria passar à discussão, análise e votação do ponto:-----

----- **3.6 -Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, para o mandato de 2021-2025;**-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS PP;**-----

-----“Senhor Presidente em boa hora o projeto de Regimento da Assembleia Municipal, elaborado pela Mesa, foi retirado e apreciado e trás algumas melhorias importantes, em termos de forma melhorou significativamente, o que demonstra que de facto houve um benefício em ter mais tempo para trabalhar melhor a proposta, no entanto não resolveu tudo como se pode aperceber pela numeração do artigo vigésimo primeiro, continua incongruente, isto só para dar um exemplo, mas melhorou francamente em muitos aspetos.-----

----- Em relação à substância, esta nova proposta vem polir alguns dos defeitos da proposta inicial, tal como nós tínhamos solicitado que se fizesse, designadamente no que respeita à intervenção do público, o que desde já saudamos, no entanto, mantém alterações que nós não podemos aceitar, vou procurar ser breve nas explicações.-----

----- Corta em dois terços o tempo que os eleitos dispõem na sua primeira intervenção, nos assuntos da ordem do dia, que passam de um máximo de quinze minutos, para um máximo de cinco minutos, e isto no máximo também de duas intervenções, havendo uma exceção para um caso de uma pessoa que nesse caso terá de requerer e a Assembleia terá de aceitar, está-se mesmo a ver que esta exceção mais facilmente vai beneficiar alguém que é da maioria, do que alguém que é da minoria, e esta redação que permite que uma pessoa tenha um tempo acrescido, quando as outras não o têm, é uma redação iníqua, que os membros da Assembleia não devem aceitar, porque põe em desigualdade uns membros em relação aos outros, ou vale para todos e há uma ronda extra de intervenções para todos, ou então não há para nenhum.-----

----- Pela minha parte, na esmagadora maioria dos assuntos, dez minutos são suficientes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fundamentar a minha opinião, pode ser necessário mais tempo para expor dúvidas e esclarecer em concreto qual é o ponto fulcral da dúvida, isso pode demorar mais tempo.-----

----- Todos nós aqui temos saberes, temos conhecimentos diferentes, temos experiências de vida diferentes, isso é uma riqueza para a tomada das decisões informadas sobre os assuntos que nos compete apreciar, lembro-me de intervenções do Professor José Vidal e da Primeira Secretária da Assembleia, muito bem elaboradas e fundamentadas, que respeitavam à delegação de competências na área da educação, que iam ambas em sentidos opostos e contribuíram ambas para o esclarecimento da Assembleia, nenhuma delas foi feita em cinco minutos.-----

----- O Engº Hilário Santos e o Dr. Carlos Almeida, ambos do PSD, isto só para citar exemplos recentes, fizeram, por diversas vezes, intervenções longas de mais de quinze minutos, mas que ninguém contestou, porque todos beneficiámos com o conhecimento que nos foi transmitido. ----

----- Há assuntos sobre os quais só posso ter dúvidas porque o meu conhecimento é zero ou quase zero, e portanto benefício das dúvidas, das sugestões e das críticas que alguém com melhor conhecimento tenha a fazer, e se essa pessoa não tiver que interromper o raciocínio complexo ao fim de cinco minutos simplesmente porque se lhe esgotou o tempo, tanto melhor.---

----- Ora, o objetivo da discussão que precede as deliberações, é precisamente contribuir para que todos possamos ter uma opinião formada e fundamentada no momento em que somos chamados à votação, restringir o tempo dessa primeira intervenção a cinco minutos, é contra produtor, sobretudo quando se estão a apreciar matérias complexas, chamo a atenção que quinze minutos é o tempo reservado, de acordo com este projeto de regimento, aos representantes dos cidadãos que convoquem uma Assembleia Municipal, portanto os representantes dos cidadãos passam a ter mais tempo do que os eleitos, isto é da lei geral e está transcrito para o nosso Regimento e que cinco minutos é o tempo ao dispor dos cidadãos no período reservado ao público, então para os representantes eleitos, o tempo reservado para cada intervenção sobre assuntos concretos é igual ou inferior ao dos cidadãos que ninguém elegeu? Isto, sinceramente, não faz sentido.-----

----- No debate de propostas e moções, é criada uma desigualdade entre os membros da Assembleia consoante o grupo municipal a que pertencem, os membros do PSD têm até onze minutos, os do CDS, todos juntos, têm apenas três minutos, uma coisa é fazer a distribuição dos tempos de intervenção no período antes da ordem do dia, que é um período destinado a declarações de interesse geral autárquico, é destinado sobretudo a declarações, estamos a falar de uma coisa diferente, o período de debate de que estamos a falar antecede uma deliberação, não faz sentido reduzir o tempo de intervenção dos membros ou subdividir os membros da Assembleia individualmente, como membros de primeira, de segunda e de terceira categoria, não faz sentido. Na nossa opinião, os membros da Assembleia não podem ser prejudicados no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seu direito individual a se pronunciar, expressar dúvidas ou apresentar sugestões consoante o grupo municipal a que pertencem, até porque nada pode impedir que pessoas diferentes do mesmo grupo municipal, defendam posições diferentes sobre o mesmo assunto, dou-vos um exemplo, no debate do Orçamento e Plano, houve membros do Grupo Municipal do CDS que votaram contra o Orçamento, e houve membros do Grupo Municipal do CDS que se abstiveram, isto reflete duas opiniões diferentes sobre o mesmo assunto, e as opiniões no nosso grupo são livres, noutros grupos podem não ser, não sei se são, não me meto na vida interna dos outros grupos municipais.-----

----- Na nossa opinião, se o período antes da ordem do dia, se destina a tratar de assuntos gerais de interesse autárquico, como se lê no artigo quinquagésimo segundo da Lei nº. 75/2013, *“Tudo o que cabe no âmbito geral de interesse autárquico pode ser aí tratado”*, logo não cabe à Assembleia Municipal proibir que, no período antes da ordem do dia, os membros se refiram a assuntos que vão ser tratados na ordem do dia. A Assembleia Municipal não tem competência para proibir o que a lei permite, a lei abre, a Assembleia Municipal não pode fechar, são direitos dos membros da Assembleia Municipal e criam um precedente perigoso, porque criam um precedente para, eventualmente termos de informar previamente do que vamos falar para se ter a certeza de que estando a abordar um assunto que está próximo de alguma coisa que esteja a ser tratada no período da ordem do dia, não venha a ser referida.-----

----- Isto é uma coisa que vai contra a liberdade de exercício do cargo em que estamos investidos.-----

----- No número sete, do artigo vigésimo quinto, estabelece, *“ Nos debates sobre o estado do Município e nos debates temáticos, os tempos de intervenção serão definidos pela Mesa e previamente comunicados nas respetivas convocatórias”*, em primeiro lugar uma dúvida, o que são debates temáticos? Não consta em nenhuma lei que eu saiba, não consta no Regimento, o que são debates temáticos? Quando se aborda uma figura deve-se defini-la, nós definimos o que é uma proposta, nós definimos o que é uma moção, nós definimos o que é o estado do Município, nós definimos os tempos inclusive para as discussões, não encontramos definição para o que são os debates temáticos.-----

----- Passando à frente, porque é que se quer conceder um direito discricionário de divisão de tempos, a uma Mesa que não é plural e cujos membros integram todos o mesmo grupo municipal? Porquê? Porque é que no debate do estado do Município a forma não é concertada previamente, como até aqui foi, em reunião da comissão permanente, porquê? Agora quer-se que isto passe a ser uma competência funcional da Mesa, não está prevista na lei, a lei prevê no entanto que a Assembleia Municipal possa incumbir a Mesa de competências funcionais, mas os Senhores não encontram esta nas competências atribuídas à Mesa da Assembleia Municipal, especificamente a lei não diz, a Mesa da Assembleia Municipal define os tempos, eventualmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

até a ordem de intervenção nos debates temáticos que não sabemos o que é, e nos debates do estado do Município, porque é que este regimento há-de atribuir esse poder discricionário, não consigo encontrar uma boa explicação.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia nós queremos um Regimento que favoreça o funcionamento da Assembleia e o esclarecimento das pessoas, não queremos um Regimento que favoreça o conflito dentro da Assembleia e com isso a perturbação permanente dos trabalhos da Assembleia, e lamento dizer que, embora tenha evoluído positivamente, este projeto de Regimento, ainda tem falhas que nós vamos procurar ajudar a colmatar, Senhor Presidente, os membros do meu grupo municipal, eu próprio, elaboramos um conjunto de propostas de alteração ao Projeto que aqui nos foi aprovado e que depois apresentaremos e que naturalmente será depois a Assembleia a decidir se as aprova ou se as reprova, temos no entanto a palavra escrita do Líder do Grupo Municipal do PSD/Juntos que diz que, este projeto de Regimento é da responsabilidade da Mesa e que o Grupo Municipal não tem responsabilidade na elaboração do mesmo, portanto tem pelo menos, a responsabilidade de o apreciar e de o votar pelos méritos e com certeza não há-de deixar de considerar o mérito das propostas que nós vamos apresentar e que incidem sobre estas matérias que aqui vos referi.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Para já, começo por subscrever quase de forma integral a intervenção do Senhor Deputado Miguel Oliveira na análise que faz e no enquadramento que deu aquilo que é um Regimento.-----

----- Podia ver aqui, neste Regimento, e falarmos de globalmente dele, vou tentar abordar só alguns pontos, que é isso que é o Regimento e que nos permite depois, ao Senhor Presidente e a nós todos, ter intervenção nesta Assembleia no debate, nas decisões, nas deliberações que todos nós, sem exceção, estamos aqui e deliberamos pensando que fazemos o melhor possível.

----- No artigo dois, ponto dois, alínea a) diz, “*Compete aos membros da Assembleia acompanhar e fiscalizar as atividades da Câmara*”, isto é um ponto que é essencial, falamos ainda na primeira reunião desta sessão, que compete e é uma função primordial realizar, “*Compete solicitar e receber informação através da Mesa, sobre assuntos de interesse para o Município e sobre execução das deliberações anteriores*”, aí está outra das situações, e essa é uma preocupação da Mesa, uma preocupação do Senhor Presidente, de que faça chegar aos grupos municipais, em tempo, os pedidos e as solicitações dos deputados municipais, isto está no Regimento, e alertei aqui que temos pedidos feitos há mais de um ano, alertei aqui, outros pedidos, que temos pedidos feitos há seis meses, e portanto, temos outros feitos há três meses e temos outros feitos até na última Assembleia, em nenhum desses pontos, até este momento, foi aplicado o regimento que está em vigor.-----

----- Depois, cabe ao Senhor Presidente e à Mesa, apreciar a recusa de prestação de quaisquer informações e a recusa de entrega de documentos aos senhores deputados municipais, fiz aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

várias perguntas, várias questões, o Senhor Presidente da Câmara que se recusou a responder, e aí está um ponto que o Senhor Presidente e a Mesa podiam ter tido uma intervenção de acordo com o Regimento, e solicitado as perguntas que o Senhor Presidente da Câmara cumpra o Regimento e a lei e que nos tivesse respondido.-----

----- O seu artigo dezassete, "*Compete à Mesa comunicar à Assembleia Municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta e colaboração da Câmara Municipal*", aí está um ponto que acho que a Mesa e o Senhor Presidente nomeadamente, poderão preocupar e poderão ter em atenção para que se preste as informações que nós solicitamos.-----

----- Artigo vinte e um, temos aquela questão dos quarenta e cinco minutos que será para assinar a ficha, portanto é uma questão de menos importância, pode ser quarenta e cinco, cinquenta, é uma questão que nós já discutimos no outro dia, uma questão simplesmente funcional e administrativa se assim o considerarem, se assim o aprovarem, é só uma questão que tem um efeito prático, que é a pessoa não receberá a senha dessa presença, o resto tem todos os direitos e mantém todos os direitos como deputado eleito.-----

----- Artigo vinte e cinco, ordem do dia, gostaria de solicitar à Mesa, se assim o desejarem, que me explicasse o porquê de reduzirmos cinco dias, para três dias as informações aos deputados, se funcionamos quatro anos com cinco dias, eventualmente um atraso para quatro ou para três, sempre explicável pelo Senhor Presidente da Câmara, qual é a razoabilidade de reduzirmos de cinco dias para três dias? Se mostrarem essa razoabilidade, poderá ser que mude.-----

----- Em relação ao seu ponto sete, o tal ponto que o Dr. Miguel Oliveira explicitou bem, é que nem sequer permitem que o deputado fale três minutos e depois mais sete, não ultrapassando os dez, não, tem que ser cinco e mais cinco, não pode passar o minuto para o outro, uma pessoa tem que fazer uma aceleração, chegar aos quatro minutos e meio, desculpe vou embora, depois voltar para fazer mais outra intervenção mais tarde, daqui a uns minutos, mais cinco minutos. Aqui só há um pressuposto nisto, não debater, não permitir a expressão de ideias fundamentadas, não permitir o contraditório em relação às diversas informações que nos vão sendo dadas pelas intervenções dos outros deputados ou inclusive do Senhor Presidente da Câmara, portanto não vemos aqui nenhum benefício para esta Assembleia que delibere melhor em qualquer sentido.-----

----- Artigo vinte e oito, porquê colocar o seu ponto dois? Podem intervir as pessoas nascidas, não nasci cá, que tenham cá residência, os meus filhos não podem cá falar porque não nasceram, não residem, que tenham interesses, só falta que realmente podemos manter esse ponto, que não tem interesse nenhum, mas podemos definir quais são os interesses, tem interesses porque gosta de vir ao café, tem interesses porque gosta de saber como é que anda Águeda e as festas, tem interesses porque gosta de qualquer coisa, Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

proponho que se retire esse ponto, não tem sentido nenhum.-----

----- Agora, chegamos a um ponto que, esse aí é que não tem sentido nenhum mesmo, e este é o ponto fulcral deste projeto de Regimento que é incompreensível para o Partido Socialista, o Partido Socialista sempre foi um partido que lutou pelas liberdades, sempre foi um partido que lutou pela participação cívica das pessoas, nesta Assembleia tivemos e desenvolvemos várias ações para aumentar a participação das pessoas, fomos pioneiros no país, não havia naquele momento, que conhecesse, a ter um período de intervenção do público antes das sessões extraordinárias, não havia em nenhum lado do país, fomos nós pioneiros, fomos pioneiros, também muitas vezes, porque introduzimos dois pontos, um no início, outro no final das sessões e vem o PSD, em 2021, há um bocado estava a assistir a um debate entre o Presidente do PSD e o do Chega, certamente que não deve ser este o PSD, esse presidente, ele estava a falar das liberdades e porque é que não iria com o Chega, veio o PSD de Águeda, em 2021, retirar o direito ao público de participar na sessão da Assembleia Municipal, é totalmente incompreensível, bastava só este ponto, com todos os outros certos para o Partido Socialista votar contra, uma coisa que nos custou tanto a ganhar, o direito à participação, o direito a que qualquer pessoa chegue aqui apresente o seu caso do lixo na sua rua, ou a iluminação, ou que faça perguntas ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, para nós não são, nós só beneficiamos de estar aí sentados a ouvir os problemas que eles expõem e beneficiamos de estar aí sentados a ouvir os esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara dá, porque nós nesse ponto, como vocês sabem, não temos intervenção nenhuma, e vem o PSD 2021 retirar direitos ao povo, retirar direitos de participação numa Assembleia Municipal, retirar direitos de expor os seus assuntos, aquilo que os preocupa, o seu dia a dia, a sua estrada, os seus lixos, os acessos à saúde, num momento qualquer retirar-lhe esse acesso, isto Senhor Presidente e a Mesa, neste caso, que o Senhor representa é totalmente incompreensível.-----

----- Último ponto, artigo quarenta e nove, comissão permanente, a comissão permanente é constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia, pelos líderes municipais dos vários partidos ou movimentos, consoante existam movimentos ou partidos, normalmente decide de questões regimentais, de questões de organização dos tais debates temáticos, de questões de quem fala, quando, como, e porquê, questões pontuais de leis que entretanto chegam que são regulamentadas e que é preciso introduzir, questões de organização das diversas comissões da Assembleia.-----

----- Aqui no artigo quarenta e nove, verifica-se uma introdução diferenciada, uma visão diferente, participa o Senhor Presidente, os Líderes Municipais e as Senhoras Secretárias da Mesa sem direito a voto, não se percebe, não tem representatividade lá, não foram eleitas, nem lideram lá, quem lidera os grupos municipais têm a sua representatividade, quem lidera a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Asssembleia e todos nós é o Senhor Presidente da Asssembleia, elas não têm liderança nenhuma lá, não foram eleitas, não têm sentido nenhum lá e sem direito a voto. É simples Senhor Presidente, também pode manter isso, o Partido Socialista logicamente que não participará nesta comissão permanente, porque só participa com os mesmos direitos, com os mesmos princípios e com a mesma legitimidade, portanto, se ficar assim, prescindiremos da comissão permanente e deixaremos para o PSD a comissão permanente ou as outras que quiser.”-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

-----“Começo esta minha intervenção reconhecendo que, Senhor Presidente, após uma primeira apresentação de proposta de Regimento que veio da parte da Mesa, existiu da sua parte um esforço em rever, e digamos, recuar naquilo que considero algum retrocesso na qualidade democrática do nosso regimento, manter a intervenção do público, retirar o impedimento de um jovem menor de dezoito anos de intervir na Asssembleia, foram, digamos, alterações à sua proposta inicial que considero importantes e felicito por isso, mas apesar de salientar, digamos, esse seu caminho e para que o seu esforço não seja inglório, ainda existe aqui algumas partes que penso que poderão desmerecer tudo aquilo que o Senhor Presidente alterou ou reviu.-----

----- Este Regimento já existe há mais de quarenta anos, já foi visto e revisto, é ajustado e reajustado, penso que tinha aqui, pelo que tenho acompanhado nos últimos anos, tinha aqui, digamos, um equilíbrio e tinha aqui uma série de conquistas que tinham sido feitas ao longo dos anos e que, penso eu, nunca causaram entropias ou impedimentos maiores à condução dos trabalhos da Asssembleia e portanto decorriam de uma forma escoreita e correta, na minha opinião, e portanto era um documento que já estaria, talvez, bastante trabalhado e que poderia só precisar de uns reajustes.-----

----- Além disso, alterações ao Regimento, na minha opinião, devem ser alvo de um elevado entendimento e concórdia, portanto tem que haver de facto aqui uma agregação de posições e de concordância das mesmas para que o Regimento não fique também minorizado e que perca também o seu valor e o seu simbolismo se for simplesmente imposto por uma maioria e não criado ou reajustado num espírito de agregação e de melhoria do mesmo.-----

----- Queria também dizer-lhe que, um dos focos principais, o meu colega Miguel Oliveira já afluorou, a parte da intervenção dada aos grupos parlamentares, há aqui um ponto que para mim provoca o meu frontal contra a essa posição, penso que limitar a intervenção a duas por parte de cada membro da Asssembleia Municipal é um erro, não faz o melhor serviço pela Asssembleia e considero também uma ingerência no grupo parlamentar de cada um dos grupos parlamentares que existem na nossa Asssembleia, porque nós temos de facto muitos assuntos em que cada um dos elementos de cada grupo parlamentar tem mais afinidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

conhecimento ou disponibilidade para os estudar e os abordar, e portanto limitar num assunto em concreto a intervenção de quem está mais preparado para defender os interesses do concelho e a defesa dos munícipes nesta Assembleia é dar um passo atrás, digamos, no trabalho de qualidade que se pretende que esta Assembleia tenha, portanto pedia que o Senhor Presidente também revisse e ponderasse a alteração desse ponto, dou-lhe um exemplo concreto, o grupo parlamentar do CDS é constituído por cinco elementos, temos o Paulo Tavares e o Pedro Vidal autarcas de reconhecida competência e experiência, que acrescentam mais valor à nossa Assembleia Municipal, que já falaram desde que esta legislatura começou, já falaram, já intervieram e com qualidade, a Dra. Olivia Passos que acrescenta aqui valor claro, na componente jurídica e também com a sua frontalidade e forma direta de abordar os temas que também é um ar fresco no debate parlamentar, temos o Miguel Vidal Oliveira que de facto é um estudioso, é minucioso, é perfeccionista e que acrescenta mais valor ao debate da Assembleia, da minha parte, o meu modesto contributo em assuntos como turismo, promoção turística, estou envolvido em vários projetos, em sistemas participativos concelhios e nacionais, são coisas que de facto posso acrescentar qualquer coisa à discussão, e portanto não faz sentido que num tema em concreto, em que haja uma mais valia clara de um ou mais elementos de cada grupo parlamentar que sejamos, digamos, coartados ou que exista esse tipo de ingerência nos grupos parlamentares e o CDS com cinco elementos, já todos vieram aqui falar, portanto não é o facto de o Senhor Presidente querer, digamos, estimular, algum tipo de rotatividade que, por exemplo, nos afetasse a nós, mas querer impor que em determinados assuntos não possa existir mais do que duas intervenções de quem está mais capacitado para o fazer, penso que é um erro crasso ao bom funcionamento desta Assembleia.-----

----- Depois, queria também que o Senhor Presidente tivesse os meus desenvolvimentos em consideração, não me vou alongar muito mais, agradeço o tempo que já me permitiu, mas penso que estamos claramente a tempo de inverter o caminho, recuar, dar mais um passo atrás para dar dois em frente, como o Senhor Presidente já fez em alguns pontos e conseguirmos aqui melhorar, não reduzir direitos e estimular é o debate parlamentar profícuo, quem não seguir essa linha, depois lá fora, os munícipes também farão essa análise e também conseguirão discernir o que é que foi um bom trabalho parlamentar ou um mau trabalho parlamentar, portanto penso que não é por esse caminho, como o Senhor Presidente já disse aqui, como o colega Humberto Moreira também já disse aqui, não é pelo caminho de vamos alterar e vamos aqui coartar que irá fazer que tenhamos o melhor debate parlamentar, comportamento gera comportamento e de facto neste início de legislatura, nós entrarmos por um caminho de reduzir diálogo, reduzir debate e não incrementá-lo é um mau caminho a seguir.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Aproveito também para apresentar uma possível alteração de melhoria ao Regimento. Existe aqui, no artigo décimo terceiro, uma pequena menção, digamos, aos direitos dos membros não inscritos em grupo parlamentar, nós temos aqui vários elementos dos grupos parlamentares que são pessoas independentes, não têm filiação partidária, e se ao longo do processo, já vimos aqui de facto situações um bocado desagradáveis, ao longo do processo podem não se rever no trabalho do grupo parlamentar, pode acontecer, e não está aqui descrito que direitos é que esses membros não inscritos têm ou não têm no Regimento, e o que é que poderão ou não fazer, portanto também gostaria que houvesse um aprofundar desse tema para deixarmos o Regimento também com elementos que consigam chegar a todas as possibilidades que podem surgir numa legislatura.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “De facto a proposta de Regimento foi, direi até, amplamente discutida na Assembleia onde este ponto veio a tema e que depois acabou por ser retirado pela Mesa, mas ainda assim e as ideias que a Mesa na altura já foi, de alguma forma, alicerçando a sua convicção daquilo que eram as alterações já são mais ou menos conhecidas de vós.”-----

----- Entretanto, é verdade, que sensíveis a algumas questões que honestamente algumas delas até fariam todo o sentido, ou por outro lado, direi, não fariam grande sentido persistir na sua manutenção, a Mesa entendeu subtrair algumas delas e redigir de novo alguns dos artigos do Regimento, e entretanto deu no que deu, sobrou agora aquilo que os senhores deputados acabaram, de forma também ordeira e sintética, por vir aqui explanar.”-----

----- Vou tentar também ser muito breve dizendo o seguinte, começando da forma como foi apresentado, porque é assim da forma que também tomei nota:-----

----- No que respeita aos tempos de intervenção constantes do artigo vigésimo quinto, e no que respeita ao período da ordem do dia, isto não é nenhuma inovação, direi eu, de facto não é nenhuma inovação por parte desta Mesa, foram calcorreados vários regimentos de vários municípios, de várias Assembleias Municipais, dizendo melhor, e confesso-vos que se tivessem o cuidado de fazer esse exercício, iam verificar que em noventa por cento dos mesmos, as coisas funcionam mais ou menos assim, poderão eventualmente divergir em termos de tempos ou até de intervenções, mas existem limitações, quer de uma ordem quer de outra, em todos ou na maioria daqueles que a Mesa teve o cuidado de verificar.”-----

----- Reparem, os Senhores Deputados levam esta menção, ou esta inscrição nesta proposta de Regimento, nomeadamente aqui no artigo vinte e cinco, levam para um campo que é da ingerência nos grupos municipais, da diminuição das intervenções dos deputados e dos respetivos grupos municipais, mas na verdade, até posso admitir que compreendo quando dizem que existirá algumas situações em que um deputado ou outro queira ter uma intervenção mais alongada num tema específico que o mesmo domine e que se prepare



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para ele, até admito que nessas situações haverá, e como diz o Deputado Miguel Oliveira, até haverá uma propensão para todos nós ouvirmos atentamente, porque até é enriquecedor, mas reparem, nós nunca temos o bom dos dois mundos, dificilmente nós conseguiremos ajustar isto aquilo que é a pretensão individual de cada um de nós, a verdade é esta, no que respeita aos temas em que o período de intervenção é reduzido a cinco minutos, por duas ou três vezes, é verdade que não há possibilidade de cedência, em termos de proposta de Regimento, mas também nada obsta a que o Senhor Deputado use as duas intervenções de uma vez só, é só colocar à Mesa, coloca à Mesa e a Mesa sensível, obviamente vai permitir que isso aconteça, na eventualidade de ainda assim necessitar de uma terceira intervenção por motivos de ordem vária, a Mesa também será sensível a isso, obviamente que a forma como está redigido será por autorização da própria Assembleia, mas é um facto que todos nós estamos aqui num sentido único, que é, se percebermos que de facto o tema é sensível, que é motivador, que é importante para aquilo que é o trabalho da Assembleia, não vamos deixar de que isso não seja possível e passaremos a ter, no mínimo, quinze minutos de intervenção, meus senhores, quinze minutos de intervenção por cada deputado, e é isto que nós não podemos deixar cair, cada um dos senhores deputados tem, no mínimo, dez minutos em cada ponto, o que quer dizer que, os Deputados do PS, à minha esquerda, tem noventa minutos, os Deputados do Grupo Municipal Juntos/PSD.MPT, tem cento e oitenta minutos e o Grupo Municipal do CDS tem cinquenta minutos, isto nos trabalhos e uma Assembleia, na minha maneira de ver, e na maneira de ver desta Mesa, mostra-se profícuo em termos de dissertação, em termos de explanação daquilo que é o trabalho de cada um dos senhores deputados, seja na apresentação de ideias, de temas, debate ou posição, seja no que for, esta é a visão da Mesa com toda a frontalidade, é esta a visão da Mesa, e isto obviamente, ainda que o admito que seja de facto difícil impormos aqui algumas regras e que elas sejam essencialmente limitadoras seja difícil, ou seja de alguma forma, se lute para que isso não aconteça, é importante que se coloque alguma ordem e é importante que muitas das vezes estas Assembleias que de facto se concentrem naquilo que é importante.-----

----- Está é a visão da Mesa, esta é a visão que também partilho e esta, na minha opinião, deveria também ser a visão de todos os senhores deputados, no sentido de poderem fazer, no tempo que lhes cabe, o melhor que poderem, o melhor que lhes seja possível.-----

----- Quanto à questão da limitação, no artigo vigésimo quarto, número cinco, da limitação dos temas no período antes da ordem do dia, não vou perder muito tempo com isto dizendo-vos, não há outra explicação que não esta, na inclusão deste número cinco o espírito do legislador garantidamente foi este, não pode ser de outra forma, embora compreenda o que o Deputado Miguel Oliveira defende, que é, de alguma forma, o período de antes da ordem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do dia ser como o período onde tudo cabe, não faz sentido debatermos temas da ordem do dia no período da ordem do dia, não faz sentido, é subverter aquilo que é o espírito da construção da lei, para que é que se inventou um período de antes da ordem do dia e o período da ordem do dia se pudemos debater de uma forma, vamos dizer, aleatória todos os temas nos dois períodos, não faz sentido, isto parece-me, na minha maneira de ver, apenas foi incluído no sentido de esclarecer que era assim que tinha que funcionar, mas na verdade isto parece-me de menos importância quanto a isso, porque é assim que tem que ser, não pode ser de outra forma.-----

----- Senhor Deputado Miguel Oliveira, os debates temáticos que aqui fazemos constar, no artigo vigésimo quinto, número sete, alínea c), até posso admitir que a redação possa não ser a mais feliz Senhor Deputado, mas o que aqui se quer dizer e o Senhor Deputado sabe-o, é por exemplo, muitas das vezes existem debates temáticos do 25 de Abril, por exemplo certo? E outros que mais, não há, mas pode haver, porque eles podem ser potenciados assim a Mesa entenda que devem ser debatidos, e são estes e outros que em termos Regimentais não ficam balizados aos períodos de intervenção e a forma de regimento que consta do artigo dando à Mesa a possibilidade de dar uma outra nomenclatura, uma outra forma de atuação, são estes, não é mais do que isto, portanto pode eventualmente achar que a redação é ambígua, mas são estes que estamos a falar e já não é a primeira vez, nem a segunda, nem possivelmente a décima que isto acontece.-----

----- No que respeita ao artigo vigésimo quinto, número três, e no que respeita à ordem do dia que é enviada aos membros com antecedência de três dias úteis, meus senhores, obviamente nem vos precisarei de dizer que a lei até coloca um prazo inferior a este, entendemos de facto, a Mesa, que não era adequado, dois dias úteis não eram adequados, três dias úteis seria de facto o adequado, vou-vos explicar porquê senhores deputados, porque de facto, na verdade não são três dias úteis, são cinco dias úteis, é só articular um pouquinho e recuarem às convocatórias destas últimas Assembleias e das outras todas anteriores, sabem que os serviços administrativos da Assembleia enviam sempre a ordem do dia e não fazem a contagem do dia do envio e do dia da Assembleia, portanto assim sendo, tudo o que se diga em sentido contrário, não corresponde à verdade, portanto nós temos na verdade cinco dias úteis, temos três de Regimento e os dois, o dia de envio não conta e o dia da Assembleia também não conta, portanto o que quer dizer que os senhores deputados têm que ter entre o envio e a receção três dias úteis, mais o dia da receção, mais o dia da Assembleia são cinco dias úteis, se porventura a Assembleia ocorrer a um dia de segunda-feira ou terça podemos ter até mais dias, não úteis, mas podemos ter mais, vejam a convocatória para esta Assembleia, cuja segunda reunião se realiza hoje, foi-vos enviada, não-de reparar, com pelo menos cinco dias úteis, que vinha de trás, mas é assim que vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

continuar, porque não conta a o dia do envio, não conta o dia da Assembleia, portanto no meio tem que ter os três dias úteis.-----

----- Senhor Deputado José Vidal, a definição do público de facto até é abrangente, até posso aceitar que da forma com o está cabe lá tudo, mas não havia nenhuma, foi introduzida, foi definida e é esta redação que está, não vejo nenhum mal ao mundo da forma como está redigida, obviamente que foi suprimida a questão da maior idade, muito bem, vamos crescer nesse sentido e foi retirada e assim ficou.-----

----- A intervenção do público, artigo vigésimo oitavo, expliquei-vos e isto com franqueza, basta vocês pensarem, quem anda aqui há mais anos, para verificar que suprimir a intervenção do público no final da ordem do dia, não aquece nem arrefece a ninguém, repare-se, já expliquei e volto a explicar, os municípios sempre que vêm a uma Assembleia vêm expor os seus interesses, as suas preocupações, vêm tentar de alguma forma trazer a esta Assembleia e aos deputados que aqui estão, as suas sensibilidades para que nos temas da ordem do dia eles sejam sensíveis a determinadas matérias, geralmente é isto que acontece, obviamente vêm expor questões também transversais que não propriamente as de discussão, mas normalmente é isto que acontece, portanto é completamente inócuo num período depois da discussão e depois da votação e a horas que sabemos sempre tardias estar a fazer intervir o público, porque na verdade isto nem acontece, a maioria das vezes não acontece e foi suprimido apenas por uma questão de organização, porque não faz sentido mantermos uma coisa que não é profícua, não acrescenta nada, não é a intervenção do público, essa acrescenta, o que não acrescenta é mantê-la depois da discussão da ordem do dia, é a nossa visão.-----

----- Senhor Deputado José Vidal a questão da comissão permanente não é novidade para si, foi amplamente discutida esta questão, é a redação do artigo quadragésimo nono, é esta que está, Senhor Deputado enquanto Líder do seu Grupo Municipal pois fará o que entender, mas de facto é assim que está, é assim que a Mesa entende que ela deve permanecer e honestamente não oferece muito mais a dizer.-----

----- Senhor Deputado Rui Moreto, até há data de hoje, não foi comunicada a esta Mesa que nenhum dos membros eleitos não integrem nenhum grupo municipal, de facto esta é a verdade, ainda que tenham sido candidatos eleitos como independentes o conhecimento que nós temos é que todos eles integram os seus respetivos grupos municipais, portanto ainda que assim não fosse, obviamente que essa comunicação seria feita ou deveria ter sido feita e depois obviamente subjugavam-se a tudo aquilo que estava no respetivo Regimento e eventualmente teríamos que rever a questão da distribuição dos tempos, a verdade é esta, todos os membros integram os respetivos grupos municipais, ninguém nos comunicou em sentido contrário, portanto é assim que está."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Regressamos a este tema, a minha intervenção penso que fará de facto mais sentido depois de ouvir aquele que seria o posicionamento da Mesa e que assumo que seja também o posicionamento do PSD, dado que ninguém do Grupo Municipal do PSD ainda se apresentou para debater, neste relevante ponto.-----

----- Aqui chegados julgo que de facto infelizmente, já não terá grande eficácia apresentarmos as nossas visões, seja do Partido Socialista seja do CDS, de muitas formas diferentes, porque me parece que fica claro que o objetivo não é esse.-----

----- A Mesa recusou-se, com o apoio do PSD a que estes temas fossem debatidos num grupo de trabalho, o que me parece ser o mais natural e profícuo, e aqui chegados é mais ou menos claro, pelo menos para mim é bastante claro, que o que se pretende é limitar o debate, blindar a Câmara Municipal, limitar a capacidade de aprofundar a proposta de temas, limitar a intervenção do público, imiscuir-se o Regimento desta Assembleia na forma como os partidos se organizam e como podem melhor trabalhar os vários pontos, e basicamente limitar muito a capacidade desta Assembleia Municipal de fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal, isto é feito, conforme tinha dito na intervenção que tive ocasião de fazer aqui sobre este tema, sem que se identifique um único problema real e concreto que venha agora resolver-se, aliás, como o Senhor Presidente deixou claro, pelo menos um ou dois pontos do que acabou agora de transmitir-nos, de facto não há problema algum com o segundo período de intervenção do público no final das reuniões, mas vejamos Senhor Presidente, não é algo que aqueça ou arrefeça, nós hoje estamos aqui no momento em que se desdobrou em dois momentos esta sessão, hoje ninguém poderá intervir se aplicarmos o novo Regimento, no Regimento anterior, se algum cidadão de Águeda aqui estivesse e entendesse no final desta reunião falar, aliás até sobre tópicos que possam ter sido abordados na própria reunião da Assembleia Municipal, não o poderá fazer, portanto o sinal para a população parece-me claro, não é algo que seja exatamente igual, não, nós entendemos, nós Mesa, PSD, perante algo que não representa um problema, porque nunca houve problema com pessoas a causar entropia no final de uma Assembleia Municipal, pois o sinal que queremos dar é, a lei não obriga, apesar de ser um património político desta Assembleia Municipal e do próprio PSD a par de outros partidos considerar do passado isto uma conquista, vamos cortar, vamos cortar, é assim que tem de ser, aliás tenho aqui uma nota de algumas expressões que ouvi que são por deveras interessantes, “é assim que deve ser”, “impormos regras limitadoras”, “é algo desagradável”, “temos de impor alguma ordem”, “debater os temas que são mesmo importantes”, e tudo isto vem dar um protagonismo à Mesa, que não é o protagonismo que na minha ótica, uma Mesa deve ter, acho até que, por vezes, esta Mesa se desvia de alguns pontos, aliás na última Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tínhamos nós cada um a opinião que tiver, esta Mesa foi seletiva nas coisas que ouviu, expressões do Senhor Presidente da Câmara que não ouviu, houve expressões do Senhor Vice-Presidente da Câmara que não ouviu, qualquer pessoa em Águeda ouviu, percebeu perfeitamente onde é que estava o ofensador, o Senhor Presidente dizia que não havia ofensador em lado nenhum, a Mesa está de facto a afirmar-se como muito tendenciosa se me permite Senhor Presidente, e sendo de início ainda há de facto hipótese de ser algo diferente, aliás vê-se neste debate a maneira como a Mesa se posiciona como liderança de bancada do PSD, acho que isso não é proveitoso, porque por norma, um Presidente de uma Assembleia Municipal coloca-se numa outra posição, de um outro distanciamento que seja de facto o Presidente de todos nós e não o líder enérgico de uma facção.-----

----- Especialmente, permitam-me retomar, também do que não é um problema, quer dizer, a lei não qualifica o que é público, a lei tem público, a lei nem sequer diz os munícipes, a lei diz o público, se não há um problema, porque é que nós nos vamos pôr a inventar, primeiro tinha que ter sede social cá, o cidadão particular tinha que ser maior e dezoito anos, agora encontra-se ali uma formulação em que referimos que tem interesses no Município, mas depois vamos entender e analisar bem o que são os interesses, não, a lei não diz isso, a lei não faz essa limitação, não entendo sequer que este regimento deva fazê-lo, possa fazê-lo e não percebo qual o objetivo, a não ser um objetivo de prova de força, um objetivo de fazermos política onde ela não existe, e a Mesa ter aqui um outro protagonismo, do PSD conseguir vincar aqui um certo sentimento que se vai consolidando de algum conflito, não nos esqueçamos que foi assim que começamos esta sessão e que se calhar muitos conflitos posteriores foram também exacerbados por esta questão ter surgido demonstrando um posicionamento de uma intenção logo do início.-----

----- Estas são formas de teimosia e de demonstração de força que se vêem igualmente na cisma, que é uma cisma, de incluir as Senhoras Secretárias na comissão permanente, nunca assim foi, não se encontra um motivo que torne essa participação premente, a necessidade de substituição do Senhor Presidente, bom, provavelmente num dia que não possa a reunião não vai realizar-se, realizar-se-á noutro dia, portanto parecendo que não é nada, a verdade é que o PSD teria, o Senhor Presidente que é do PSD, teria o Líder do Grupo Municipal do PSD, e o CDS teria uma pessoa e o PS uma pessoa, na prática o PSD terá quatro pessoas e os outros partidos terão uma pessoa cada um, portanto, não é assim tão inócuo Senhor Presidente, não é assim, coisas que não fazem bem nem mal, fazem, está aqui um exemplo claro, numa sala onde estariam duas pessoas do PSD e duas pessoas que não seriam do PSD, estarão quatro pessoas do PSD e duas pessoas que o não sejam, imagine-se se um do PS ou do CDS nesse dia faltarem, ou não se fizerem representar efetivamente, ficará uma pessoa a debater com quatro pessoas do PSD, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

me parece que de facto seja isso uma comissão permanente, não me parece, mas que serve para avançar politicamente, para condicionar o que lá se debate e decide, que serve uma vez mais para blindar decisões e para nos imiscuirmos fora do que me parece ser a esfera de competências do que deve ser regido no Regimento e mesmo por uma Mesa de Assembleia Municipal, isso a mim de facto parece-me cismas, teimosia, forças, é assim de facto que fica claro que o PSD interpretou a sua maioria absoluta, mostra força cortando unilateralmente um dos períodos de intervenção do público e blindando tanto quanto possível a Câmara Municipal, vem limitar a liberdade dos grupos municipais de se auto organizarem, porque os grupos municipais não poderem confiar da forma que entendam, independentemente da Mesa entender o tema interessante, conveniente, premente, bem defendido, que temos quase uma aula para aprender com a pessoa, não interessa essa apreciação, os grupos municipais devem poder entender que o seu membro X, é a pessoa que deve, durante a semana preparar esse tema, tendo já bagagem anterior ou não, é a pessoa que deve nesse ponto assumir as despesas do partido de uma forma especializada para debater esse mesmo tema, é assim mesmo que deve ser, qual será o problema da pessoa poder usar, por exemplo, quinze minutos? Como eu eventualmente ultrapassarei nesta intervenção cinco minutos, ou como o Senhor Presidente até, antes de mim, ultrapassou naturalmente, e muito bem, os cinco minutos, não é de facto a mesma coisa, como já tinha de assinalado, permitirmos que cada membro de uma Assembleia Municipal fala cinco minutos, depois interrompa e fale os outros cinco, até poderia usar um exemplo, permitam-me, vamos imaginar que existia aqui um momento de prestação de contas, ou um momento de resposta a perguntas do Executivo Municipal especificamente sobre, por exemplo, o AgitÁgueda, o que é que fará mais sentido? O Senhor Vice-Presidente que nós sabemos que domina o tema, que acompanha o tema, que naturalmente tem um conhecimento histórico e muito mais profundo sobre o tema, fale quinze ou vinte minutos, ou darmos cinco minutos a cada um dos membros do Executivo com pelouro para falarem sobre o AgitÁgueda? O que é que de facto possibilita mais a compreensão, a exposição, o esclarecimento da população, o debate político e fiscalização? Não tenho dúvidas que é a opção da pessoa que domina o tema falar durante mais algum tempo sobre esse tema, essa pessoa falar vinte minutos ou cada uma dessas pessoas falarem cinco minutos cada uma, parece a mesma coisa, mas não é a mesma coisa, parece que ajuda a esclarecer mais, mas não ajuda de facto a esclarecer mais, parece mais democrático, mas não é, parece mais amigo da democracia, e de facto é exatamente o inverso, e portanto esse ponto é dos pontos mais fundamentais que demonstram, na minha ótica, o que é o PSD não ter encaixado ainda bem, digamos, o tamanho que tem nesta maioria e também saber usar a sua força democrática, a sua força de votos, e de facto haver aqui uma necessidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

proteção da Câmara Municipal deste debate que surge algo caricata, se me permitem, surge algo caricata porque também se não descortina do que é que de facto estamos tanto a querer proteger a Câmara Municipal. -----

----- Por último, o Partido Social Democrata vai impor estas alterações sozinho, decidiu provar a força, ainda mais usando um período de intervenção do público, usando também, digamos, a forma de organização dos partidos neste debate democrático e fá-lo unilateralmente, isto é importante que seja sublinhado, porque por norma as maiorias, mesmo quando as são e podem pelo o seu voto bastar-se a si mesmos, por norma procuram pontos, a opção aqui não foi de facto esta, aliás, nós estamos no ponto em que o Partido Social Democrata nos quis colocar, e o ponto é, um ponto em que entendendo-se assim a forma como é o PSD quer exercer a sua maioria, possivelmente uma forma mais moderna, mais arejada, mais renovada, assim se encaminha para se fazer o debate político em Águeda.-----

----- Esta Assembleia registou de facto, mas estou convicto que os cidadãos de Águeda o registam muito particularmente, e acredito, muito francamente, quando daqui a momentos todos os membros desta Assembleia Municipal do PSD levantarem os seus braços, para demonstrar a força do PSD na aprovação unilateral destas medidas, acho, muito francamente, que vão sobretudo demonstrar a vossa insegurança.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Concordo em grande medida com aquilo que tem sido dito pelos membros do Partido Socialista, o que é assustador, a forma como os Senhores nos conseguem pôr de acordo é assustadora, mas não para nós, sublinho, não para nós, porque como dizia o Presidente da República, ainda há pouco tempo, o combate pela democracia, o combate pela liberdade é uma luta de todos os dias, e nós estamos disponíveis e dispostos a ela, senão não estávamos aqui.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia fez a exposição das suas razões, de forma brilhante, como é habitual, não tenho o dom desta eloquência, dou-lhe os parabéns por isso, no entanto, devo dizer que não concordo em grande medida com aquilo que disse, o Senhor certamente não concordará com aquilo que eu disse e com aquilo que vou dizer, é a vida, são visões diferentes, também são formas de estar diferentes.-----

----- Senhor Presidente, passar de cinco dias para três dias úteis, o tempo para fazer chegar os documentos da Assembleia Municipal aos membros da Assembleia Municipal, é irrelevante se só tivermos um assunto para apreciar, um assunto daqueles facilimos, mas se forem sessenta, é uma diferença muito relevante, e tanto mais relevante será, quanto menor for o grupo municipal, tenho a experiência de um mandato em que o meu Grupo Municipal era constituído por três pessoas, felizmente estou muito mais acompanhado na análise, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

trabalho, no estudo, no esforço de analisar as propostas que nos cheguem, mas lembro-me de um tempo em que estava na Câmara Municipal, e lá está, como há pouco tempo aconteceu com o Senhor Vereador Antero Almeida, na sua primeira reunião, tem com dois dias úteis de avanço, cerca de sessenta propostas para analisar, sessenta propostas para deliberação, porquê? Porque seguiram os mínimos legais, é que o limite mínimo legal, que a lei diz, não pode ser de forma nenhuma, porque senão não há tempo sequer para analisar uma proposta, os Senhores não são profissionais, ao contrário dos membros da Câmara Municipal com pelouros, não são profissionais, têm certamente outras ocupações, é dois dias úteis, pois o Senhor pode fazer a ginástica que quiser com o tempo, mas esta Assembleia devia estar a ocorrer a uma sexta-feira e não a uma segunda-feira, e portanto esse exercício da multiplicação dos dias para análise dos assuntos, se a Assembleia ocorrer à sexta-feira, desaparece, certo? Portanto fazer a redução de cinco para três, não é tão mau como fazer a redução de cinco para dois, como é evidente, é mais um dia útil para poder apreciar os assuntos.-----

----- Não sei como é que os Senhores funcionam, nós, no CDS costumamos reunir analisar e debater os assuntos antes das Assembleias, ora, para o fazermos temos de ler os assuntos, temos que ter conhecimento dos assuntos com antecedência, lá está, um desses dias úteis que está a falar é logo queimado com a necessidade de reunirmos para concertarmos posições, é só para explicar às pessoas que estão lá fora, porque certamente que o Senhor sabe disto muito bem, admiro a forma como o Senhor pega nos temas, os trata de forma simples e os entrega numa embalagem pronta a consumir e que está mais bonita, é uma habilidade que não tenho.-----

----- Em relação a um assunto a que não me referi, que é a questão da comissão permanente da Assembleia Municipal, quem é que tem assento na comissão permanente da Assembleia Municipal? Pois foi entendimento, no último mandato, que devia existir uma comissão permanente da Assembleia Municipal exatamente para articular as posições de base, dos grupos municipais e chegar a acordos e consensos que ultrapassam, inclusive, a esfera daquilo que se obriga nos Regimentos, mas que levasse a uma série de convenções, nomeadamente, quer ver uma simples? Na primeira intervenção de um membro de um do grupo municipal, no período antes da ordem do dia ou da ordem do dia, esse membro vai cumprimentar toda a gente, vai cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, convencenámos que haveria um minuto extra para essa primeira intervenção, não é uma convenção difícil, porque é evidente que um grupo que dispõe de muito tempo não fica prejudicado, mas um grupo, como o CDS, que na altura tinha seis minutos, uma parte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

importante, que é um minuto quase, levava a fazer os cumprimentos, trinta segundos a um minuto, portanto isso é uma convenção simples que não requer que esteja escrita em Regimento, não há nenhuma vantagem transcrevê-la no Regimento, e há muitas outras.-----

----- Ora, então o que é que é essa comissão permanente? É uma comissão que é presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que representa a Mesa, está em representação da Mesa, e por cada um dos líderes dos grupos municipais, que estão em representação de si próprios? Não, estão em representação dos grupos municipais, se vamos para uma comissão permanente que é composta pelos membros da Mesa, então vão desculpar, também tenho que levar os membros do meu grupo municipal todos, em vez de ser um, são cinco, naturalmente o PSD a mesma coisa, e o PS a mesma coisa, isto não faz sentido nenhum, e Senhor Presidente, o Partido Socialista tem toda a razão, e nós também já tínhamos conversado e já tínhamos decidido, nós não faremos parte da comissão permanente da Assembleia Municipal, rejeitaremos participar na comissão permanente da Assembleia Municipal, neste formato, isto não faz sentido nenhum.-----

----- Senhor Presidente, gostaria, os membros do meu grupo municipal trabalharam seis propostas que penso podem ajudar a resolver os problemas que foram identificados, e peço-lhe, Senhor Presidente, que também as aprove, peço-lhe que faça este exercício de connosco aprovar estas alterações, de as viabilizar pelo menos, quanto mais não seja pela abstenção, não obstaculizar a que elas ocorram, se o Senhor Presidente entender que devemos discutir isto melhor, nós estamos dispostos sempre a fazer essa discussão e esse diálogo.-----

----- Também, já agora, a talho de foice, porque há muito essa confusão, Senhor Presidente não há debates no período de antes da ordem do dia, Senhor Deputado José Marques Vidal, é uma confusão que foi a própria Assembleia Municipal de Águeda que deixou criar por uma boa prática que teve, que foi tentar aproximar os períodos de antes da ordem do dia dos debates quinzenais da Assembleia da República, em que os membros da Assembleia interpelam a Câmara Municipal para obter esclarecimentos, mas não é isto que a lei prevê, a lei o que prevê é que o período de antes da ordem do dia é um período reservado para se tratar de assuntos de interesse geral autárquico municipal, ou seja é um período que podia ser perfeitamente cumprido apenas com declarações dos membros da Assembleia Municipal, dos grupos municipais, e por isso é que faz sentido até fazer esta divisão, fazer esta partição segundo o tamanho de cada um dos grupos municipais, a meu ver, mas lá está, quem pensou neste período antes da ordem do dia, pensou para que pudessem ser tratados assuntos que não estão na ordem do dia, estou de acordo consigo, mas não é o espírito da legislação, permite-se que se tratem também temas que estando na ordem do dia, podem ter uma abordagem diferente, por exemplo, na última sessão, levando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

à letra essa interpretação, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas, esteve oito minutos a falar de temas e de assuntos que têm todo o cabimento no debate do Orçamento, e no entanto, compreende-se também, que aquilo que ele disse tem também cabimento no período antes da ordem do dia, o problema é saber, quem vai proibir quem de falar, consoante aquilo que está a ser dito ou daquilo que vai ser dito.-----

----- Senhor Presidente, se não se importa temos aqui duas propostas para apresentar, se o Senhor não se importa passava a expô-las:-----

----- A primeira diz: -----

----- *“Nos termos previstos na alínea a), do nº 1, do artigo 3º. e nas alíneas b) e c) do artigo 4º. do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, em vigor, venho propor que a Assembleia delibere:-----*

----- *Um – Que no projeto de Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal seja alterada a redação do nº. 1, do artigo 49º. (composição), que estabelece: “ A comissão permanente da Assembleia Municipal é composta pelo Presidente da Assembleia Municipal, que a preside, pelos restantes membros da Mesa da Assembleia, sem direito a voto, e pelos líderes dos Grupos Municipais, designando-se Comissão Permanente da Assembleia Municipal. Na ausência do Presidente, esta é presidida pela primeira ou segunda Secretária:”, passando a constar, em sua substituição, a seguinte redação:-----*

----- *A comissão permanente que integra o Presidente da Assembleia, que a preside, e os líderes dos Grupos Municipais, designa-se Comissão Permanente da Assembleia Municipal.”*

----- Esta redação é precisamente a redação do Regimento que está em vigor.-----

----- *Dois- Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e o índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar alteração aprovada pela deliberação aqui proposta.”-----*

----- Esta proposta tem duas partes, a primeira é que naquele artigo específico conste o que consta, neste momento, neste Regimento, e a segunda parte da proposta, é que naturalmente, depois a Mesa proceda à redação, porque aliás é uma das competências da Mesa, proceda à elaboração concreta e ao acerto do índice.-----

----- A segunda proposta, vou-me dispensar de ler a fundamentação, vou ler apenas aquilo que consta e aquilo que nós pretendemos que passe a constar:-----

----- *“Um - que no projeto de Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal seja eliminado o nº.5, do artigo 24º. (PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA), que estabelece:-----*

----- *Não poderão ser tratados, no período antes da ordem do dia, os assuntos que tenham cabimento no período da ordem do dia.-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- *Dois -Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e ao índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar a alteração aprovada pela deliberação aqui proposta.*-----

----- As duas propostas serão subscritas por mim.-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Permita-me Senhor Deputado, antes de colocar à discussão as suas propostas, tentar de uma forma rápida, responder aqui ao Dr. Paulo Tomaz.-----

----- A Mesa não se posiciona ao lado de qualquer grupo municipal, e muito menos ao lado de qualquer Executivo Municipal, a Mesa é, tem que ser, e de facto é isenta, não pode ser de outra forma. Dizer que estamos a proteger a Câmara Municipal ou o Executivo da Câmara Municipal do que quer que seja, permita-me que lhe diga, não é uma posição correta, porquê? Porque, por um lado, o Executivo defende-se a si próprio, não precisa da Mesa para o efeito, a Mesa não tem sequer essa necessidade de ingerência, nem pretende fazer qualquer ingerência nessas questões, seja nos grupos municipais, seja no que respeita ao Executivo, é a nossa visão de trabalhar nesta Assembleia, com todo o respeito lhe digo.-----

----- Aproveitar para responder também ao Dr. Miguel Oliveira, repare, de facto a contagem dos tempos, quando refere que por decisão da comissão permanente estava assente de que começariam após os cumprimentos do primeiro deputado que interviesse, a verdade todos os deputados, por uma questão de cortesia, cumprimentam a Mesa, o Executivo, os deputados, e esta Mesa, desde início, e é assim que vai continuar a ser, decidi que a contagem dos tempos só iriam iniciar-se após os cumprimentos, o Senhor Deputado talvez ainda não se tenha apercebido, mas vai ter o cuidado de perceber, portanto a contagem dos tempos só é iniciada após os cumprimentos e isto é algo que me parece de fácil entendimento, não podemos estar a cortar a intervenção dos senhores deputados naquilo que é a cortesia dos cumprimentos à Assembleia e aos respetivos órgãos aqui presentes, isto é o que vai ficar, era o que estava em vigor e é o que vai acabar por ficar, isto também não consta do Regimento, obviamente foi uma questão de um acordo entre líderes, compreendo, mas ainda que não se tenha debatido sobre esse tema, vai continuar a figurar da mesma forma e vão verificar isso mesmo.-----

----- Nós tivemos aqui um mês, entre a convocatória desta Assembleia e a anterior, onde o ponto foi retirado, reparem ainda que o debate seja feito nesta Assembleia é verdade que os líderes municipais em nada obstava que os mesmos tivessem proposto aquilo que aqui de forma veemente e na defesa daquilo que entendem e da sua visão o fizeram aquando do início do debate deste ponto, a verdade é que durante esse mês de facto a Mesa não recebeu nenhuma proposta de ninguém, e essa é uma realidade, também não estavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

obrigados a tal, mas no entanto, já que estamos a falar sobre isso, esta é uma realidade que não queria deixar passar, é que de facto não foram apresentadas quaisquer propostas, e compete ao Presidente da Assembleia, porque de facto a proposta do Regimento era da Mesa, de reunir com os líderes dos grupos municipais nesse sentido, a verdade é que trouxe à Assembleia, debateu o tema de uma forma mais alargada que não na circunscrição dos líderes e ainda que tenha retirado o ponto e isso não me podem acusar, nada foi proposto até ao dia de hoje, as propostas hoje também são válidas, obviamente elas estão aqui, o que me parece a mim é que ainda assim podiam ser mais produtivas se tivessem vindo em momento anterior, mas é a minha visão apenas.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente, com toda a serenidade, o Senhor Presidente enviou aos membros do meu grupo municipal, falo de mim, enviou-me a mim, a proposta que apresentou inicialmente aqui, numa quinta-feira, havia uma reunião nesse dia, sem dar tempo a que as pessoas percebessem o que é que continha a proposta, nós estamos a falar de mais de vinte mil palavras, estamos a falar de um texto longo, complexo, demorei três dias a rastrear todas as alterações que os Senhores fizeram ao documento, porque os Senhores nem a elegância de as marcarem a tiveram, o Senhor Presidente é o Presidente da Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente quer a colaboração dos Líderes dos grupos municipais ou dos membros da Assembleia pede-a, fala com eles, tomei a iniciativa de lhe ligar, não foi o Senhor que teve a iniciativa de me ligar a mim, tive a iniciativa de lhe ligar e de lhe propor um conjunto de propostas de acordo, que o Senhor podia aceitar, os outros membros também, ou não, essa iniciativa tive-a eu, não teve o Senhor, desculpe lá, o Senhor não vai atirar para cima de mim isso, se há pessoa pro-ativa sou eu.”-----

----- O Senhor marcou este diálogo agora sem dizer previamente que nos vinha trazer aqui este assunto, o Senhor enviou-nos a documentação para análise com a indicação que era a proposta final, portanto nós estamos a debater nos termos que o Senhor quis, estamos ainda a tempo de fazer alterações, mais, estamos a tempo de tentar encontrar pontos e consensos sobre isto que obviamente não existem, mas os Senhores não querem, o Senhor não quer, os sinais que o Senhor dá sistematicamente é de não querer, o Senhor bastasse a si próprio.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ O Senhor Deputado talvez não tenha o ouvido o que eu disse certamente, o Senhor Deputado veio aqui em protesto dizer que apresentou à Mesa, depois do envio da primeira proposta de Regimento, antes da primeira Assembleia em que o ponto foi retirado e que apresentou de facto algumas sugestões para a sua redação, Senhor Deputado eu falei-lhe depois dessa Assembleia, até hoje, passou-se um mês, o Senhor tem toda a razão, se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Mesa entendesse que devesse conferenciar com os líderes dos grupos municipais sobre este tema, teria obviamente vos convocado, a verdade é que isso não obsta a que os líderes dos grupos municipais conhecendo a proposta e a redação da mesma, se tenha debatido em Assembleia Municipal, o ponto tenha sido retirado, decorreu um mês, avançaram com mais alguma proposta de alteração, até à data de hoje? Foi isso que disse Senhor Deputado, não o desmenti do que se passou antes, o que quis dizer é que decorreu um mês, apresentei uma versão de uma proposta final, porque aquele mês tinha passado e não houve qualquer proposta, houve hoje, muito bem.-----

----- O seu protesto talvez tenha sido desnecessário se tivesse ouvido com atenção aquilo que eu disse, não foi no período antes da Assembleia em que o ponto veio à discussão, não, foi depois, a verdade é decorreu um mês e não houve proposta nenhuma.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

-----” Senhor Presidente da Assembleia, como é que nós havemos de explicar o seguinte:-----

----- A Mesa que o Senhor Presidente representa fez uma proposta do Regimento, foi aqui discutida, o Partido Socialista propôs que fosse feito um grupo de trabalho, aliás como também consta do Regimento, para que se elaborasse e se articulasse essas diversas versões que existiam, o PSD chumbou essa proposta Senhor Presidente, o PSD disse “não, não, está tudo bem”, chumbou, não há grupo de trabalho nenhum, o Senhor Presidente, e bem, embora eles estivessem à espera que o Senhor Presidente pusesse à votação, que eles têm realmente alguma dificuldade de intervenção que o Senhor deve cuidar com eles e não aqui no âmbito do Regimento, porque nós, na última Assembleia acho que falamos seis pessoas dos nove, do CDS falaram quatro pessoas dos cinco, dos dezoito acho que falou uma pessoa do PSD, portanto esse problema de quem fala mais, quem fala menos, deve ser o Senhor Presidente a resolvê-lo dentro do PSD, nós não temos esses problemas cá, agora o que o Senhor não pode, nem pode virar de nenhuma maneira é a sua responsabilidade para cima de mim como Líder municipal, o Senhor, e bem, retirou a proposta, o PSD recusou que fosse nomeado um grupo de trabalho, o Senhor também recusou, porque podia-o ter criado independentemente da posição do PSD, agora vem dizer que nós não apresentamos propostas, que não lhe ligamos, Senhor Presidente ligo a muita gente, liguei a pessoas a desejar Bom Ano, Bom Natal, ligo a quem me interessa, quando tenho interesses disso, o Senhor não tem interesse nenhum em ligar-nos, como não nos ligou, não tem interesse, agora, não venha dizer que a culpa é minha, nem sequer sabia que o Senhor desejava que lhe ligasse, mas podia ter mandado uma mensagem que eu ligava-lhe, não Senhor Presidente, vamos lá acabar com essas questões.-----

----- Essa questão, que já falamos várias vezes, que o Presidente aqui é uma questão de fação, o Senhor não está habituado, dou de barato, vai criar o seu caminho, acredito que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sim, é o seu estilo, acredito que sim, e mais dia menos dia, isto equilibra-se e uma pessoa arranja uma maneira de interpretar o Regimento, o Senhor tem qualidades para isso, é um profissional competente e tem até qualidades acrescidas para isso, neste momento estamos é mal, talvez por aquilo que o meu colega Paulo Tomaz disse, é a questão da força e de mostrar, não tem que mostrar nada Senhor Presidente, o PSD ganhou as eleições em Águeda com a maioria absoluta, como se nota, o Senhor também não tem que mostrar poder, o Senhor tem que mostrar a sua capacidade a dizer, “o Senhor Deputado José Vidal está-se a repetir avance” isso é que é a sua capacidade, isso é que é o seu poder de controle, isso é que é o seu poder de nos ajudar, de não me repetir, quando cá vier a terceira ou quarta vez a responder a um assunto de finanças, de habitação, de qualquer coisa, “adiante-se que já há bocado disse isso”, isso é o seu poder, não está no Regimento e acho muito bem que não esteja, porque senão dizia assim “o Presidente agora diz que ao minuto tal, pode dizer isto”, não, confio como Presidente, já aqui tive três Presidentes enquanto cá estive e assisti ao Dr. Brito Salvador também várias vezes, com erros ou sem erros, eles arranjaram os seus pontos de equilíbrio, é normal que o Senhor faça isso, agora, esta oposição constante a um Regimento, a uma mudança, a coisas desnecessárias, não Senhor Presidente, não vamos assumir isso, propusemos que fosse criado um grupo de trabalho, o PSD recusou, de qualquer maneira o Senhor podia-o ter feito, não o quis, veio aqui com esta proposta, continua para nós a ter aqui erros incríveis, sendo aquele fundamentalmente de o Senhor é que acha da necessidade de o povo cá vir ou não vir, não, o povo vem cá e nós estaremos cá, se alguém quiser falar, falará, o Senhor Presidente da Câmara certamente terá, como sempre teve, atenção, prazer em que eles cá estivessem, ele respondeu sempre, o Senhor está a retirar o direito ao povo de intervir e está a retirar o direito ao Senhor Presidente da Câmara de responder e esclarecer o povo que o questiona, não, esse ponto para mim é fundamental.-----

----- Os outros, dos tempos, está visto, gerir o tempo, o nosso, agora já diz que dos meus minutos já posso fazer uma intervenção única de dez minutos, menos mau, agora que não posso falar outra vez, se for eu caso falar, não, cabe-lhe a si, e Senhor Presidente nós acreditamos que consegue, os outros conseguiram, houve aqui, para quem não se lembre, não havia tempos, houve aqui intervenções de meias horas, quarenta minutos, cinquenta minutos, também porque os Senhores Presidentes que lá estavam nessa altura, deixavam, porque podiam, depois foram-se apurando e começaram a cortar os trinta para vinte, dos vinte...até que só há oito anos é que se pôs os dos quinze, não havia tempo sequer, agora de passar de quinze para cinco, quando cá estive há quatro anos, cedi várias vezes tempo do meu partido a outros partidos para falarem, mais, do PSD e do CDS, eu cedi, tínhamos tempo, cedíamos, porque o objetivo era o debate ou acabar, não é por aí Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente, continuamos com a nossa proposta, que deve fazer uma comissão, que está no Regimento também isso, que deve aclarar isto, não reduzir nem limitar a capacidade de intervenção das pessoas e deve reforçar, aí sim, os poderes do Senhor Presidente, de nos interromper, de nos pedir para acelerar, de não repetirmos, isso é que são os seus poderes, e acho que o Senhor tem competência para tal.”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- “Não ia dizer nada, mas é assim, quando vi o Senhor Presidente, com todo o respeito, mas quando vi o Senhor Presidente da Assembleia Municipal virar-se para esta Assembleia e dizer o que disse no sentido de que não foi apresentada nenhuma proposta, senti-me como se estivesse no tribunal, em que quando nós advogados apresentamos um trunfo, uma técnica, um expediente técnico do código, para tentar passar para a outra parte aquilo que nós próprios deveríamos fazer, por acaso fiquei desiludida, fiquei mesmo Dr. Filipe, fiquei porque foi tão objetivo, foi tão premente, foi tão concreta a posição tomada nesta Assembleia Municipal, de há um mês atrás, relativamente a este Regimento, designadamente por parte da bancada do CDS, por parte da bancada do PS, foi tão clara, digamos assim, a posição que todos eles demonstraram, que eu não tinha conhecimento sequer do Regimento anterior, se calhar, só agora é que começo a ter noção de facto de como estas Assembleias vão ser debatidas, mas ficou tão claro que era perfeitamente também tão normal e da obrigação da parte de V. Ex.^a de facto em ter promovido, sim, reuniões ou pedir conselhos, se calhar não gosta desta palavra, mas sou humilde e peço conselhos, peço conselho a si, como colega, quantas vezes, nós temos que estar cá todos uns para os outros, não tenho nenhuma vergonha de o assumir, como nós colegas tratamos uns com os outros e pedimos ajudas uns aos outros, não consigo entender como é que nós chegamos a este ponto, aliás, o ideal era chegarmos ao dia de hoje e não estarmos com propostas na mão que sabemos que não vão ser aprovadas, mas que nós temos que manter a nossa posição, o que não compreendo é porque é que temos que chegar a hoje e continuarmos com diferendos em relação a matérias que são substanciais relativamente aquilo que foi abordado na primeira Assembleia e que de facto hoje todos nós vamos ficar, todos não, os que estão contra ou aqueles que tinham outras perspetivas é que vamos ficar todos frustrados no que diz respeito a essa matéria e acho inconcebível, não queria usar a palavra indecente, porque acho que não a devo aplicar em relação ao Dr. Filipe Almeida, mas fiquei mesmo, quase que diria chateada, como é que se vira, digamos assim, o bico ao prego, para tentar lançar para cima de nós, e aqui tenho que meter a bancada do CDS e sem qualquer prurido meto também a bancada do Partido Socialista, como é que se faz uma jogada destas? Tipo ónus da prova, para quem não sabe o que é ónus da prova é, quem alega ter que provar aquilo que alega, e a verdade é que o Senhor Presidente lançou aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nem sei classificar, mas foi mau, foi muito mau, e tenho a certeza de quem nos está a ver também achou isso muito mau, sim, quero que fale, porque é muito mau, ou nós estamos aqui num sentido de colaboração e de facto a Mesa da Assembleia Municipal tem que ser isenta, também não quero acreditar naquilo que o Professor José Vidal disse, porque nós temos que acreditar numa Mesa que nos conduza, que nos saiba conduzir, porque nem todos nós temos a mesma capacidade de falar, nem todos temos a mesma capacidade de expor aquilo que nos trás cá, nem todos temos capacidade para dizer num minuto aquilo que outros dizem em dez ou vinte, mas isso para mim nem me preocupa muito porque isso de facto felizmente, devido à profissão que tenho e à forma de ser, até tenho capacidade de falar e de expor a situação que pretendo colocar, achei foi a posição dura, não devia ser assim, é como estar num tribunal e inverter o ónus da prova, e isso não está bem, não acho que esteja correto, o correto de facto deveria ter sido pedir a colaboração de quem sabe, e há sempre quem saiba mais do que nós, e conseguirmos um consenso por forma a que se pudesse salvaguardar aquilo que também entendo que deve ser salvaguardado, que é não acontecer o que aconteceu na Assembleia passada, porque não tenho qualquer problema em dizer que não concordo com aquilo que se passou aqui, também não é isso que pretendo como Deputada da Assembleia Municipal como fazendo parte do grupo parlamentar do CDS, não é isso que pretendo, nem é isso que espero, mas também espera-se um bocadinho mais também em termos de ceder e de vermos que há interesses aqui que têm que estar acima de tudo e que é o debate público das questões que nos trazem a esta Assembleia.-----

----- A bancada do grupo parlamentar do CDS tem duas propostas para apresentar, das quais também não vou estar perder tempo com o preâmbulo relativamente à legislação que se aplica na medida em que já foi lido e toda a gente já o deve saber, mas nos termos da legislação do Regimento a bancada do CDS propõe:-----

-----UM - *Que o projeto de Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal sejam alteradas as alíneas a) e b) , do nº.7, do artigo 25º.(Ordem do Dia) e eliminados a alínea c) do mesmo número e os números oito e nove, que estabelecem:*-----

----- 7 – *Os tempos de intervenção de cada Membro da Assembleia, em cada assunto da Ordem do Dia, será o seguinte:*-----

a) Nos pontos respeitantes ao Orçamento, GOP e Prestação de Contas, cada membro da Assembleia Municipal dispõe de dez minutos, sem possibilidade de cedência, para cada intervenção.-----

b) Nos outros pontos da ordem de trabalhos, cada membro da Assembleia Municipal dispõe de cinco minutos, sem possibilidade de cedência, para cada intervenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

c) Nos debates sobre o Estado do Município e nos Debates Temáticos, os tempos de intervenção serão definidos pela Mesa e previamente comunicados nas respetivas convocatórias.-----

----- 8 – Nenhum membro da Assembleia se pode inscrever mais do que duas vezes por cada ponto da Ordem de Trabalhos, dispondo do tempo máximo para intervenção o estipulado nas alíneas a) e b) do ponto anterior, não acumulando tempo da primeira para a segunda intervenção.-----

----- 9 – Qualquer membro da Assembleia pode solicitar inscrição extra no ponto, cabendo à maioria dos presentes a sua aprovação”-----

----- Passando a constar em sua substituição a seguinte redação:-----

----- **Os tempos de intervenção de cada Membro da Assembleia, em cada assunto da Ordem do Dia, serão distribuídos da seguinte forma:-----**

a) A primeira intervenção terá a duração máxima de quinze minutos;-----

b) As seguintes, até ao limite de duas, terão a duração máxima de cinco minutos.-----

----- DOIS – Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e ao índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar a alteração aprovada pela deliberação aqui proposta.-----

----- Está assinada por mim, está apresentada.-----

----- Temos outra proposta que me dispenso de invocar o fundamento legal, em que se diz que:-----

----- UM – Que no Projeto de Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal seja alterada a redação do nº. 2, do artigo 33º. (PROPOSTA), que estabelece:-----

----- “2 – No caso de verbal, a proposta será apresentada num máximo de cinco minutos e a sua discussão não poderá prolongar-se por período superior a vinte minutos, de acordo com a representatividade: Juntos por Águeda/PSD/MPT – onze minutos; PS seis minutos; CDS – três minutos”-----

----- Passando a constar em sua substituição a seguinte redação:-----

----- **No caso de verbal, a proposta será apresentada num máximo de cinco minutos e a sua discussão não poderá prolongar-se por período superior a vinte minutos.-----**

----- DOIS - Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e ao índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar a alteração aprovada pela deliberação aqui proposta.”-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP;-----**

----- “ Senhor Presidente, pedia a sua colaboração para tecer duas ou três considerações se me permite, antes da apresentação das propostas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- No seguimento das coisas que entretanto, desde a minha intervenção, que também fui ouvindo e que o Senhor Presidente também afluou, queria-lhe dizer também que, entendo que tem razão, no sentido de que compete à Mesa convocar os líderes parlamentares para debater o Regimento e as suas propostas, entendeu não o fazer e não o fez quando percebeu que desde a primeira hora existiu uma frontal resistência de toda a oposição a esta proposta de Regimento, inclusive com várias e acaloradas intervenções de discordância, com todo o respeito, se me permite, acho que fez mal porque não ter envidado esforços de concórdia e diálogo que nos poderia aqui ajudar a arranjar uma solução, digamos, mais interessante para o bom desempenho do debate parlamentar.-----

----- Queria fazer aqui uma referência à possibilidade de intervenção do público no final, há um bocado toquei ligeiramente neste ponto, mas é um ponto nuclear, é um sinal muito importante para passar aos munícipes pois é a única oportunidade que eles têm de questionar a Assembleia após o debate dos vários pontos em agenda, além disso também pode permitir a outros munícipes que não tenham os nossos horários e que só possam chegar à Assembleia mais tarde para poder apresentar as suas questões e os seus interesses se assim o necessitarem.-----

----- Queria também, relativamente aquele ponto que falei dos elementos não inscritos em grupos parlamentares e tendo em conta a resposta que me deu, penso que o Regimento deverá prever e precaver os cenários possíveis e sendo esse um cenário, na minha opinião que é perfeitamente possível, como já vimos no parlamento, que decorre ao longo de uma legislatura, não na parte inicial, portanto na minha opinião também deveria estar previsto as possibilidades que esses deputados têm no futuro.-----

---- Por último, queria pedir mais uma vez, interceder junto do Senhor Presidente que possa aqui no âmbito de nós conseguirmos chegar a um entendimento que não menorize, que não desvalorize a aprovação final do Regimento e que decida de facto aqui uma concordância que permita que seja um Regimento justo, que seja um Regimento de facto democrático a cem por cento, que permita uma intervenção capaz de todos os grupos municipais e que passe um sinal positivo para o exterior e nesse sentido apelo mais uma vez a que consigamos chegar a esse tipo de entendimento.-----

----- Fruto disso temos também mais duas propostas de alteração que passo a ler:-----

----- *Nos termos previstos na alínea a) do nº.1, do artigo 3º, e nas alíneas b) e c) , do artigo 4º., do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, em vigor, venho propor que a Assembleia delibere:*-----

----- *UM - Que no projeto do Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal seja alterada a redação do nº. 2, ao artigo 34º. (MOÇÃO), que estabelece:*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “2 – As moções, depois de admitidas pela Mesa da Assembleia Municipal, devem ser apresentadas durante o tempo máximo de cinco minutos, seguidas de discussão que não poderá exceder vinte minutos, de acordo com a representatividade abaixo votadas:-----

Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT – onze minutos-----

PS – seis minutos -----

CDS – três minutos “-----

----- Passando a constar em sua substituição a seguinte redação:-----

----- **As moções, depois de admitidas pela Mesa da Assembleia Municipal, devem ser apresentadas durante o tempo máximo de cinco minutos, seguidas de discussão que não poderá exceder vinte minutos, e votadas.**-----

----- DOIS - Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e ao índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar a alteração aprovada pela deliberação aqui proposta e assinada por mim.-----

----- Por último, escuso-me também de ler aqui os termos de lei.-----

----- UM - Que no projeto do Regimento da Assembleia Municipal elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal sejam eliminados os n.ºs 5 e 6 ao artigo 25º. (Ordem do Dia), que estabelecem:-----

----- “ 5 – Para a eventualidade de a sessão previsivelmente se poder prolongar por mais do que uma reunião, constará da convocatória a data, hora e local da realização de uma segunda reunião.”-----

----- E -----

----- “ 6 – No caso de a sessão se prolongar por mais do que duas reuniões, a data, hora e local da terceira reunião e seguintes, serão fixadas pela Mesa da Assembleia Municipal no final da reunião anterior.”-----

----- DOIS - Que a Assembleia Municipal incumba a Mesa da Assembleia Municipal de corrigir o texto e ao índice do projeto de Regimento apresentado, de forma a acomodar a alteração aprovada pela deliberação aqui proposta e assinada por mim.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Uma proposta que em relação ao artigo vinte e oito, ponto dois, que o mesmo seja retirado, que é “Quem é que poderá intervir que seja o público, simplesmente poderá intervir o público, que seja retirado e no seu ponto três, a proposta é que nas sessões ordinárias exista um período de quinze minutos no início e no final das mesmas para intervenção do público, e nas sessões extraordinárias um período de vinte minutos no início das sessões”---

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhores Deputados temos sete propostas apresentadas, seis pelo Grupo Municipal do CDS e uma pelo Grupo Municipal do PS, vou colocá-las à discussão todas em conjunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

trata-se do Regimento em si e após a discussão iremos passar à votação delas, de forma unilateral, portanto uma a uma” -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Para dizer que nós subscrevemos a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e queria também dar um esclarecimento que ficou por fazer.-----

----- Nós propomos que seja eliminado o texto de algumas disposições que são introduzidas, nomeadamente estas últimas duas referidas pelo Rui Moreto e peço-vos que sejam sensíveis a isso porque, em primeiro lugar não são necessárias e depois, chamo-lhe a atenção Senhor Presidente, vão colocá-lo num espartilho, porque o Senhor vai ter que passar a antever se as Assembleia vão demorar muito ou pouco e se vão ser subdivididas e vai ter que passar a convocar antecipadamente a segunda reunião, o que não faz sentido nenhum Senhor Presidente, a Mesa deve ter margem para com a Assembleia encontrar o melhor momento para fazer a segunda reunião e em caso de necessidade a terceira reunião, e não se deve espartilhar, não se deve colocar nessa posição rígida porque mais cedo ou mais tarde a coisa não vai correr bem e para quê?”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Em relação às propostas apresentadas pelo CDS-PP e pelo Partido Socialista e antes de ir lá, congratulo-me com algumas das alterações que foram promovidas neste projeto de Regimento, nomeadamente com a questão da maior idade no que toca à intervenção nesta Assembleia, porque entendemos que é importante e cívicamente que os jovens tenham voz e acho que fez bem em acolher porque certamente os jovens do nosso concelho agradecerão e sentir-se-ão motivados em vir aqui.-----

----- Em relação às propostas que estão aqui o sentido de voto do Grupo Municipal Juntos PSD.MPT, e tendo em conta as explicações que o Senhor Presidente nos deu e que no nosso ver foram convincentes, não temos motivo pelo qual promover a alteração de qualquer ponto que seja deste Regimento e obviamente, nesse sentido iremos votar contra as propostas apresentadas pelo CDS/PP e pelo Partido Socialista.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhores Deputados vamos então passar à votação, proposta número um, deixem-me fazer uma retificação, seis apresentadas pelo Grupo Municipal do CDS subscrevendo a proposta do PS também e o PS será a sétima proposta, as sete irão ser colocadas à votação de forma unilateral, a primeira que respeita à redação do artigo quadragésimo nono, mais especificamente a redação do número um do artigo quadragésimo nono, a proposta se bem se recordam é no sentido de alterar a redação deste número um, vou-me escusar a ler o teor da proposta, porque passarei de imediato à votação.”-----

----- Assim, a primeira proposta **foi rejeitada** com dezoito votos contra do Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

PPD/PSD.MPT e doze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e sete do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número dois, eliminação do número cinco, do artigo vigésimo quarto.-----

----- Colocada à votação, a proposta número dois foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número três, que sejam alteradas as alíneas a) e b), do número sete, do artigo vigésimo quinto e eliminadas as alíneas c), do mesmo numero, e os números oitavo e nono do artigo vigésimo quinto.-----

----- Colocada à votação, a proposta número três foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número quatro, consiste na alteração da redação do número dois, do artigo trigésimo terceiro.-----

----- Colocada à votação, a proposta número quatro foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número cinco, alteração da redação do número dois, do artigo trigésimo quarto.-----

----- Colocada à votação, a proposta número cinco foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número seis, eliminação dos números cinco e seis, do artigo vigésimo quinto.--

----- Colocada à votação, a proposta número cinco foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- Proposta número sete, alteração do número dois e três, do artigo vigésimo oitavo, nos termos em que foi apresentada.-----

----- Colocada à votação, a proposta número cinco foi **reprovada por maioria**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT e treze votos a favor, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, o ponto 3.6 da ordem de trabalhos tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com dezoito votos a favor do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT, doze votos contra, sendo cinco do Grupo Municipal do CDS e oito do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do PS, a proposta de Regimento da Assembleia Municipal, para o mandato de 2021-2025.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

DECLARAÇÃO DE VOTO

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----
----- “O Partido Socialista votou contra o Regimento e a favor das alterações que permitiam às pessoas participar nesta Assembleia, permitiam participar estudando os assuntos, intervindo quando tinham que intervir, para que as deliberações fossem fundamentadas e a minha declaração de voto registo que o PSD contribuiu para um dos maiores retrocessos da democracia em Águeda ao limitar a intervenção do povo de Águeda nesta Assembleia, independentemente da limitação concreta que faz ao debate público, ao debate de ideias e ao arranjar soluções e deliberações concretas para os problemas das pessoas.-----
----- Registe-se que o PSD, hoje no dia três de janeiro de 2022, parece impossível mas é 2022, não 1973, limitou a intervenção do público na Assembleia Municipal de Águeda.”-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;**-----
----- “Quero que fique em ata expresso que o CDS e o PS apresentaram propostas de alteração, que os Membros dos Grupos Municipais do CDS e do PS presentes no momento das votações, votaram a favor de todas as propostas de alteração, que os Membros do Grupo Municipal do PSD votaram contra todas as propostas de alteração, e que depois na votação do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal que foi apresentado, o PSD votou todo a favor, que o CDS votou todo contra e que o PS, como a Senhora Secretária leu, houve uma abstenção e doze votos contra.-----
----- Só estou a fazer esta observação porque acho importante e tenho ideia que não foi dito, como estávamos a tratar da votação não foi feita a repartição por grupos municipais dos votos a favor e contra, imagino que esteja registado, mas não foi dito, e para que conste na ata, tenho quase a certeza que certamente a Senhora Secretária não se iria esquecer de fazer essa divisão para a minuta, mas para que conste este sentido geral de votos.-----
----- A meu ver, o que havia a discutir sobre este assunto, não está encerrado, e aquilo que eventualmente nós podemos equacionar é se vamos prosseguir como até aqui, ou se vamos alterar a nossa forma de agir na Assembleia Municipal, portanto naturalmente terei que falar com o meu Grupo Municipal, naturalmente também com a Concelhia do meu Partido, porque fazemos parte de um coletivo, mas é natural que venha a haver uma alteração de postura e da forma de estar do CDS em relação a um conjunto de questões, nós temos colaborado sempre que possível com sentido sempre construtivo de mostrar como as propostas podem ser melhoradas, nós podemos passar a fazer outro género de oposição.”--
----- Atendendo ao avançar da hora, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação dos presentes, continuar ou suspender a reunião, pelo que foi decidido terminar a segunda parte desta sessão da Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

DECLARAÇÃO DE VOTO

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

----- “Sempre fui de lutar contra aquilo que considero que é a justiça das coisas e portanto o meu sentido de voto é frontalmente contra esta aprovação, quero ler aqui só um pequeno texto do meu sentido de voto e uma observação que complementa o meu sentido de voto.---

----- Na primeira apresentação de projeto de Regimento, da parte do Grupo Municipal do PSD, não existiu absolutamente nenhuma objeção nem nada a contrapor ao projeto apresentado e hoje o Líder do grupo parlamentar do PSD congratulou-se com as retiradas de alterações que o Senhor Presidente apresentou nesta última versão, portanto quero que também fique registado no meu sentido de voto esta incongruência do Grupo Municipal do PSD que, no fundo também acaba por transmitir claramente a essência desta aprovação, portanto estas alterações aprovadas, ao Regimento, são um erro, é um erro que foi ratificado pela bancada parlamentar do PSD, que ficará ligada indubitavelmente a este sinal negativo, a este sinal de tentativa de estrangular o cabaz de escrutínio da oposição ao Executivo da Câmara Municipal de Águeda, não me revejo nisto, portanto o meu voto a reforçar o contra esta aprovação.”-----

-----**3.7-Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente as informações que tenho são perfeitamente exaustivas feitas de uma forma metódica, penso que é um documento bastante extenso e muito pormenorizado e feito de uma forma bastante criteriosa, portanto estou naturalmente disponível para qualquer pergunta que qualquer elemento desta Assembleia pretenda ser esclarecido.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Senhor Presidente já aqui o disse, mas quero referir que em relação a este ponto, quatro anos volvidos é de forma agradável e positiva que registo que a informação do Senhor Presidente e do trabalho dos últimos três meses, mais ou menos, sensivelmente, é bastante exaustiva e dá-nos um panorama das imensas coisas que uma Autarquia faz, intervenções ao mais diverso nível, portanto os meus parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e aos serviços nomeadamente.-----

----- Tenho aqui duas perguntas:-----

----- Em relação à receita que estava estimada a quinze de dezembro, se me podem já dizer qual foi mais ou menos a receita que tivemos no final do ano? Essa que está aí é referente a quinze de dezembro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A outra questão, fala aí nos processos jurídicos, fala aí no processo da “Socibeiral”, foi interposta uma ação pela “Socibeiral” contra o Município, o Senhor Presidente da Câmara disse então que estava perfeitamente à vontade, não havia prejuízo nenhum para o Município, logicamente que não é verdade isto que o Senhor Presidente da Câmara disse, porque, se bem me lembro, gastámos doze mil e qualquer coisa euros, num estudo de impacto ambiental que caberia à empresa e nunca a nós, temos um terreno abandonado, cheio de betão armado que ninguém retirou, em prejuízo do Município, avançamos com vinte e cinco mil euros para contratar uma sociedade de advogados para defender o Senhor Presidente, avançamos agora, outra vez, com mais vinte e cinco mil euros, em setembro, agosto, à mesma sociedade de advogados para defender o Senhor Presidente, quando o Senhor Presidente tinha recebido, na altura, uma orientação unânime para avançar com um processo contra a empresa, e não esperar que ela o fizesse em relação a si, o que não fez, não defendendo os interesses do Município. A pergunta é objetiva é esta: qual é o estado do processo? E porquê os vinte e cinco mil euros em setembro ou agosto, o que é que terá acontecido para ser necessário reforçar com mais vinte e cinco mil euros a ação dos Senhores Advogados?”-----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
-----“Queria aproveitar para questionar o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, sobre uma situação que considero ser de máxima importância e que sei que esta Câmara também terá bastante prioridade sobre essa matéria, mas queria perceber aqui o que é que está a ser feito nesse âmbito. Falo da “Varanda de Pilatos” em Travassô, a ligação Águeda/Aveiro, trata-se de uma situação que é do conhecimento geral tem havido acidentes quase a um ritmo semanal, alguns deles com bastante gravidade, como é também do vosso conhecimento, em que a estrada fica fechada, etc., as pessoas estão em perigo, trata-se de uma situação antiga, do ponto de vista do trabalho que aquele troço acaba por dar à Câmara e dar à Junta de Freguesia é quase, de Inverno, a um ritmo diário de problemas que aquele troço nos traz, sabemos que existem ali situações gravíssimas, nomeadamente o talude estar ali a cair, fruto dos anos, fruto das águas, etc., acho que é urgente uma intervenção, queria perguntar a este Executivo, ao Senhor Presidente da Câmara, se temos alguma coisa programada para ali? Se podemos de facto contar ali com alguma intervenção urgente, porque os Invernos passam, aquilo vai-se degradando e é mesmo necessário haver aqui alguma aposta, não podemos estar à espera da auto estrada Águeda/Aveiro, queria questionar sobre isso.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- “Relativamente às questões colocadas pelo Senhor José Vidal, relativamente à questão da receita de final de ano, posso-lhe dizer que no dia trinta e um, portanto a Câmara já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estava fechada, sei que entrou dinheiro de algumas entidades, não lhe sei dizer, porque hoje foi o primeiro dia útil e não fui verificar, não estava preocupado, sei que, a informação que tinha dá-nos para percebermos que é uma situação ótima, a situação financeira e as disponibilidades da Câmara persistem, portanto continuamos com esta boa gestão, não lhe sei em dizer em rigor quanto é que tem, mas farei com que rapidamente os serviços possam enviar o estado final das contas, o montante global da receita arrecadada e da despesa. -----

----- Relativamente à questão do processo “Socibeiral” não me canso de o dizer e volto a dizer, está a ser gerido naturalmente por uma sociedade de advogados que foi contratada para o efeito para a Câmara, há aqui uma preocupação da Câmara de não ter qualquer tipo de condenação, estamos absolutamente convencidos que isso não vai acontecer, porque volto aqui a dizer, já o disse imensas vezes e queria que todos ficassem tranquilos e descansados porque a “Socibeiral” não tem nenhum elemento que lhes permitisse, da forma mais remota, ter qualquer tipo de propriedade ou direito sobre o terreno, o que lá fez, fez indevidamente, aliás aqui há bem pouco tempo, foi em resposta a uma informação que nos foi colocada, tivemos já esta nota, de termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro ganho, digamos assim, o primeiro *round* que tem a ver com o processo de contra-ordenação em que nos foi dada completa razão e sobretudo e muito interessante os argumentos utilizados pelo próprio Juiz a dizer claramente e de uma forma muito alinhada com aquilo que entendemos e foi tudo o que se passou e não mais do que isso, portanto a tranquilidade é muito grande, vamos acompanhar o desenlace de todo o processo e sobretudo continuar a fazer exatamente as coisas de acordo com as indicações que nos são dadas por essa sociedade de advogados que nos está a defender, que volto a dizer, é essa sociedade de advogados e também o Dr. Pontes Amaro que acompanha o processo, portanto não tenho mais informação, acredito que um dia qualquer começarão as audiências e nessa altura cá estaremos para responder às questões que o tribunal nos queira colocar e continuarmos a apresentar a prova que já foi feita em termos de contestação.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Travassô e Óis da Ribeira, dizer-lhe que, aliás nós aqui há umas semanas levantamos esta questão de termos tido alguns acidentes e sobretudo alguns despistes na ladeira de “Pilatos” ali muito perto da “Varanda de Pilatos”, na estrada Águeda/Aveiro, e isso levou-nos sinceramente a ficar preocupados, e preocupados porque aconteceram ali uma série de acidentes num espaço de tempo muito diminuto....estou à espera que me entreguem os últimos elementos porque entendo e entendemos todos que se justifica ali claramente uma intervenção urgente, às vezes, muito sinceramente, a prática diz-nos isso, somos surpreendidos por coisas que estão ali há imenso tempo e que afinal de contas rapidamente começamos a constatar que poderemos melhorar, é isso que vai acontecer, nós estamos ali a fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

alguma correção de alguns alinhamentos das ruas e sobretudo a criarmos um corredor que permita às pessoas não baterem logo naqueles muros, inclusivamente conseguirmos defender ali alguém que venha ou de bicicleta, ou de motorizada, ou mesmo a pé, vamos conseguir fazer isso, é uma intervenção que diria que do âmbito técnico é significativa, mas estamos completamente empenhados, mas também diria, que suportável em termos financeiros é a indicação que vou tendo da parte técnica que está a fazer o projeto de intervenção e rapidamente vamos intervir porque quem tem estado atento, e nós estamos, estas coisas têm vindo a acontecer com alguma inusitada frequência e portanto temos que intervir, não sei, parece que nada mudou do que lá está, mas mudou e efetivamente verifica-se que há ali desgaste sobretudo daqueles muros, daquelas coisas todas, de uma estrada que tem muitos anos e que naturalmente precisa desta atenção.”-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Neste ponto, não houve intervenções.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e quinze minutos, do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: